



Universidade Federal
de Campina Grande

PROFSOCIO

**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL**

ALAN ARAÚJO DOS SANTOS

**SOCIOLOGIA DAS DEFICIÊNCIAS:
O QUE É SER PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO?**

**SUMÉ - PB
2021**

ALAN ARAÚJO DOS SANTOS

**SOCIOLOGIA DAS DEFICIÊNCIAS:
O QUE É SER PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO?**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO – ministrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Ensino de Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Gomes de Miranda.

SUMÉ - PB

2021

S237s Santos, Alan Araújo dos.
Sociologia das deficiências: o que é ser pessoa com deficiência no ensino médio? / Alan Araújo dos Santos. - 2021.

121 f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Gomes de Miranda.

Dissertação - Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Universidade Federal de Campina Grande.

1. Sociologia das deficiências. 2. Sociabilidades na escola. 3. Ensino de Sociologia. 4. Educação inclusiva. 5. Educação especial. 6. Políticas de inclusão. 7. Inclusão na educação. 8. Invisibilidade – pessoa com deficiência. 9. Deficiência no contexto escolar. 10. Portadores de Necessidades Especiais – Educação. I. Miranda, Maria da Conceição Gomes de. II. Título.

CDU: 316:376(043.2)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

ALAN ARAÚJO DOS SANTOS

**SOCIOLOGIA DAS DEFICIÊNCIAS:
O QUE É SER PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO?**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO – ministrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA:

**Professora Dra. Maria da Conceição Gomes de Miranda.
DME/CE/UFPB - PROFSOCIO/CDSA/UFCG
Orientadora**

**Professor Dr. Fabiano Custódio de Oliveira.
UAEDUC / CDSA / UFCG
Examinador Interno**

**Professora Dra. Geovânia da Silva Toscano.
DCS / CCHLA / UFPB
Examinador Externo**

Trabalho aprovado em: 16 de março de 2021.

SUMÉ - PB

À minha família, meu porto seguro, a fonte de minhas alegrias.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reviver com gratidão a mão que foi estendida quando precisávamos. Por isso, nos momentos em que precisei de companhia, eu revivo com gratidão o acolhimento que me foi dado.

Obrigado, Senhor Deus, por me guiar neste ciclo de minha vida. Por fazer resplandecer sobre minha vida teu amor e tua face através do calor humano que recebo de meus familiares e amigos.

Obrigado aos meus pais Maria de Lourdes e Pedro Felismino. Sem sua doação de vida eu não teria chegado em lugar algum. Seu amor e proteção são as sementes de meus sonhos, por isso sou grato.

Obrigado aos meus filhos Alcía de Oliveira e Guilherme de Oliveira, a quem amo com toda ternura e força. Sou grato por vocês fazerem minha vida melhor.

Obrigado à minha esposa Kátia de Oliveira. Sou grato por toda nossa partilha de sonhos, por lutarmos juntos o bom combate e por sempre tê-la comigo em qualquer momento.

Obrigado à minha tia Maria Tertulina, mulher de 104 anos e que a vida me agraciou por ser parte de sua família. Grato sou por todo amor que recebo de ti.

Obrigado à minha irmã Aline Araújo por ser presença real em minha vida. Seu amor me ajuda a seguir os meus sonhos.

Obrigado às minhas sobrinhas Patrícia Vitória e Priscila Rebeca, de quanto tanto sinto orgulho.

Obrigado aos meus sogros Elias José e Josefa Porfírio (*in memoriam*). Deus me concedeu a graça de tê-los comigo. Aprendi e aprendo com vocês sobre a vida e as pequenas alegrias que podemos ter quando somos amados. No fim de tudo, o amor é a única força que importa.

Obrigado às minhas cunhadas Vanuza de Oliveira e Cleide de Oliveira, pessoas queridas e a quem posso chamar de família.

Obrigado a todos os familiares e parentes que me ajudaram a ser quem sou.

Obrigado ao meu amigo Diêgo Santana. Tantas vezes dialogamos e aprendemos juntos, por isso sou grato.

Obrigado à prof. Dr^a. Maria da Conceição Gomes de Miranda, minha orientadora. Acreditar nesta pesquisa foi um ato de coragem e carinho. Então, sou grato por ter aprendido tanto e por fazer parte desta etapa de minha vida.

Obrigado aos professores que compuseram a banca examinadora, prof. Dr. Fabiano Custódio e prof^a. Dr^a. Geovânia Toscano. A generosidade com que

examinaram o presente trabalho faz parte do próprio processo de formação neste mestrado. Por isso sou grato.

Obrigado a todos os professores e professoras do PROFSOCIO, Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé, por terem contribuído neste trabalho com suas aulas. Elas me permitiram um novo olhar sobre o mundo.

Obrigado à minha amiga Rosana Medeiros, a quem muito estimo por sua presença em minha vida.

Obrigado a todos os amigos que, de modo direto ou indireto, me ouviram, me indicaram caminhos de pesquisa e que se fizeram presentes neste momento de minha vida.

Obrigado à Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé, que me acolheu com atenção e respeito.

Obrigado à cidade de Sumé – PB por ter sido um lugar de formação e reflexão.

Obrigado à minha cidade, Arcoverde – PE.

“Não há nada mais trágico neste mundo do que saber o que é certo e não fazê-lo. Que tal mudarmos o mundo começando por nós mesmos?”

MARTIN LUTHER KING

RESUMO

A presente pesquisa é voltada para a investigação sobre o que é ser pessoa com deficiência no Ensino Médio. Se essa etapa de ensino produz certos ritos de passagem para uma outra fase de vida social, pessoal e de escolarização, então pressupomos que os sujeitos que vivenciam o Ensino Médio acabam elaborando certas sociabilidades que revelam visões de mundo. Quando discutimos esse fato contextualizando para as pessoas com deficiência nos deparamos com sentidos e significados de (in)visibilidades que são produzidas dentro da escola. O ensino de Sociologia torna-se um instrumento de análise sociológica capaz de desvelar, denunciar e propor formas de sociabilidades, haja visto que ele é, em si mesmo, uma potência de formação crítica e social de sujeitos. Assim, o objetivo deste trabalho é conhecer como o ensino de Sociologia na escola regular influencia as sociabilidades das pessoas com deficiência no contexto da sala de aula no ensino Médio. Propomos enquanto metodologia a revisão bibliográfica. A partir das reflexões acerca da deficiência em Erving Goffman (1980), vamos percebendo a construção social do estigma. Em Pierre Bourdieu (1984) encontramos a escola como uma instituição posicionada e localizada, ideologicamente. Desse modo, torna-se importante disputar o espaço escolar enquanto potencializador da diversidade humana. As contribuições de Boaventura de Sousa Santos (2002) sobre a sociologia das ausências e das emergências nos possibilitam repensar a pessoa com deficiência no Ensino Médio a partir da produção de sua invisibilização. Ao estamos em um movimento de pesquisa social comprometida com a luta anticapacitista, nos deparamos com a emergência das sociabilidades das pessoas com deficiências no Ensino Médio. Vamos encontrar em Simmel (1983) o suporte teórico para compreender como essas sociabilidades são produzidas. Por fim, somos levados a pensar em uma sociologia das deficiências enquanto uma contribuição para o campo sociológico e também para a área de ensino.

Palavras-chave: Sociologia das deficiências. Ensino Médio. Sociabilidades.

ABSTRACT

This research is aimed at investigating what it is like to be a person with disabilities in high school. If this teaching stage produces certain rites of passage to another phase of social, personal and schooling life, then we assume that the subjects who experience high school end up elaborating certain sociability that reveal worldviews. When we discuss this fact in context for people with disabilities, we are faced with senses and meanings of (in) visibilities that are produced within the school. The teaching of Sociology becomes an instrument of sociological analysis capable of unveiling, denouncing and proposing forms of sociability, given that it is, in itself, a power of critical and social formation of subjects. Thus, the objective of this work is to know how the teaching of Sociology in regular school influences the sociability of people with disabilities in the context of the classroom in high school. We propose as a methodology the bibliographic review. Based on the reflections about disability in Erving Goffman (1980), we can see the social construction of stigma. In Pierre Bourdieu (1984) we find the school as an institution positioned and located, ideologically. Thus, it is important to dispute the school space as a potential for human diversity. The contributions of Boaventura de Sousa Santos (2002) on the sociology of absences and emergencies enable us to rethink the person with disabilities in high school based on the production of their invisibility. As we are in a social research movement committed to the anti-capacity struggle, we are faced with the emergence of the sociability of people with disabilities in high school. We will find in Simmel (1983) the theoretical support to understand how these sociability are produced. Finally, we are led to think of a sociology of disabilities as a contribution to the sociological field and also to the area of teaching.

Keywords: Sociology of disabilities. High school. Sociabilities.

LISTA DE E SIGLAS ABREVIATURAS

ProfSocio	Programa do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
USP	Universidade de São Paulo
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
OMS DISQOL	<i>Quality of care and quality of life for people with intellectual and physical disabilities</i>
IF	Instituto Federal
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
BTDT	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Problema de pesquisa	21
1.2 Objetivos	22
1.3 Hipóteses	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 A Razão Metonímica, a Sociologia das Ausências e das Emergências: pensando o lugar inferiorizado e invisibilizado das pessoas com deficiência	24
2.2. As Sociabilidades na Escola	29
2.3 Estigma e Estigmatizados: notas sobre saúde, doença e Deficiência	37
2.4 O ensino de Sociologia e a política de educação inclusiva	37
2.5 Breves considerações históricas sobre a legislação brasileira referente à inclusão	40
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS	44
3.1 Abordagem da pesquisa	44
3.2 Tipo de pesquisa	45
3.3 Método da pesquisa	46
3.4 Tipo de análise dos dados	48
4 RESULTADOS E ANÁLISE	50
4.1 A sociologia das deficiências na perspectiva de um deslocamento epistemológico para a escuta das vozes das pessoas com deficiência	50
4.2 As reflexões teóricas das pesquisas acerca do papel da educação nas sociabilidades da pessoa com deficiência	68
4.2.1 Entre educação e sociabilidades.....	75
4.3 Sociologia das deficiências, inclusão e implicações para repensamos o ensino de sociologia	99
4.3.1 A sociologia e as deficiências	99
4.3.2 Sociabilidades para o autoconhecimento e a transformação de espaços inclusivos .	102
4.3.3 Inclusão e ocupação social do mundo do trabalho	103
4.3.4 A teoria como transform(ação) humana e social	104
4.3.5 Processos sociais e sua fabricação	105
4.3.6 Marcadores para definir subalternidades e exclusões.....	106
4.3.7 Construindo realidades sociais desde o início do processo formal de ensino.....	107
4.3.8 Sociabilidades, sexualidades e vivências outras	108
4.3.9 Por transformações inclusivas no legislativo: mudar para acolher.....	109
4.3.10 As visões êmicas de um grupo como revisão das imagens sociais	110
4.3.11 Outras expressões sociais para desestabilizar ideias capacitistas	111
4.4 Aspectos teórico-metodológicos e implicação para a produção da (in)visibilidade da pessoa com deficiência	112
4.4.1 O conceito de qualidade como categoria epistêmica-metodológica	112
4.4.2 Poder, dominação e reprodução como elementos de análise metodológica	113

4.4.3 Política pública e igualdade social como crítica ao poder estatal	114
4.4.4 Metodologia social para o trabalho sociológico contra-hegemônico	115
4.4.5 Movimentos sociais e seu alcance metodológico	116
4.4.6 Desconstruções e desnaturações como proposições metodológicas	117
4.4.7 Percepções marxistas no campo teórico-metodológico da sociologia das deficiências	118
4.4.8 Descentralizações a partir da etnografia e netnografia	120
4.4.9 O pensamento sistêmico para a sociologia das deficiências	121
4.4.10 Representações sociais na investigação com as pessoas com deficiências	122
4.4.11 Estados do conhecimento como modo de pesquisar na sociologia das deficiências	123
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	118

1 INTRODUÇÃO

Ser estudante no Ensino Médio implica em uma importante preparação para a escolha da profissão. Pode-se dizer que essa etapa de ensino é um rito de passagem produtor de profundos significados, onde a própria ideia de adolescência é experienciada de formas diferentes, conforme sejam os projetos de vida dos adolescentes.

Ser pessoa com deficiência no Ensino Médio, para além das produções simbólicas e das representações sociais, coloca o adolescente em uma posição-sujeito repleta de discursos enunciativos sobre as relações de poder dentro da escola, sobre os atravessamentos de corpos e suas interseccionalidades.

A condição das deficiências pressupõe uma pessoa transpassada por um mundo onde as relações sociais se dão a partir das deficiências, de modo que se pode dizer que há uma sociologia das deficiências, conforme podemos encontrar em Erving Goffman (1980). Pesquisar sobre como a escola, nas teorizações sociológicas de Bourdieu (1984), enquanto instituição carregada em seu pretenseio multicultural, nos posiciona diante das relações a partir das deficiências e é um ato necessário para materialização de uma escola real voltada para a diversidade humana.

É importante destacar que a escuta das vozes das pessoas com deficiências é uma perspectiva epistemológica de deslocamento dos sentidos. Falar sobre ou dar voz pressupõe uma autoridade e superioridade epistêmica.

Essa perspectiva denunciada por Boaventura de Sousa Santos (2002) supõe entendermos os sujeitos participantes da pesquisa como co-produtores do conhecimento, ou seja, o pesquisador consegue produzir conhecimento, mas também os sujeitos participantes são aqueles que apresentam condições de conhecer sua própria realidade.

Deslocar-se epistemologicamente para ouvir os sujeitos participantes da pesquisa é uma virada sociológica, porque nos permite conhecer a realidade enquanto compreendemos que esses sujeitos produzem conhecimento e não apenas o pesquisador.

Desse modo, é um deslocamento epistemológico sobre os sentidos produzidos na investigação, visto que quem produzirá os sentidos são os sujeitos e não apenas

o pesquisador. Assim, faremos um levantamento bibliográfico para ampliar as percepções sobre o que se tem produzido de pesquisa nessa perspectiva. Importa-nos saber não apenas o que se tem produzido, mas particularmente como se dá a produção. Será através da perspectiva e posição do pesquisador ou se dá pelo conhecimento das pessoas com deficiência?

Santos (1988) nos mostra que o modelo de racionalidade científica permite variedades internas de investigação, contudo, esse modelo produz e perpetua uma fronteira ostensiva que polícia duas formas de conhecimento: o conhecimento não-científico, tomado como irracional, e os próprios estudos humanísticos.

Então, se investigamos dentro do campo sociológico, e se já sofremos com o policiamento da racionalidade científica, precisamos fortalecer as pesquisas sociológicas de modo a romper com o que reproduzimos do modelo de racionalidade científica nesse paradigma dominante.

Nossa pesquisa se justifica, primeiramente, quando compreendemos os sujeitos participantes da pesquisa como produtores do conhecimento e não como objetos que fornecem dados para o pesquisador. Seguimos, pois, os caminhos apontados por Santos (2010) para uma ciência pós-moderna. Essa é caracterizada, sobretudo, por entender um sujeito investido de uma nova ordem científica, que compreende sua realidade e realiza a produção de sentidos e significados.

Ainda, na ciência pós-moderna, há a situação comunicativa, onde os sentidos e suas constelações de significados nascem das práticas locais. É um diálogo entre pesquisador e sujeito participante que remete às interações e às intertextualidades em torno dos projetos locais.

Além dessa aproximação com a visão de Santos (1988) sobre uma ciência pós-moderna, o autor nos ensina que todo conhecimento é autoconhecimento. O que me trouxe a investigar sobre e como as pessoas com deficiência na escola, é o fato de que há uma extrema aproximação do meu trabalho com a educação inclusiva.

Logo no início de minha vida profissional, me inquietava perceber como a inclusão era feita na sala de aula. Observava que a escola não acolhia, mas recebia pessoas com deficiência. O acolhimento é um ato de diálogo, de perceber as diferenças e com elas aprender. O recebimento é mecânico, é algo imposto por uma demanda, seja ela legal, através das políticas de educação inclusiva, moral ou de qualquer tipo.

Enquanto profissional da educação, sentia que a Escola Estadual Portal do Sertão, situada no Município de Arcoverde-PE, desde 2019, não se preocupava de fato com o universo das pessoas com deficiência. Então, a instituição escolar colocava em prática as normas legais, mas as pessoas com deficiência eram percebidas como objeto e não sujeito. Eu me aproximei desse universo, vi e partilhei dos sentidos de vida e sobre a vida produzidos por essas pessoas. Bastou o simples ato de escutar e dialogar com os estudantes desse grupo para entender que a escola reproduz as estruturas sociais da exclusão.

Recordo-me, agora enquanto estudante no Programa do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – ProfSocio, de Bourdieu (1984), quando nos mostrou a reprodução e a legitimação das desigualdades sociais.

Sendo assim, foi possível memorar e imaginar sociologicamente que na escola estava a se perpetuar mais uma estrutura de poder que compreendia a pessoa com deficiência a partir do estigma que lhe é imposto. Foi quando conheci os textos de Goffman (1980) e me aprofundei sobre a construção social do estigma.

Senti que a pessoa com deficiência é vista apenas como a própria condição física, mental ou fisiológica; assim, uma pessoa com deficiência é marcada e vista unicamente a partir de sua limitação.

Contudo, todos nós temos uma limitação. De maneira abissal, há uma linha que divide aqueles que são vistos, reduzidos à deficiência e aqueles que não têm deficiência. Essa linha é cultural, é etnocêntrica, é excludente e por isto, entendo que ela pode ser desconstruída.

Os corpos com deficiência recebem o estigma e deles não podem fugir se não falarem por si. Quem pode desestabilizar as estruturas estigmatizantes são as próprias pessoas com deficiência. Quando elas rompem com o corpo medicalizado – aquele que é visto pela medicina e que exerce poder sobre a existência do corpo; é ainda o corpo atravessado pelo poder da doença como fenômeno cultural, como uma existência condicionada à visão biomédica –, elas criam outras narrativas e histórias sobre si (GOFFMAN, 1980).

Foi o que senti quando passei a me aproximar das pessoas com deficiência sem a pretensão de reduzi-las à deficiência. Descobri um mundo de significados, descobri pessoas que amam, que se decepcionam, que planejam a vida, que sonham,

que sente tudo que sinto. Esse pequeno gesto de escuta, me fez quebrar preconceitos advindos das estruturas sociais que me formaram.

A bandeira da minha prática docente tornou-se a pessoa com deficiência. Não no sentido assistencialista, mas na defesa do diálogo e da desconstrução do estigma.

Nas escolas em que trabalhei, priorizei em conhecer pessoas com deficiência e com elas construí laços de amizade e de respeito. Quando entro no curso de mestrado, minha primeira inquietação foi direcionada à minha bandeira de prática docente: desejei investigar a sociologia das deficiências. Conheci autores que puderam transformar minhas observações empíricas em teorizações sólidas e abrangentes.

Então, o processo de formação no mestrado profissional é um ato político de criar narrativas com as pessoas com deficiência, rompendo com as narrativas sobre as pessoas com deficiência. Minha inquietação, tornou-se tensionar a educação inclusiva e perceber a sociologia das deficiências como uma maneira de desconstruir ideias etnocêntricas.

A escola, ao falar sobre seus estudantes com deficiência, não assume, na maioria das vezes, um compromisso com a formação humana centrada na alteridade e nas transformações sociais. Por isso mesmo, o ato epistemológico de ouvir é mais coerente com uma educação, de fato, inclusiva.

Para Rolnik (1992, p. 1), a alteridade é: “o plano das forças e das relações, onde se dá o inelutável encontro dos seres, encontro no qual cada um afeta e é afetado, o que tem por efeito uma estabilização da forma que constitui cada um desses seres, produzindo transformações irreversíveis”.

Assim, na alteridade temos um encontro afetivo e efetivo com o outro; com ele aprendemos e com ele ensinamos, nos colocando em posição de partilha e igualdade.

Essa educação inclusiva deve ser fundamentada desde as políticas públicas e atravessada por novas contribuições sociológicas acerca da pessoa com deficiência. Isso porque, quando olhamos a construção legal do arcabouço das políticas públicas de inclusão, encontramos diferentes concepções sobre a pessoa com deficiência.

No Brasil, apenas na década de 1980 as pessoas com deficiência ganham visibilidade no contexto do planejamento econômico e social do país, isso porque a Organização das Nações Unidas – ONU, elaborou a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, em 1975. A ideia de incapaz e de inferior passa a

ser contestada e surgem, apesar de tímidos, alguns avanços políticos sobre as políticas públicas de inclusão.

Importante percebermos que mudanças discursivas também foram acontecendo: o enfraquecimento da ideia de defeituoso, portador de deficiência, até chegarmos a noção de pessoa. Em 2015, é aprovado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, marco importante na conquista dos direitos das pessoas com deficiência (SILVA, 1987).

Ao olhar a escola, em especial a etapa do Ensino Médio nas escolas regulares, as sociabilidades se manifestam em realidade micro e macro, atravessadas por significados que guiam e moldam as relações sociais.

A realidade micro, para Giddens (1984), são relacionadas ao contexto de interação em pequenos grupos, enquanto que a realidade macro diz respeito a um sistema social de grande escala. Exemplo da realidade micro são as relações de sororidade entre as mulheres, a produção de sentidos etnicorraciais por parte daqueles e daquelas que se dedicam à consciência negra e aos processos de negritude, os/as jovens lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros - LGBT e sua luta na conquista de espaços e direitos, as relações marcadas pela política por parte daqueles e daquelas que se dedicam aos grêmios estudantis, as pessoas que moram no campo.

Para Lagarde de Los Ríos (2012, p. 543, **tradução nossa**): “A sororidade é uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo. É uma experiência subjetiva das mulheres que conduz a uma busca de relações positivas e a aliança existencial e política corpo a corpo, subjetividade a subjetividade com outras mulheres, para contribuir para a eliminação social de todas as formas de opressão e ao apoio mútuo para atingir o poder genérico de todas e ao empoderamento vital de todas as mulheres”.

É, pois, uma ética, uma moral e uma prática cultural de fortalecimento das relações entre as mulheres e que pretende romper com o machismo e todas as formas de opressão.

Esses exemplos são recorrentes nas pesquisas de base sociológica, conforme consulta na plataforma da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, e dizem da real necessidade de se produzir pesquisas através da escuta desses grupos.

Entretanto, as pessoas com deficiência são marginalizadas e são também produzidas como invisíveis. A realidade macro se dá, por exemplo, nas pesquisas encontradas na plataforma como a cultura de pessoas com deficiência e a formação da identidade docente em pessoas surdas.

Basta recorrermos ao cotidiano e percebermos que pessoas com deficiências estão em todos os lugares. A produção da pessoa com deficiência como inexistente ou invisível nos leva a refletir sobre o estigma. Esse grupo social é composto, historicamente, por pessoas que estão fora da normalidade e que, por isso mesmo, recebem o estigma como marca de sua invisibilidade e não existência.

Silva (1987), mostra o tratamento dado na Grécia Antiga às pessoas com deficiência, onde elas eram abandonadas, passando pela Roma Antiga, onde os pais também tinham não só o direito de abandonar como de matar as crianças com deficiência, até chegarmos à Idade Média, onde o abandono era a principal medida frente à pessoa com deficiência, que era entendida como castigo. Contudo, a produção da inexistência é um projeto de poder, é uma construção de uma narrativa realizada por grupos dominantes.

Quando nos perguntamos onde estão as pessoas com deficiência na escola, não fazemos este questionamento para quantificar os estudantes e identificá-los, mas queremos tensionar as visibilidades, as sociabilidades e as existências na escola. Incomoda saber que as pessoas com deficiências são compreendidas apenas como pessoas que devem ser incluídas e não reconhecidas e valorizadas por suas produções e suas ações.

Queremos, mais que identificar, contribuir sobre a visibilidade das pessoas com deficiência na escola. Não basta saber que elas estão na escola, mas é preciso compreender quem são, como suas ações impactam a escola e seu cotidiano, como novas relações são estabelecidas a partir de uma sociologia das deficiências.

Esse caminho dialético pretende ser uma possibilidade de romper com a perspectiva da inclusão obrigatória das pessoas com deficiência na escola – que tantas vezes assume apenas a dimensão de integração e por si mesma é vazia.

Contestamos, pois, a inclusão pela inclusão. Reivindicamos, epistemologicamente, o caráter de coexistência radical, onde as pessoas possam criar laços sociais e a partir de tais laços estabelecer uma horizontalidade de sociabilidades e de poder e não mais uma hierarquia.

Assim, a presente pesquisa é mais um movimento sociológico sobre a educação das pessoas com deficiência.

É preciso entendermos que a invisibilidade das pessoas com deficiência é intencional e é um ato social e metodológico para hierarquizá-las. A sociologia nos ajuda a compreender como não natural aquilo que, socialmente, é posto assim.

Nossa pesquisa pretende contribuir para a desconstrução da invisibilidade das pessoas com deficiência, utilizando-se de uma abordagem bibliográfica, que tem como foco buscar estudos e pesquisas que sejam capazes de permitir encontros e diálogos.

Diante de tudo isso, percebemos que a escola é uma instituição de reprodução social. Essa denúncia feita por Bourdieu (1984), nos coloca em posição de enfrentamento ou de aceitação. É uma reflexão-ação que tensiona nossa ação social. Na escola, as estruturas de poder são reescritas e reelaboradas.

Em Foucault (1979), o poder é exercido de diversos modos para disciplinar os corpos. Pensar a escola a partir da perspectiva foucaultiana, é repensar sobre os meios que disciplinam e docilizam corpos. Isso quer dizer que os sujeitos formados na escola recebem as microestruturas de produção de sentidos e significados que são postas nas relações sociais. É na escola, por exemplo, que o grupo das pessoas com deficiências recebe as produções estigmáticas da incapacidade, da anormalidade, de marginalidade.

Pensando também que a escola é espaço de construção dos modos de ser de diversos grupos sociais, a formação da escola irá contribuir para que signos sejam trocados entre sujeitos de um mesmo grupo social e entre sujeitos de diferentes grupos sociais.

Essas trocas simbólicas permitem que nossas possibilidades de existências possam acontecer, assim também como símbolos, signos e significados sejam reelaborados a fim de que as estruturas de poder possam ser enfrentadas e ressignificadas.

1.1 Problema de pesquisa

Nesse contexto, interpelamos o ensino de Sociologia na Educação Básica e elaboramos nosso problema de pesquisa: em que medida o ensino de Sociologia na escola regular influencia as sociabilidades das pessoas com deficiência no contexto da sala de aula no ensino Médio?

1.2 Objetivos

Dessa forma, nossa pesquisa tem como objetivo geral conhecer como o ensino de Sociologia na escola regular influencia as sociabilidades das pessoas com deficiência no contexto da sala de aula no ensino Médio.

Ainda assim, temos como objetivos específicos:

1) discutir sobre a sociologia das deficiências na perspectiva de um deslocamento epistemológico para a escuta das vozes das pessoas com deficiência;

2) compreender como a escola serve enquanto instituição para criar novas sociabilidades das pessoas com deficiência;

3) identificar como o ensino de Sociologia influencia a inclusão das pessoas com deficiência na escola;

4) Verificar nas produções acadêmicas (dissertações e teses) as abordagens metodológicas utilizadas em pesquisas sobre os sujeitos com deficiência na sala de aula de Sociologia, compreendendo seu fazer, seu sentir e seu pensar num recorte temporal de 2009 a 2019. Esse recorte se dá em virtude da Lei nº. 11.684/08 que obriga o ensino de Sociologia no Ensino Médio.

1.3 Hipóteses

Apresenta-se, portanto, o objeto de pesquisa que justifica essa investigação: as formas de sociabilidades entre pessoas com deficiências e aquelas sem deficiências. Essas formas de sociabilidades revelam diferentes formas de ser pessoas com deficiência na educação básica, mais especificamente no Ensino Médio.

Diante disso, nossa hipótese é que a deficiência, como condição de existência de algumas pessoas, promove outras formas de sociabilidade e de cosmologias de mundo.

O mundo, as pessoas e as relações sociais são pensadas e sentidas a partir da deficiência. Estruturamos nossa hipótese a partir de algumas premissas, a saber:

- a) Há na escola pessoas com deficiência que são integradas, mas que não são levadas em consideração na produção do cotidiano da escola.
- b) Essas pessoas são produzidas como invisíveis porquanto o estigma da deficiência impede que as pessoas sem deficiência se afastem delas ou mesmo que se aproximem com visão capacitista. Santos (2020) traz o capacitismo como uma forma de dominação e discriminação contra as pessoas com deficiência. O capacitismo, como uma política, não reconhece as necessidades especiais das pessoas com deficiência, não facilita a mobilidade e as condições que permitem o acesso e gozo do meio social. Trata-se, assim, de uma política discriminatória que prioriza as pessoas sem deficiência em detrimento daquelas com deficiência.
- c) As relações sociais e intersubjetivas produzidas pelas pessoas com deficiência na escola revela formas de resistência, mas também o silenciamento social pelo qual elas passam.
- d) Ser pessoa com deficiência na escola, em especial no Ensino Médio, é um processo de construção de si e de mundo que sofre a intersecção do capacitismo, do estigma e da invisibilidade social. Conforme Santos (2002), a invisibilidade é uma produção. Contextualizamos então, esse conceito e o redimensionamos para o social. A invisibilidade social é a produção de certas pessoas que existem, mas são postas como não existentes.
- e) O ensino de Sociologia, em uma perspectiva crítica, leva os indivíduos a repensarem suas ações e possibilita o deslocamento das posições sociais quando a realidade é contestada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Aqui apresentaremos a base teórica constituinte deste trabalho de dissertação no qual serão tratados os seguintes: a razão metonímica, a sociologia das ausências e das emergências; as sociabilidades na escola, o conceito de estigma, o ensino de sociologia e sua articulação com a política de educação inclusiva e por fim, Breves considerações históricas sobre a legislação brasileira referente à inclusão.

2.1 A Razão Metonímica, a Sociologia das Ausências e das Emergências: pensando o lugar inferiorizado e invisibilizado das pessoas com deficiência

Antes de discutirmos as proposições levantadas por Boaventura de Sousa Santos nesse tópico, é preciso partirmos de nossas experiências empíricas. Assumimos essa posição porque é a razão hegemônica. Trata-se de uma razão que surge com a filosofia de Descartes, que nos mostrou um sujeito que somente é possível a partir da razão.

Esse sujeito racional é o único credível e digno de narrar e produzir conhecimentos de mundo, posto que é fundado na razão exclusiva. Toma como não credível a experiência, o local e as sensibilidades. Então, se nos lançamos a discutir a partir de nossa experiência, reivindicamos a credibilidade do sentir.

Nesse sentido, o que experienciamos durante nossa trajetória profissional é que o mundo é visto por diversos prismas sobre um determinado fenômeno. Contudo, apenas a vista da razão é credível e a escola opera nesta lógica. O local é desprezado em detrimento do universal, as experiências alternativas são descartadas e o conhecimento produzido pelas sensibilidades são postos de lado.

Ousamos afirmar que há uma ordem que rege a normalidade a partir do sujeito racional. E quem é esse sujeito dentro da lógica da monocultura? É o sujeito capaz de produzir conhecimento porque seu corpo e sua existência são moldados por um poder etnocêntrico.

Queremos dizer que o sujeito da monocultura racional é aquele que é docilizado e padronizado pelas estruturas de poder que ditam a normalidade e que suas ações refletem a opressão e a exclusão.

Santos (2002) nos indica que a monocultura da racionalidade produz a lógica da não existência, ou seja, quem não segue o padrão e a norma é tomado como não-existente. Facilmente encontraremos, por exemplo, a pessoa com deficiência dentro da escola sendo tomada como inferior.

Termos como 'bichinho(a)', 'coitadinho(a)', especial e outros tantos que reforçam uma condição de inferioridade. É uma gramática social que cria lugares abissais para a pessoa com deficiência dentro da escola. Essa mesma gramática social irá produzir métodos, didáticas, avaliação e um currículo que são estruturados no estigma.

Por esse caminho, compreendemos como é necessário teorizar e pensar a condição de invisibilidade e não-existência das pessoas com deficiência, bem como as pedagogias que sustentam essa posição. Contudo, nos interessa nesta investigação, as sociabilidades, pois elas falam dos sentidos produzidos pelas pessoas com deficiência.

As sociabilidades apresentam contextos reais de novas formas de se pensar, sentir e agir das pessoas com deficiência; transgridem mesmo as condições de invisibilidade.

Para Simmel (1983), sociabilidade é uma forma de estar em sociedade e de se fazer em sociedade. Ela se relaciona com a construção da vida social em comum. Falamos de sociabilidades no seu sentido mais plural, pois, como aponta o sociólogo, a sociedade não é uma totalidade estanque, mas um processo diverso de contínuo fazer-se. Os indivíduos interagem constantemente e de diferentes formas. São marcados pelos outros e se fazem a partir dessas marcações.

Por isso, nos lançamos a discutir sobre outra razão que não seja fundada na monocultura do pensamento, as formas de produção da não-existência, bem como o modo de tornar socialmente visível aquilo que foi posto como invisível.

Em outros termos, buscamos discutir sobre os sentidos que sustentam as relações das pessoas com deficiência na escola, as formas como elas são produzidas como não-existentes, especialmente nas aulas de Sociologia, e os modos como elas se fazem presentes, existentes e resistentes na escola.

A totalidade e universalidade são formas obcecadas e objetivas de desventura da ciência. Dizemos desventura porque nenhuma universalidade é capaz de dar sentido integral, único e total aos fenômenos do mundo e das produções humanas.

Mesmo assim, o pensamento ocidental, especialmente o Iluminismo, contribuiu para que a lógica da homogeneidade fosse uma regra para construção científica e social das coisas. Dessa forma, as particularidades são exceções, são marginalizadas e invisibilidades (SANTOS, 2002).

Boaventura de Sousa Santos (2002) diz que essa forma de pensar o mundo, suas realidades e o cotidiano é chamada de razão metonímica. Esse tipo de razão revela uma relação vertical da ordem do mundo.

Assim, o todo é transformado em referência para as partes locais. Observa-se com isso uma hierarquização e também um processo de dominação entre as formas existentes:

[...] cultura científica/cultura literária; conhecimento científico/conhecimento tradicional; homem/mulher; cultura/natureza; civilizado/primitivo; capital/trabalho; branco/negro; Norte/Sul; Ocidente/Oriente; e assim por diante (SANTOS, 2002, p. 242).

Essa diferença verticalizada impõe uma ordem que justifica, legitima e legaliza as relações sociais no mundo. Será assim que uma única ordem é que orquestra as relações. Dito de outro modo, nasce uma forma de relacionar-se com o mundo onde há sempre uma primazia, um lugar privilegiado que se opõe a outro subalterno, inferior.

A razão metonímica implica em uma hierarquia fundamentada em uma lógica que diz quem é superior e quem é inferior. Podemos pensar as pessoas com deficiências e as pessoas sem deficiências. Enquanto as primeiras são subalternizadas, as segundas estão em lugar de privilégio socialmente, basta ver que a arquitetura e engenharia das coisas construídas artificialmente são feitas para as pessoas sem deficiências.

A partir das lutas e dos processos emancipatórios e democráticos é que as pessoas com deficiências conquistam espaços sociais. Veremos que essas lutas são históricas e cruéis pois, por exemplo, na Grécia Antiga as pessoas com deficiência eram abandonadas e excluídas da vida social; na Roma Antiga os pais tinham o direito

de matar as crianças com deficiência; na Idade Média as pessoas com deficiências sendo encaradas como castigo divino (GUGEL, 2007).

Por outro lado, observamos em 1975, a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, que norteou boa parte das políticas públicas de inclusão. Aqui no Brasil, encontramos em 1986, a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que apoiou a integração social e disciplinou o Ministério Público sobre a atuação frente às demandas da pessoa com deficiência.

Encontramos também em 1991, o Programa de Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, que estabeleceu as diretrizes de medidas de prevenção primária e secundária de deficiências. E além destas, outros avanços que culminaram, em 2015, com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (FRANÇA; PAGLIUCA, 2009).

O lugar socialmente conquistado das pessoas com deficiência é ainda inferior ao das pessoas sem deficiências, basta percebermos que são séculos de exclusão e poucas décadas de políticas públicas.

Há consequências para tudo isso que é proposto pela razão metonímica: tudo é colocado na ordem da totalidade. Ao pensarmos essa estrutura, é possível inferir que as particularidades e as diferenças são desfeitas e desconsideradas, pois o que importa é a totalidade e a maioria das características que atravessam o todo.

Pensando nisso, outro ponto passa a ser considerado: se nada existe fora do todo, então as diferenças, quando não incorporadas e apagadas suas idiossincrasias, passam a ser descartadas. Considera a si mesma a razão metonímica uma razão “exaustiva, exclusiva e completa” (SANTOS, 2002, p. 242).

Propõe ainda a razão metonímica, uma transformação do mundo, já que ela pretende ser uma ordem. Entretanto, essa transformação do mundo é um silenciamento à diversidade e pluralidade do mundo. Quer a transformação do mundo, baseada na razão metonímica, a imposição, a aniquilação e destruição daqueles que não fazem parte do todo, daqueles que são diferentes e tomados como inferiores. É um silenciamento por meio de vários tipos de violência.

Há um caminho crítico para enfrentar a razão metonímica e sua ordem totalitária, excludente e violenta: i) é a compreensão e opção radical pelas totalidades de mundo, ii) e é também a compreensão de que as totalidades são heterogêneas, fundadas nas diferenças e aí se encontra sua riqueza.

Enquanto a razão metonímica pretende ser a única narrativa compreensiva sobre o mundo, excluindo outras formas racionais de produção do conhecimento, é preciso entender que o mundo é feito por totalidades, por universalidades, por narrativas plurais e existências diversas.

Ao assim proceder, é necessário entender que nenhuma diferença, nenhuma heterogeneidade deve ser apagada, pois invisibilizando-as, apagam-se as histórias do mundo.

A razão metonímica é dominante e não amplia o mundo. Para que as diferenças sejam reconhecidas e consideradas na participação do mundo, é preciso dilatar o tempo e o espaço. Isso quer dizer que, outros tempos e outros espaços construídos por outros sujeitos que não aqueles considerados superiores pela razão metonímica, precisam ser considerados.

Será assim que a sociologia das ausências (SANTOS, 2002) contribui para a diversidade de mundo. Ela é uma investigação que visa “demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe” (SANTOS, 2002, p. 246).

A sociologia das ausências objetiva transformar objetos impossíveis em possíveis, objetos invisíveis em visíveis. O trabalho da sociologia das ausências, anunciado por Santos (2002), se dá através dos fragmentos da experiência social que foram apagadas pela razão metonímica.

Podemos até pensar e indagar: o que existe nas experiências das pessoas com deficiência que não foram conhecidas pelas pessoas sem deficiência? Por meio da sociologia das ausências, o mundo que foi contraído e subtraído das plurais experiências, passa a ser indagado sobre as experiências produzidas pelas pessoas marginalizadas e produzidas como inexistentes.

Ensina Santos (2002) que dilatando as experiências sociais produzidas como invisíveis e/ou inferiores e subalternizadas, a sociologia das ausências avança e sinaliza para a sociologia das emergências. Esta consiste em tornar utopias em realidades, em concretizar a pluralidade e as possibilidades de conhecimento de mundo em situações reais e cotidianas. O cuidado é o meio que o presente vai se construindo utopicamente.

A sociologia das emergências investiga alternativas horizontais de possibilidades; é assim que ela expande o presente. Expandir o presente quer dizer

enxergar, dialogar e cuidar das experiências subalternizadas historicamente. Cuida-se porque o futuro é imperativo e impossível de ser blindado das frustrações e do vazio do nada. Ampliam-se os saberes, as práticas, os conhecimentos, os símbolos, signos e significados.

Assim, quando escutamos as pessoas com deficiência na sala de Sociologia, passamos a desconstruir uma razão excludente e fundada na monocultura do saber.

Entendemos, dessa forma, porque a racionalidade dessa monocultura só concebe uma forma de existência: a de corpos sem deficiência e suficientemente racional. As pessoas com deficiência são corpos medicalizados, postos para o lado abissal da linha que separa a normalidade da não normalidade.

Ao investigarmos as sociabilidades, iniciamos um movimento sociológico de desconstruir as invisibilidades; e as narrativas, os conhecimentos, sentidos e significados produzidos pelas pessoas com deficiência anunciam a existência dessas pessoas. Não uma existência subalternizada, mas legítima, real e credíveis.

Desse modo, lançamo-nos a pensar, no próximo tópico, sobre as sociabilidades e a escola.

2.2 As Sociabilidades na Escola

A partir da experiência profissional, sentimos a escola como uma instituição social responsável, dentre outras coisas, pela formação humana e um local onde as sociabilidades são construídas. Ao pensarmos este lugar, tensionamos relações de poder, sentidos produzidos no social e que são internalizados por meio de metodologias, avaliações, didáticas e pedagogias que estruturam o tempo e o espaço da escola.

Ao discutir sobre a escola, conseqüentemente, o olhar sociológico nos motiva a questionar as sociabilidades. Essas sociabilidades são construções, não são dadas; são atravessadas por relações de poder, por valores, por significados que moldam o agir, o sentir e o pensar.

Então, pretendemos aqui refletir sobre a escola e as sociabilidades que são produzidas nessa instituição a fim de percebermos com maior profundidade o que circula entre as pessoas e como as formas de existir são marcadas.

As relações de poder são percebidas na escola porque ela é um microcosmo social. Enquanto instituição, a escola é formadora e/ou reprodutora de diferentes formas de linguagens, formas de pensar e formas de agir sobre o mundo.

A escola é espaço social onde as ideologias e relações de poder são inscritas nos seus sujeitos, havendo caminhos para suas reproduções ou produções de outras formas de poder. Falar sobre escola é falar da educação e dos tensionamentos sociais e políticos que transcorrem no cotidiano social (DAUSER; TOSTA; ROCHA, 2012).

Sobre isso, Gusmão (1997) nos diz que educação é um modo de organizar socialmente e colocar os sujeitos no horizonte da cultura, partilhada essa por um mesmo grupo. Será assim que as sociedades criam e reinventam modos diversos para incentivar e corrigir seus sujeitos para que sigam normas e valores comuns. É assim que a cultura passa a ser entendida como um mecanismo necessário para o bem viver dos seres humanos.

Ao pensarmos na cultura, conseguimos compreender que ela é um dispositivo que regula o sentir, o pensar e o agir dos indivíduos de um determinado grupo.

Isso quer dizer que a existência cultural do grupo é uma forma de modelar os sentimentos, o pensamento e a ação dos indivíduos. Há alguns problemas, entretanto, que nos fazem pensar: o que é partilhado em um grupo? Como um grupo opera e manipula as identidades? Que poder circula e atravessa um grupo? Isso sinaliza para a relação entre cultura e sociabilidades.

Simmel (1983) nos mostra que a cultura é de caráter polissêmico, mas podemos entendê-la como um processo de mediação entre as criações objetivas e a vida interior dos indivíduos.

A cultura então, se liga à forma e ao espírito, no sentido inventivo, do indivíduo. Os processos culturais se inscrevem em uma relação dialética entre o sujeito e o objeto. É desse modo que a cultura é transitória, inconclusa e momentânea. Ela se relaciona com as sociabilidades porque constroem os processos de subjetivação dos indivíduos.

Para Simmel (2006), a sociedade ganha conotação de estar com o outro, para o outro e, muitas vezes, contra o outro. É a relação na formação e desenvolvimento de conteúdos e interesses. As formas criadas dessa relação ganham vida própria. São laços que carregam conteúdos, que existem por si mesmos. A esse fenômeno, o

sociólogo chama de sociabilidade. Avançamos e entendemos que os laços não são estáticos e nem singulares, mas plurais, contextuais.

Nas sociabilidades circulam interesses e necessidades específicas de quem se interage e de quem realiza trocas, associações e produção de formas e conteúdos dentro de um determinado grupo. É justamente o interesse e a necessidade dos indivíduos que ligam as pessoas. Nos diz Simmel (2006, p. 168):

Além de seus conteúdos específicos, todas estas sociações também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre seus membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disto.

Entendemos, pois, que os indivíduos que são sociados, ou seja, que se relacionam e realizam interações, obtêm certo gozo e satisfação de suas necessidades, visto que têm seus interesses realizados na medida em que interagem e que realizam trocas, sejam elas materiais ou simbólicas.

Aqueles que são sociados compreendem a sociedade enquanto um valor. Isso quer dizer que há um sentimento de partilha e de identidade entre os que se sociam. A existência então, passa a ser regulada pelas relações que são estabelecidas. Assim, Simmel (2006) nos indica que há um impulso de sociabilidade nos indivíduos que extrai da realidade da vida social os valores apreciados.

Outra questão da sociabilidade trazida por Simmel (2006) é sobre ela ser uma categoria sociológica de forma lúdica da sociação.

Ora, a sociação como sendo formas e modos gerados pela demanda dos conteúdos sociais dos indivíduos, nos leva a entender as sociabilidades como formas que são o próprio conteúdo e que, por isso mesmo, demonstra a ludicidade dos indivíduos. Essa ludicidade é manifesta pelas intencionalidades, aspirações e criações sociais dos indivíduos.

Os resultados dos processos das sociabilidades são exclusivamente as pessoas que delas partilham, de modo que o caráter determinado pelas qualidades pessoais influencia o que circula entre o grupo.

A forma social pode ser determinada por interesses específicos, assim os interesses que impelem o indivíduo de manifestar sua individualidade e singularidade são independentes e ilimitados.

Dito de outra maneira, a forma social é atravessada por interesses que podem influenciar a singularidade dos indivíduos. Para que os indivíduos possam estabelecer os processos de sociabilidades, é preciso, em certa medida, que haja redução de autonomia e da exacerbação pessoal. Assim, traçam-se limites que surgem das reivindicações dos outros, do próprio indivíduo e dos desejos materiais e intelectuais.

Nas sociabilidades não circulam “[...] a personalidade, aqueles traços mais genuína e profundamente pessoais da vida de alguém, o caráter, a disposição e o destino” (SIMMEL, 2006, p. 170), pois as disposições de ser e de estar é que contam para os processos de sociações.

Outrossim, a sociação é interação possível entre os iguais, simétricos e equilibrados em uma relação artística. De modo, Simmel (2006, p. 173) nos diz: “A interação entre os iguais [...] deve criar seres humanos que renunciem tanto a seus conteúdos objetivos e assim modifiquem sua importância externa e interna, a ponto de se tornarem socialmente iguais”. Logo, as sociabilidades operam entre os iguais de modo mais profundo.

Por isso que a singularidade é importante quando estudamos as sociabilidades, pois, por ela iniciamos o movimento de identidade e de diferença. Para Simmel, a singularidade, ou individualidade, é o processo que irá constituir a diferença entre os indivíduos.

Assim, “tão logo o eu, no sentimento da igualdade e da universalidade, sentiu-se forte o bastante, passou a procurar a desigualdade, mas apenas aquela que surgia como uma lei interna” (SIMMEL, 2005, p. 112). Há, contudo, uma relação dicotômica entre a singularidade e o grupo, pois na medida que o indivíduo se torna singular, ele vai se agrupando com os seus iguais. Quem está em um grupo se assemelha a quem está na multidão. É um tensionamento entre a individualidade e a coletividade, entre quem sou e quem somos.

Nesse sentido, Negri (2005) afirma que o conceito de multidão é de grupalidade, de organização ativa e exercitante de si mesma. São conjuntos, somas de singularidades que cooperam entre si e se articulam de forma solidária e que produzem sentidos de identificação. É mesmo uma rede definida por suas relações umas com as outras. Multidão é singularidade que coopera; distancia-se de uma massa sem forma e ainda apresenta movimento interno e externo à própria grupalidade.

Uma das características da multidão é sua formação de singularidade. Enquanto a individualidade se insere em contextos de realidades consistentes e independentes da totalidade, a singularidade é um movimento em conjunto. Na singularidade, o sujeito vive em relação com o outro e ele é definido pela relação com o outro. Sem o outro, não há possibilidade dele existir.

A singularidade explica o que há de comum no mundo. A busca pelo comum não quer dizer uma realidade já dada, mas uma realidade que se constrói e reconstrói a todo momento. O mundo é feito por singularidades que são relações dinâmicas.

À medida em que as relações são intensificadas, o agir do sujeito é voltado para ações em redes; convertem-se em ações reais, significativas e produtivas do cotidiano, onde singularidade e cooperação são fundamentais para a conquista de novas utopias (NEGRI, 2005).

Singularidade e cooperação são formas de construção social que moldam grupos, identificação e trajetos de vidas individual e coletiva. As ações singulares e cooperantes são potências processuais de invenção. Isso quer dizer que em tais ações residem atos de resistência e de inventabilidade comum sobre o mundo, mesmo que as adversidades históricas e o empenho da razão metonímica teimem em criar lógicas verticais e excludentes.

Urge que movimentos singulares e cooperantes/cooperativos constituam processos insurgentes sobre lógicas dicotômicas, na tentativa de superar o processo de individualização de referências únicas. O cuidado é, portanto, um meio de estabilizar os movimentos da singularidade e de desestabilizar discursos de ordem única e violenta sobre o mundo. Será assim que Hardt e Negri (2005, p. 376) dirão:

[...] nenhuma subjetividade está do lado de fora, e todos os lugares foram agrupados num não lugar geral [...]. Quando dizemos que a teoria política precisa tratar da ontologia, queremos dizer em primeiro lugar que a política não pode ser construída de fora para dentro. Política é campo de pura imanência.

Os autores continuam afirmando que “a passagem do virtual através do possível para o real é ato fundamental de criação” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 379). Assim, o trabalho imaterial é o *modus operandi* que permite a produção de novas formas simbólicas de agir no mundo.

Isso quer dizer que a disposição para agir dos sujeitos reside na multidão. Sendo ela um conjunto virtual de relações de poder, a multidão se constitui por lutas sólidas. É mesmo um ato de disposição sobre o virtual que produz o comum, que produz outras ordens do cotidiano pautadas na singularidade e na cooperação.

2.3 Estigma e Estigmatizados: notas sobre saúde, doença e Deficiência

Giddens e Sutton (2017) nos apresentam o conceito de estigma, formulado nos anos de 1960 por Goffman (1980). Foi este sociólogo quem primeiro se preocupou com os processos de diferenciação e discriminação que afetavam as pessoas com marcas e limites de atuação individual. A perspectiva de limitação e, conseqüentemente, da própria identidade da pessoa, surge como um diálogo entre as teorizações de Giddens e Sutton (2017) e de Goffman (1980).

Assim, podemos afirmar que o tolhimento da autonomia se relaciona com o conceito de estrutura, que para Giddens (2017, p. 12) é: “a influência da sociedade no indivíduo”.

De toda sorte, Goffman (1980) nos mostra que o estigma nasce da relação social em que se preza a desvalorização e que se calca na hierarquização dos indivíduos. Quem tem o estigma é inferior, é desprezível, é anormal, é incapaz. O indivíduo é desvalorizado e desqualificado em virtude de suas marcas e perde aceitação social.

Para Goffman (1980), o estigma surge em diversos momentos cronológicos, assim como pode incidir sobre características ou comportamentos diversos. O que importa na impressão do estigma e no que ele causa é que haja constante repulsa a marcas específicas.

Essas marcas podem ir da ordem biológica, fisiológica, cognitiva, social e até mesmo cultural. Por muito tempo, aos estigmatizados restou o silêncio, o esvaziamento de suas experiências de mundo e de seus conhecimentos, a ojeriza, a demonização. Mas os estigmatizados resistiram, enfrentaram e lutaram. Passaram a não se sujeitar ao esquecimento e invisibilidade.

Esses enfrentamentos e lutas levaram a romper com comportamentos insubmissos às regras sociais de silenciamento e de invisibilização. Velho (1998, p.

10) traz a “teoria dos desvios sociais”, onde o desvio acontece quando o indivíduo não mais respeita as regras impostas por algum sistema.

Isso nos leva a compreender que os estigmatizados, mesmo condenados socialmente ao silenciamento e à invisibilidade, produzem novas formas de relações de poder, outros símbolos e significados sobre o mundo e outras formas de sociabilidades.

Essas situações são postas a partir das deficiências, que é o lugar social de onde eles são vistos, dada a nossa sociedade ser capacitista, isto é, o mundo é feito para e a partir das pessoas sem deficiência.

Os processos de estigmatização são impressos nas minorias sociais. Aqueles indivíduos ou grupos sociais que prezem e experimentem o mundo por meio de suas questões étnicas, raciais, de gênero, de classe social, de gerações e até mesmo de saúde, são desvalorizados socialmente.

A ordem da sociedade é fundada em estruturas brancas, cristãs, heterossexual, europeia e de corpos sem deficiência. O estigma produz um olhar desvalorizado sobre esses indivíduos, e é preferível que eles sejam esquecidos e silenciados para que não possam ser considerados como iguais.

A pessoa estigmatizada é formada por tais estruturas e acaba, tantas vezes, internalizando e incorporando as estruturas dominantes que forjam as relações sociais.

Quando isso acontece, ela cumpre o seu papel social porque irá sentir, pensar e agir conforme as estruturas que lhe oprimem e lhe inferioriza. Mas a desobediência gera estranheza (VELHO, 1998).

Essa estranheza leva a reações agressivas e violentas. À pessoa com deficiência espera-se que seja frágil, dependente, incapaz de exercer seus direitos e de conquistas, sempre necessitada de amparo e ajuda solitária e fadada a não criar relações sociais que possam ser atravessadas pela afetividade, pela amizade e pela sexualidade.

O discurso biomédico, conforme nos diz Carapinheiro (1986), contribuiu para que essa imagem fosse incontestada. Era o olhar da pessoa sem deficiência sobre a pessoa com deficiência, de forma que as primeiras eram sempre objetos e nunca sujeitos.

O referido discurso (biomédico) cristalizou e foi fundamentado pelos processos de estigmatização e a saúde passou a formar estruturas que definiram o lugar social das pessoas com deficiência, bem como limitou suas relações sociais.

A doença é uma construção social e, portanto, passível de ser atravessada pelos processos de estigmatização. O que há na doença como constructo social? Há estruturas, há ações, há sentidos e significados para além do corpo.

Isso é importante entender porque atravessa e perpassa também a construção de políticas públicas, sejam da educação, da saúde ou de outras áreas. Basta vermos que muitas vezes o Poder Legislativo opera através de discursos construídos na visão biomédica que tanto estigmatizou as pessoas com deficiência. Ora o Estado atua na desconstrução do estigma, ora atua como autor dos processos de estigmatização.

A visão biomédica, denunciada por Giddens e Sutton (2017), da construção social da pessoa com deficiência se opõe ao modelo social da deficiência.

Enquanto o modelo biomédico da deficiência leva em consideração a lesão física ou psíquica para determinar a pessoa enquanto aquela com deficiência – e isto nos lembra o próprio processo de estigmatização da pessoa – o modelo social da deficiência entende que o ambiente externo, e não a marca física ou psíquica da pessoa, é determinante para se afirmar a deficiência. Qual diferença entre os modelos?

Ora, enquanto a visão biomédica reduz a pessoa à sua marca, o modelo social contribui para não limitar a pessoa às suas características físicas ou psíquicas.

É o modelo social quem, de modo sociológico, influencia os estudos sobre a deficiência. É uma perspectiva progressista e interacional, onde a pessoa com deficiência é aquela que depende dos obstáculos externos, até mesmo de fatores e barreiras jurídicas e sociais (GIDDENS; SUTTON, 2017).

Mesmo com todos os avanços, o modelo biomédico ainda é presente e dominante nas discussões e nos estudos sobre deficiência. Os avanços nas discussões evidenciam esses tensionamentos.

Parsons (1984) nos ajuda a entender que o modelo social da deficiência é combativo aos discursos que centram e reduzem a pessoa com deficiência a um papel social de doente.

A doença então define toda relação da pessoa e suas produções de conhecimento sobre o mundo, bem como as suas ações. O papel de doente, termo

cunhado pelo sociólogo estadunidense, denuncia a relação entre a enfermidade e a determinação das ações e dos comportamentos da pessoa. Isso é um movimento de estereotipar a pessoa com deficiência. Mas de modo prático, qual a contribuição do modelo social para o estudo das deficiências?

Ao recorrer aos discursos sociais da pessoa com deficiência, passamos a minimizar as crenças que são disseminadas sobre as expectativas do papel do doente.

2.4 O ensino de Sociologia e a política de educação inclusiva

No Ensino Médio, o ensino de Sociologia deve trazer as questões do próprio ensino da disciplina, além de uma formação humana crítica que seja voltada também para a cidadania. Assim, precisamos tensionar, até certo ponto, a formação de professores de Sociologia.

Nos diz Ferreira (2002) que aprender a ensinar Sociologia é um dos desafios atuais da formação de professores. Um dos objetivos da formação de professores de Sociologia é a produção do conhecimento, a formação de atitudes e práticas que respaldem a docência com responsabilidade e compromisso.

Desse modo, o Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2003, p. 8) orienta que durante a formação dos professores de Sociologia deve-se levar em consideração “o atendimento das contínuas e emergentes mudanças para cujo deságio o futuro formando deverá estar apto”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica asseguram que a formação inicial dos professores deverá ser através de graduação plena em cursos de licenciatura.

A concepção nuclear baseada na competência e a coerência entre formação, prática e pesquisa são alguns elementos formativos que não podem ser desconsiderados (BRASIL, 2003).

Prosseguimos e encontramos em Sarandy (2004, p. 123) uma importante base para o ensino de Sociologia. Diz o autor:

O estudo e o conhecimento da realidade social, em si mesma dinâmica e complexa, a compreensão dos processos sociais e seus mecanismos e a percepção de nossa própria condição enquanto

atores sociais capazes de intervir na realidade. Essas competências e habilidades fornecem os elementos necessários para a formação de uma pessoa, de um cidadão e de um profissional, seja em que área for, consciente de sua posição, potencialidades e capacidade de ação.

É importante lembrarmos que antes de tornar-se disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio (antes do Novo Ensino Médio) em 2008, já em 2001 havia Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Ciências Sociais.

Nessas diretrizes há as modalidades do bacharelado e da licenciatura, onde a licenciatura é voltada para a formação inicial de professores da Educação Básica (FERREIRA, 2002). Assim, interpretamos que, sendo a licenciatura em Ciências Sociais atrelada às particularidades do ensino, cabe a fomentação de uma visão crítica do social.

A Sociologia é realizada à intervenção na realidade social, sendo reconhecido seu papel de análise da sociedade. Tomazini e Guimarães (2004) mostram que o professor de Sociologia contribui para as descobertas de seus alunos e pode suscitar neles o pensamento crítico e autônomo.

Do mesmo modo, Leithäuser e Weber (2010) afirmam que os cursos de licenciatura em Ciências Sociais são provocativos na medida em que instigam a formar professores que lidarão com estudantes que, na sua maioria, não têm motivação para as aulas de Sociologia.

Nesse sentido, afirmamos a necessidade de que a formação de professores de Sociologia leve em consideração uma formação humana crítica, que possibilite um processo de conscientização dos indivíduos e que estimule a participação ativa no social.

Ferreira (2002) nos traz duas finalidades imprescindíveis no ensino de Sociologia, a saber: o desenvolvimento do pensamento crítico e o exercício da cidadania. Para elaborar esse argumento, a autora se baseia na relação estreita entre Sociologia e construção do pensamento crítico.

Nesse horizonte, questionamos, a despeito dos detratores da Sociologia como componente curricular na Educação Básica: para que serve, de modo prático e útil a Sociologia e seu ensino?

Ora, apoiamo-nos em Dubet (2011) e Lahire (2006) para vislumbrar uma possível resposta para esta indagação epistemológica e sociológica. Dubet (2011) nos

alerta que a sociologia não valeria o mínimo de esforço de ser pensada se não fosse por sua utilidade.

Primeiro é preciso entender que esse questionamento não é fruto do nosso tempo atual, mas por razões intelectuais de uma sociedade moderna que passou por intensas transformações sociais, surge como uma reflexão utilitarista. Depois, nos diz o sociólogo que, a palavra utilidade, em sentido estrito, deve ser levada em consideração, pois sendo uma ciência, a sociologia não se submete ao princípio da utilidade, mas da produção do conhecimento.

Dubet (2011) explica-nos que quando a sociedade deixou de ser entendida como sendo um projeto de Deus, ou quando ela não mais foi entendida como uma expressão livre e racional do contrato social. Ainda mais quando não se falava mais em Deus para justificar os fatos e acontecimentos sociais e quando o Estado e suas leis não organizaram mais a vida social, aí sim começaram a questionar a Sociologia.

Categoricamente, Dubet (2011) reitera que a Sociologia traça uma distância entre as representações e as realidades, entre os princípios gerais e as coisas mais banais do cotidiano. Essa distância é mesmo a própria gênese da Sociologia.

Para Lahire (2006), algumas preocupações surgem quando pensamos a utilidade da Sociologia, a exemplo de: onde se inserem os profissionais diplomados em Ciências Sociais? Para quê? Por quê? O que nos interessa quando pensamos o mundo social?

Esse sociólogo nos ensina que a Sociologia é posta como uma disciplina menos legítima que outras. Por outro lado, a Sociologia é também tensionada por seu próprio objeto a encontrar demandas de justificação. A Sociologia desde seu início assume uma posição crítica perante a sociedade; seus resultados são compreensíveis pelos próprios objetos de pesquisa. Ela é uma ciência que desfaz mal-entendidos.

Lahire (2006) mostra que apesar da luta da Sociologia em mostrar-se científica, o sentimento da utilidade – ou mesmo da inutilidade – advém menos da natureza de um saber do que seu valor acadêmico.

Para o autor, a legitimidade e valor que a sociedade atribui a certas atividades acabam eliminando quaisquer questionamentos sobre as utilidades das coisas. Do mesmo modo, Bourdieu (1984, p. 19) diz:

[...] ter o triste privilégio de se confrontar incessantemente com a questão da sua cientificidade. É-se menos exigente para com a história ou a etnologia, sem falar da geografia, da filologia ou da arqueologia. Incessantemente interrogado, o sociólogo interroga-se incessantemente. O que faz com que se acredite num imperialismo sociológico: o que é esta ciência incipiente, balbuciante, que se permite submeter a exame as outras ciências! Estou a pensar, evidentemente, na sociologia da ciência. De fato, a sociologia não faz mais que pôr às outras ciências questões que lhe põe de maneira particularmente aguda. Se a sociologia é uma ciência crítica, talvez seja por estar em uma posição crítica.

Assim, prosseguindo com a discussão sobre a utilidade da Sociologia, chegamos ao ensino. Postel (2009) propõe que o ensino das ciências sociais apresente três pontos elementares e indissociáveis: i) elaboração de representações teóricas prudentes e sólidas sobre hipóteses simplistas e dominadas; ii) renúncia à teoria geral, pura e a histórica do social e iii) recusa ao dogma da impossibilidade de teorizar.

O sociólogo nos apresenta uma visão de ensino de Sociologia ontológica – porque recusa o naturalismo na ciência social –, epistemológica – já que assume a unidade do social e a metodológica – que recusa a teoria abstrata e o empírico concreto.

A partir dessas reflexões, entendemos que é oportuno compreendermos o processo histórico e jurídico da inclusão no cenário brasileiro. Ao revisitarmos a história, pretendemos observar os avanços conquistados e as limitações ainda hoje no processo de inclusão das pessoas com deficiência na educação básica, mais especificamente no Ensino Médio.

2.5 Breves considerações históricas sobre a legislação brasileira referente à inclusão

Por volta da segunda metade dos anos de 1960, houve tentativas de cuidar da pessoa com deficiência, em sentido legislativo e de obrigação do Estado. Inicialmente o Congresso brasileiro se utiliza do modelo biomédico sobre a deficiência, tomando como premissa fundamental: a lesão e a deficiência. Ao equacionar estas categorias,

entendemos que a pessoa com deficiência é vista apenas pela lesão, não importando os aspectos e barreiras externas ao seu corpo.

Apenas em 2015, com a Lei nº. 13.146 – Estatuto da Pessoa com Deficiência –, que o modelo social é, de fato, reivindicado nas discussões sobre política e deficiência. Em oposição ao modelo social, encontramos na Lei nº. 4.613/1965 uma posição estigmatizante da pessoa com deficiência:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para os veículos que, pelas suas características e adaptações especiais, se destinarem a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos, os quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns (BRASIL, 2015).

A visão que se tinha (ou tem?) da pessoa com deficiência era sempre associada ao defeito, à lesão. A pessoa era entendida como defeituosa, lesionada. É um processo radical de estigmatizar pessoas.

A estigmatização é uma estrutura social que se tornou também institucional através do capacitismo. Em 1970, essa visão começa a ser contestada. Na Lei nº. 5.692/1971, em seu artigo 9º, observamos a troca do termo defeituoso por deficiência:

Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971).

Nesse contexto, observamos que o termo deficiente não é mais associado ao fator portabilidade. A associação da deficiência com a portabilidade nos leva a interpretar que a deficiência pode ser abandonada a qualquer momento. Agora, a visão é de que o aluno, no caso, apresenta deficiência. Até 1980 essa expressão será mais usual. O termo volta após esse período, como é possível ver na Lei nº. 7.210/1984:

Art. 32. Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado. § 3º Os doentes ou deficientes físicos somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado (BRASIL, 1984).

Ao considerar a pessoa com deficiência como doente, estamos limitando sua posição social. É um movimento de tomar a parte pelo todo e a pessoa passa a ser sua própria marca física ou psíquica.

A limitação é apenas um detalhe na vida da pessoa com deficiência, mas insistimos, socialmente, em tomá-la enquanto a própria limitação. Os traços e os processos de estigmas continuam: a pessoa é a sua deficiência.

A incapacidade da pessoa é atestada por sua lesão física ou mental. Isso é refletido na legislação. Há também o processo de coisificação da pessoa, onde ela é tomada por sua deficiência.

A inclusão do termo pessoa é uma maneira de enfrentar e se contrapor à desvalorização da pessoa com deficiência. Já em 1985 em diante, as leis voltam a tratar a pessoa com deficiência, mesmo que ainda utilizem o termo pessoa portadora de deficiência.

Ainda assim, o termo é menos estigmatizador, pois não enxerga apenas a lesão, mas a pessoa. Há um descuido no trato com a portabilidade, pois não é possível abrir mão da deficiência. A Constituição Federal de 1988 traz a proteção às pessoas com deficiência:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (BRASIL, 1988).

Isso já anuncia a preocupação do Estado com o bem-estar social da pessoa com deficiência. A Organização das Nações Unidas recomenda, desde o início dos anos 2000, o uso do termo pessoa com deficiência. Isso positiva o modelo social de deficiência.

A noção de portabilidade é desfeita, assim como a parte não é tomada pelo todo. Aponta-se uma determinada situação para a pessoa, levando-se em consideração o ambiente externo e a interação com a pessoa.

A deficiência deixa de ser a lesão, a marca e a pessoa e passa a ser a dificuldade em acessar bens ou serviços. Definitivamente, com a Lei nº. 13.146 de 2015, o modelo social da deficiência é adotado na legislação brasileira. Assim,

Art.2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Este conceito interacional permite a reflexão sobre os processos de estigmatização, bem como permite a conscientização de si mesmo enquanto pessoa com deficiência, pois, atravessa pelas estruturas sociais. As pessoas pensam, sentem e agem conforme essas estruturas sociais.

Assim, somente com outras razões fundadas na compreensão da pluralidade da vida e dos fenômenos sociais, conseguiremos desestabilizar essas estruturas dominantes.

É preciso também lançar-se em um engajamento político e sociológico que compreenda as pessoas com deficiência como sujeitos capazes de organizar e criar seus agenciamentos e que contribuam para a construção do mundo.

Para Callon (2008), o agenciamento é a diversidade de agências, ou seja, disposições psicológicas, sociais, econômicas e culturais que orientam a ação do indivíduo e capacitam o indivíduo na sua organização de mundo e na produção de sentidos e significados.

Queremos com isso, disputar sociologicamente a posição legítima das pessoas com deficiência em produzir conhecimentos de mundo, em criar sociabilidades reais e profundas, que revelam sua cultura, sua visão de vida e de mundo. Queremos aqui produzir a visibilidade das pessoas com deficiência junto com elas.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

3.1 Abordagem da pesquisa

A pesquisa de abordagem qualitativa nasce na sociologia e na antropologia, como mostra Denzin e Lincoln (2006). Na sociologia, essa abordagem emerge da necessidade de discutir a vida de grupos humanos.

Especialmente com a Escola de Chicago, entre 1920 e 1930, a abordagem qualitativa vai se estruturando e consolidando. Pretendia-se entender o outro, nessa compreensão metodológica, onde o outro era visto como pertencente a uma cultura menos civilizada do que a cultura do pesquisador.

Schwandt (2006) diz que a investigação qualitativa já vinha sendo realizada nas pesquisas de campo, porém, é somente em 1970 que a pesquisa qualitativa ganha força. Houve um movimento, um enfrentamento à concepção de uma ciência positivista.

Esse tipo de ciência se distanciava dos estados subjetivos e individuais da relação pesquisador-objeto, e mesmo do mundo. Propunha a perspectiva positivista a busca de informações por meio de dados quantitativos, que possibilitem provar relações entre variáveis.

Porém, o método de se interpretar dados qualitativos ganhou aceitação em diversos campos do conhecimento, como Educação, História, Ciência Política, Negócios, Medicina e tantos outros.

A pesquisa qualitativa é um campo transdisciplinar e suas formas são aceitas como parte da metodologia e da ciência. Ainda conforme Denzin e Lincoln (2006), a abordagem qualitativa envolve uma interpretação do mundo. Isso quer dizer que os pesquisadores investigam os fenômenos em seus contextos naturais, realizando um movimento de compreensão desses fenômenos em termos de significados.

Nesse sentido, Vieira e Zouain (2005) consideram que a pesquisa qualitativa compreende a importância dos atores sociais envolvidos com o fenômeno investigado, os discursos e significados produzidos nesses contextos.

Assim, a abordagem qualitativa mantém uma descrição detalhada e profunda dos fenômenos e dos elementos que os envolvem.

Creswel (2007) aponta para a pesquisa qualitativa como um complexo método que vai na fonte direta dos dados: o ambiente natural. É desse modo que os dados são descritivos, pois são analisados a partir de uma tessitura social. Para o autor, a preocupação com esse processo é maior do que com o próprio resultado da pesquisa. Intenta-se verificar as manifestações e atividades que estão presentes nas interações.

Outro ponto de atenção é que a pesquisa qualitativa ganha destaque em pesquisas onde as situações e os aspectos psicológicos são evidenciados. Visto que esses aspectos são complexos e não se encerram em si mesmo, a pesquisa qualitativa contribui para a investigação (RICHARDSON, 1999).

É pensando no nosso objeto de pesquisa que propomos uma abordagem qualitativa para nossa metodologia de investigação. Analisamos os sentidos e significados que estão enredados e que configuram relações, variações e manifestações do objeto de pesquisa com a realidade.

Para que a abordagem qualitativa seja fundamentada, Godoy (2005) ensina-nos alguns elementos epistemológicos que legitimam essa perspectiva, a saber: a credibilidade, a transferibilidade, a confirmabilidade, a explicitação cuidadosa da metodologia e a relevância das questões de pesquisa.

A credibilidade trata-se da validade interna, ou seja, no cuidado em apresentar resultados dignos de confiança, que não partam dos juízos de valor do pesquisador. Na transferibilidade se realiza uma descrição profunda do fenômeno; isso permite uma imaginação envolvente do leitor da pesquisa e aplica a pesquisa a outros contextos. Já a confirmabilidade envolve perceber se os resultados estão coerentes com os dados coletados.

Na explicitação cuidadosa da metodologia, deve-se detalhar minuciosamente o trajeto metodológico da pesquisa. Por último, a relevância das questões de pesquisa se associa e se relaciona aos estudos anteriores (GODOY, 2005).

3.2 Tipo de pesquisa

Nossa proposta de investigação foi analisar o que já foi posto e em que circunstâncias metodológicas as pesquisas foram elaboradas. Interessávamos por desenvolver um pensamento crítico e apontar novas possibilidades de pesquisa.

Assim, afirmamos que esta proposta de pesquisa, quanto aos objetivos foi do tipo exploratória. Para Gil (2008), a pesquisa do tipo exploratória requer menos rigidez no planejamento, contudo, ela necessita de uma postura que considere o rigor científico como condição de investigação.

Ao dizer que esse tipo de pesquisa necessita de menos rigidez, o autor propõe pensarmos a partir de flexibilidades que emergem no próprio processo de pesquisa. As pesquisas do tipo exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27).

Sendo o tema pouco explorado – ao que nos propomos investigar, a lembrar: as produções acadêmicas (teses e dissertações) que tratam sobre a pessoa com deficiência no contexto do Ensino de Sociologia, no Ensino Médio. Isso supõe que ela seja considerada cocriadora e copesquisadora –, e percebemos a necessidade de caminhar nessa direção.

3.3 Método da pesquisa

Realizamos uma pesquisa com o método da revisão bibliográfica. Nossa escolha se deve, essencialmente, ao momento em que estamos vivenciando com a pandemia da Covid-19¹. Esse momento de pandemia sustenta um caótico cenário das relações sociais e pede afastamento social como condição de enfrentamento à pandemia. Assim, inicialmente pensada como pesquisa de campo, esta investigação propões uma mudança do tipo de pesquisa em respeito às pessoas infectadas e às pessoas que já morreram pela a Covid-19. Nosso compromisso como pesquisadores é criar condições possíveis e humanas de vida e não contribuir para o caos. Assim, por si só, a realidade social que vivenciamos com a Covid-19 é suficiente para que tenhamos materializado nosso compromisso social de respeito com o ser humano.

Nesse aspecto, a pesquisa do tipo revisão bibliográfica, segundo Gil (2008), é desenvolvida a partir de material investigativo já elaborado e publicado. Para o autor,

¹ Conforme a Organização Pan-Americana de Saúde, é a sexta vez na história mundial contemporânea que uma emergência de Saúde Pública é declarada. Ver: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875.

os estudos necessitam de amparo na revisão bibliográfica, mas há pesquisas que são desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. É o caso de nossa pesquisa. Ela parte de estudos exploratórios.

Para Gil (2008), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é que ela permite uma cobertura ampla sobre o fenômeno, visto que a posição do pesquisador é de explorador e, em certo sentido, de um sujeito que arquiteta projeções sobre o conhecimento acerca do objeto investigado. Isso presume que ele parte do que já foi construído.

Gil (2008) aponta as etapas de uma pesquisa bibliográfica. Primeiro temos que formular um problema. Para o autor, o problema deve ser estruturado de modo que contribua para um encaminhando científico do mesmo. Isso sugere o interesse do pesquisador sobre o tema, a relevância teórica e prática do tema, a relação com a área de pesquisa do pesquisador, o arcabouço teórico já construído sobre o tema. De todo modo, o problema elaborado por nós – e que já foi apresentado na introdução deste projeto – atendeu ao rigor proposto por Gil (2008), visto que o problema nasceu da experiência empírica do pesquisador e em seguida da revisão bibliográfica preliminar sobre o tema.

A segunda etapa apontada por Gil (2008) é a elaboração do plano de trabalho. Tendo estruturado o problema, devemos agir razoavelmente de modo organizado. Essa etapa apresenta uma forma ordenada dos tópicos de leitura do material. Nela estruturamos os tópicos em uma linha progressiva sobre o tema. Trata-se de um modo flexível e não estático, pois as leituras vão indicando novos caminhos.

O terceiro passo é a indicação das fontes. A identificação das fontes é um modo de responder rigorosamente à pertinência ao tema de pesquisa. Nessa etapa elaboramos uma biblioteca especializada que será constantemente revisitada. O critério da identificação das fontes é fundamentalmente epistemológico. Assim, precisamos ver quais correntes teóricas e quais paradigmas científicos convergem com o nosso problema de pesquisa (GIL, 2008).

O próximo passo é localização das fontes e obtenção do material. Para Gil (2008), é necessário construir fichários da biblioteca que foi construída. Os fichários possibilitam a organização das obras e dos autores. Em seguida é preciso obter o material, seja de modo virtual ou modo impresso.

Após estar em posse do material bibliográfico, o próximo passo é a leitura. A leitura é o *modus operandi* da revisão bibliográfica. Deve ser realizada de modo profundo, reflexivo e analítico. Gil (2008, p. 74) aponta para os seguintes passos na leitura: “a) identificar as informações e os dados constantes dos materiais; b) estabelecer relações entre essas informações e dados e o problema proposto; e c) analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores”. Recomenda-se, portanto, uma leitura exploratória capaz de definir alguns signos e significados. Assim, a leitura analítica dará conta de identificar a importância do material para a construção do que se pretende investigar. A leitura interpretativa estabelece essa conexão entre o conteúdo das fontes pesquisadas e o alcance com a pesquisa proposta.

Segue-se à essa etapa a confecção de fichas. Essa etapa é própria das anotações, das transcrições, dos apontamentos. Pretende-se construir informações críticas que serão estrutura para a escrita da pesquisa. As fichas devem ser ordenadas; dividi-las por assunto é um modo de organização e sistematização (GIL, 2008).

Por fim, chegamos à construção lógica do trabalho. Para Gil (2008), há que se organizar as ideias, sistematizar as críticas e apontar caminhos outros a partir da revisão. Assim, a etapa da escrita lógica compreende uma unidade analítica e reflexiva que se faz a partir de novas compreensões propostas pelo pesquisador e que emergem desde sua leitura dos trabalhos anteriormente produzidos.

3.4 Tipo de análise dos dados

Para o tratamento dos dados, utilizamos as proposições da análise de conteúdo. Para Minayo (2007), a análise de conteúdo surge como uma expressão metodológica recente. A autora diz que nos Estados Unidos, durante a Primeira Guerra Mundial, a análise emerge no campo do jornalismo, na Universidade de Colúmbia.

Como técnica de investigação, a análise de conteúdo é uma forma de apreender as relações sociais em determinados espaços (CAPELLE; MELO, GONÇALVES, 2003).

Nesse sentido, Minayo (2007, p. 308) aponta que a análise de conteúdo “visa ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica em relação à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação”.

Espera-se, portanto, que a análise de conteúdo seja uma expressão do sujeito pesquisador que busca categorizar as unidades de texto, trazendo uma expressão representativa e significativa. Bardin (2004, p. 26-27) diz que:

Análise do conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo), é um método empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo [...]; é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Destacamos que a análise de conteúdo é constituída de três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados a partir da inferência e interpretação.

Para Minayo (2007), a pré-análise, começa-se pelo contato inicial com o texto na busca de um contato com a unidade que é apresentada e será representada. Na fase de exploração do material, busca-se a análise textual. Ela é realizada por categorias pré-determinadas ou construídas na leitura do texto. Essas categorias sinalizam para o agrupamento de sentidos. Por fim, no tratamento dos resultados, o pesquisador deve realizar inferências e interpretações a partir das categorias e do contexto em que o material foi elaborado.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

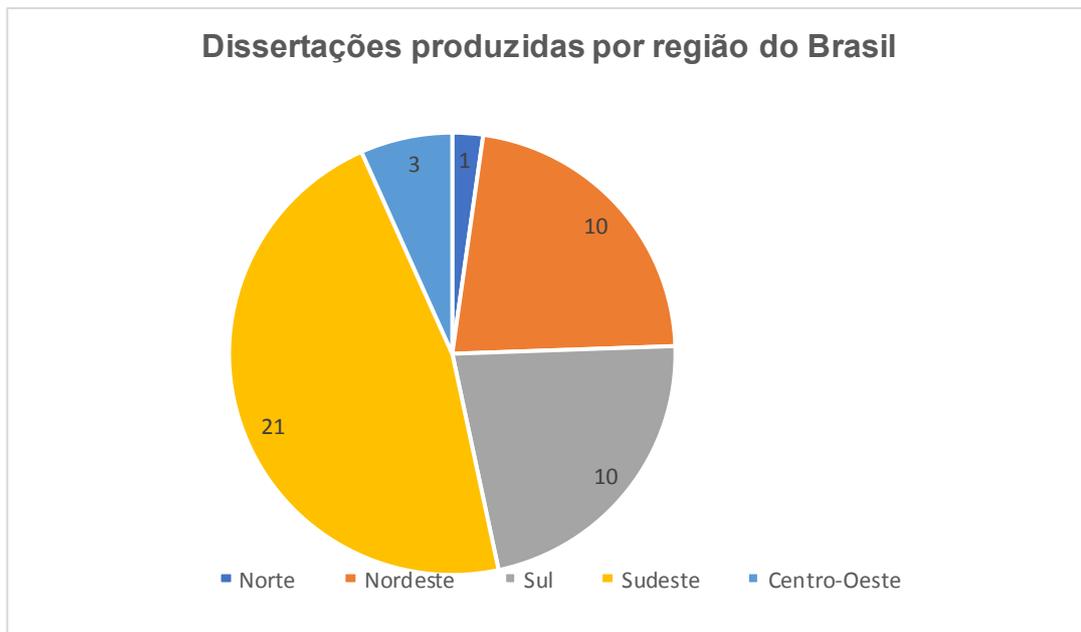
A análise que segue foi construída a partir de revisão bibliográfica, tendo por base de pesquisa a plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, utilizando como alicerce textos dissertativos a respeito do tema gerador, observando desde uma perspectiva dentro da escola até uma mais abrangente como a presente nas relações sociais fora deste ambiente.

Através da busca por pesquisas situadas entre o lapso temporal de 2009 a 2019, produzidas em língua portuguesa e consultando os descritores associados: sociologia das deficiências *and*² pessoa com deficiência, encontramos 45 dissertações produzidas. Neste primeiro momento apresentaremos o que as produções vêm discutindo sobre a sociologia das deficiências na perspectiva de um deslocamento epistemológico para que se consiga escutar as vozes das pessoas com deficiência.

4.1 A sociologia das deficiências na perspectiva de um deslocamento epistemológico para a escuta das vozes das pessoas com deficiência

As dissertações encontradas são distribuídas da seguinte forma, quanto à localização por região brasileira:

² O termo faz parte da lógica booleana de busca. Quer dizer que faz associação dos termos buscados, não selecionando trabalho de um termo e acrescentando trabalho de outro termo buscado. Assim, quando usamos esse termo, o algoritmo de busca entende que pretendemos encontrar trabalhos de termos associados e conjuntos.

Gráfico 1 - As dissertações produzidas por região no Brasil

Fonte: Construído pelo autor com os dados da pesquisa.

Como podemos observar, os trabalhos, em sua maioria, são produzidos na região sudeste do país. Assim, as pesquisas selecionadas, após a leitura dos resumos, trazem as perspectivas sobre indivíduos da região sul e sudeste em sua maioria, mesmo se tentando fazer um recorte mais abrangente em questão de produção por regiões.

Em relação às áreas dos Programas de Pós-graduação onde são situadas as produções, temos:

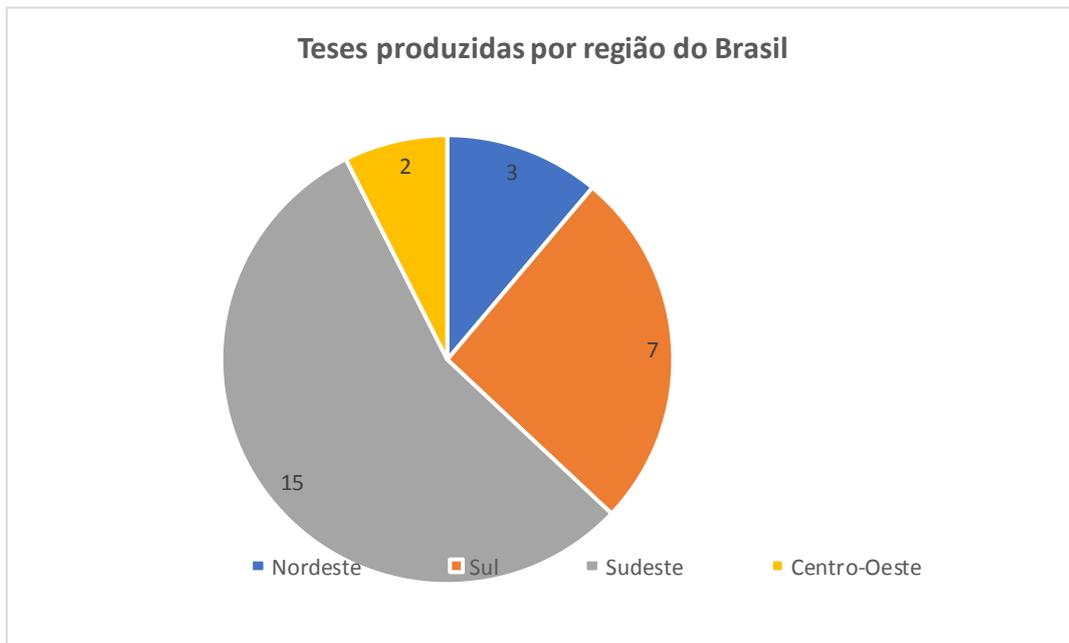
Tabela 1 - Programas de Pós-Graduação e as produções de teses e dissertações

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	
ÁREA	QUANTIDADE
Educação	9
Sociologia	6
Direito	6
Ciências Sociais	4
Psicologia	2
Administração	1
Administração Pública	1
Arquitetura e Urbanismo	1
Atenção à Saúde	1
Ciências Médicas	1
Ciências Políticas	1
Distúrbios do Desenvolvimento	1
Educação Agrícola	1
Educação Especial	1
Enfermagem Fundamental	1
Gestão de Políticas Públicas	1
Gestão e Estratégia	1
Música	1
Políticas Públicas	1
Políticas Sociais e Cidadania	1
Psicologia em Saúde	1
Sociologia Política	1
Tecnologia e Sociedade	1
TOTAL	45

Fonte: Construída com os dados da pesquisa (2020).

Mantendo o padrão de busca, na mesma plataforma, conseguimos levantar 27 teses produzidas. Distribuídas por região, as teses são quantificadas na figura abaixo:

Gráfico 2 - A produção de teses por região do Brasil



Fonte: Construído com os dados da pesquisa pelo autor (2020).

Em relação às áreas dos Programas de Pós-graduação das teses produzidas acerca do tema, temos:

Tabela 2 - Programas de Pós-Graduação e suas teses

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	
ÁREA	QUANTIDADE
Educação	8
Sociologia	3
Arquitetura e Urbanismo	2
Ciências Sociais	2
Enfermagem	2
Educação Física	2
Agronomia	1
Ciência e Tecnologia de Alimentos	1
Demografia	1
Direito	1
Educação Especial	1
Educação para a Ciência	1
Linguística	1
Saúde Coletiva	1

Fonte: Construída com os dados da pesquisa (2020).

Os trabalhos exibem, em ordem de apresentação, as linhas de: a) medicina, b) educação, c) sociologia e d) música. Selecionamos 11 produções, dentre dissertações e teses, que dialogam ou sinalizam para uma discussão fértil com nosso objeto de pesquisa. Procuramos acompanhar as produções contemplando cada ano, dentre o lapso temporal pretendido. Além disso, procuramos atender a uma justiça geopolítica do conhecimento, localizando os trabalhos em todas as regiões do Brasil. Para pluralizar nossa discussão, optamos por selecionar áreas diferentes e não se concentrar apenas em uma única área.

Pensou-se essa perspectiva como forma de melhor desenvolver e entender o tema proposto desde o seu início, proporcionando uma linha temporal parcial, abordando por vezes diferentes campos, funcionando como forma crescente de informação e saberes.

Os produtores textuais são em ordem de quantidade: 6 mulheres e 5 homens. Estes inferem suas visões sobre as vivências deficientes, porém não fazendo parte interna do grupo estudado. Importante salientar que na plataforma da BDTD foram encontrados textos que permeiam a educação, mas não são exclusivos desta área, bem como não são todos que apresentam referência direta às normatizações legislativas a respeito da inclusão do sujeito com deficiência dentro das formas de ensino comum, mas posteriormente estas serão esboçadas utilizando os diferentes parâmetros apresentados ao longo dos corpos textuais.

Antes de dar prosseguimento aos elementos textuais, façamos um pequeno recorte para entender uma perspectiva da região nordeste dentro dessa discussão, pois somente através de pesquisa avançada e específica é possível ver o desenvolvimento e apresentação do tema, mesmo que de forma incipiente da região nordeste, a respeito do tema deficiência e as relações sociais, recordando que o recorte aqui feito traz somente um banco de dados e visando, quantitativamente, a produção de dois ou mais textos por universidade, nisso temos que a instituição Universidade Federal do Ceará – UFC apresenta 5 trabalhos sobre o assunto, sendo 3 dissertações e 2 teses, enquanto a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE apresenta 2 dissertações e a Universidade Federal da Paraíba – UFPB apresenta 2 dissertações, mostrando que, mesmo um tema relevante e de grande importância para o desenvolvimento de pessoas com e sem deficiência, em algumas regiões apresenta-se defasado.

O objeto de estudo a pessoa com deficiência e seus dilemas enfrentados diariamente, têm por principal impacto uma melhor vivência e desenvolvimento do sujeito de uma sociedade não só inclusiva, mas capacitiva. Um pequeno recorte, em uma única base de dados, mas que mostra uma realidade muito discutida, porém não trabalhada para ser alterada. A falta de estudos sobre, bem como trabalhos produzidos por pessoas com deficiência, mostra, logo no início dessa análise, uma necessidade que não pode mais ser adiada se quisermos reparar uma dívida histórica para com as pessoas que foram silenciadas e subalternizadas historicamente.

Começemos por apresentação dos trabalhos e suas perspectivas sobre o tema exposto, entendendo de início que as pessoas com capacidades físicas ou intelectuais reduzidas são sempre o objeto de estudo dos trabalhos aqui revelados. Logo, não há uma virada epistemológica capaz de perceber os sujeitos com deficiência enquanto autores. São tomados enquanto objetos de estudo. De modo semelhante, podemos tomar de empréstimo o pensamento de Ramos (1955), ao denunciar o racismo estrutural na academia brasileira e nas formas de pesquisar. O autor fala da patologia social do branco brasileiro, que sempre investiga pessoas pretas, mas não se coloca como objeto de estudo. Paralelamente, podemos pensar a patologia social das pessoas capacitistas que se colocam a investigar pessoas com deficiência, mas não se colocam como objeto de estudo.

A princípio temos Mattevi (2009), em sua pesquisa Qualidade de vida e qualidade do cuidado de pessoas com incapacidades físicas e intelectuais: grupos focais do projeto DIS-QOL no Brasil, trabalho produzido e apresentado na instituição Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS para o Programa de Pós-graduação em Ciências Médicas. A perspectiva do trabalho é a discussão do que é de fato uma pessoa com deficiência, um indivíduo que possui somente suas capacidades para atividades do dia a dia reduzidas, ou um ser não desejado pela sociedade, que preza por indivíduos plenos em suas funções, indo sempre de acordo com o modelo preexistente, rígido socialmente aceito. E indo além dessa discussão, trazendo novas perspectivas do enquadramento do sujeito em sociedade e as formas corretas de tratamento no meio social, médico, educacional. Indo a fundo entendendo como de fato é a vivência com deficiência, não somente o que eles relatam, através dos estudos de escalas realmente funcionais, enxergando também as pessoas que o circundam, entendem quais as necessidades dos familiares e cuidadores e como eles auxiliam no desenvolvimento do sujeito com deficiência.

A pesquisadora atrela toda essa informação trazendo à tona como as deficiências são tratadas e discutidas ao longo do tempo e atualmente, e tenta entender como e quais ferramentas podem ser utilizadas na adaptabilidade do sujeito em sociedade e na educação, melhorando sua qualidade de vida, para que tenha um desenvolvimento minimamente aceitável na convivência social. Acima de tudo, entender que cada sujeito com deficiência é único em suas habilidades e aptidões.

Tendo como objetivo o explorar dos conceitos, e significados destes, de qualidade de vida e sua relação com os cuidados e a melhora desses processos através da construção e utilização de questionários para melhora dessas atividades.

Seguido pelo estudo de Marques (2010), intitulado O esporte paraolímpico no Brasil: abordagem da sociologia do esporte de Pierre Bourdieu (1983, 1989, 1996, 1998), pertencente à Universidade Estadual de Campinas, para o Programa de Pós-graduação em Educação Física. A intenção do trabalho é compreender o esporte paraolímpico, e sua intrincada relação com as questões sociais, como essas atividades são vistas pelos indivíduos em sua formação estudantil, indo além de somente discutir os processos e entender as regras dos jogos e atividades e das alterações corporais causadas por estes. O pesquisador tem como base para nortear sua pesquisa uma teoria que verifica as interações entre os sujeitos e as práticas realizadas por eles e tenta compreender além do que é visto fisicamente, ou seja, é apontado de forma subjetiva o que cada ação traz à tona, seja dos grupos sociais que esses indivíduos se inserem ou das organizações e instituições que ocorrem tais eventos. Entender tão profundamente os comportamentos dentro das atividades físicas é importante para compreender a relação que determinados grupos possuem com elas.

As técnicas competitivas e recompensadoras também são tratadas pelo pesquisador, uma vez que elas precisam passar por regulamentações, e estas também geram no indivíduo com deficiência uma percepção diferente da sua relação com as atividades físicas. O fator competitivo do sujeito demonstra o quão capaz ele é em meio a relação com os outros e suas limitações; e o fator recompensa diz respeito a saber que suas ações e esforços geram uma premiação, um senso recompensador no indivíduo; estimulam a sua disputa no meio desportivo, e indiretamente no educacional e profissional.

A pesquisa vai de encontro em principal com a organização das atividades paraolímpicas no Brasil, sua organização e sua importância, indo desde a sua inserção em uma sociedade de pessoas com deficiência, como o inverso também, as pessoas com deficiências sendo inseridas como juradas, organizadoras e administradoras de tais projetos e atividades paraolímpicas. Todo o processo é visto com o foco de compreender mais intensamente as relações sociais alteradas e geradas por essas ocupações de cargos, como se dá interação e profissionalismo entres os diferentes grupos e agentes que compõem o corpo técnico destes

ambientes, e através de toda a discussão apontar no esporte paraolímpico brasileiro a nova cara, o novo perfil técnico-administrativo e como este pode ser contribuído a melhorar. O entendimento trazido pela pesquisa é que quanto mais envolvimento o indivíduo com deficiência estiver com os esportes, e até mesmo com meio competitivo, em grandes competições como o caso das paraolimpíadas, melhor para seu desenvolvimento em sociedade e seu empoderamento frente às questões diárias. Porém, o fraco comprometimento das unidades educacionais e a educação formal acerca das atividades físicas para pessoas com deficiência se tornam impeditivos e toda essa perspectiva de crescimento e desenvolvimento se torna inexpressiva e inexistente.

O trabalho de Marques (2010) apresentou como objetivo o processo de verificar e determinar por meio de análises sociológicas compostas através da obra de Pierre Bourdieu, lançando visão sociológica, sobre as formas de interação presentes no esporte paraolímpico brasileiro.

Santos (2011), em *As políticas de educação para a pessoa com deficiência: A proposta dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*, pesquisa produzida para o Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, coloca como foco principal a educação profissional como algo de importância para o sujeito com deficiência e como a sociedade se adequa a essas vivências. Também traz à tona a visão das instituições de ensino técnicas como um campo vasto de desenvolvimento para o sujeito investigado, demonstrando como estas podem ser de grande valia para o preparo do sujeito para os ambientes sociais mais diversos e suas interações.

Demonstra como a instituição escolar repete as visões, ideologias e aspectos da sociedade, atual ao seu recorte, e dessa forma, em momentos da passagem histórica, joga com o sujeito enquanto estudante, pois quem deveria prepará-lo para o ambiente social não está plenamente capacitado para atendê-lo. O ambiente assim, se torna nocivo, cabendo ao próprio estudante com deficiência manter-se ou não nas instituições educacionais, ou seja, colocando sobre sua responsabilidade sozinho seu crescimento ou estagnação. Uma constituição preparada ou bem colocada de nada é válida quando não se aplica nos aspectos mais primordiais desta, não adianta um ambiente preparado para receber a pessoa com deficiência se esta não tem o porquê de estar naquele ambiente, não se sente ou não é bem acolhida.

A discussão dos aspectos históricos traz à tona alguns pontos, dentre eles que o Brasil, enquanto país com representatividade de sua parcela com deficiência, é bem novo; que mesmo tendo leis e colocações normativas importantes não quer dizer necessariamente que o sujeito é bem preparado ou se quer recebe incentivo para manutenção no ensino regular e no preparatório laboral. Para Santos (2010), as ações do Estado são importantes para a manutenção das condições necessárias para o sujeito com deficiência, e a colocação de indivíduos com necessidades específicas nesses campos normatizadores é imperativa, pois uma vez que vivenciam ou vivenciaram tais situações compreendem o que é preciso ser alterado, mantido ou melhorado.

Assim ocorreu em algumas passagens temporais, quando o Estado delega a função de apoio aos indivíduos com necessidades específicas para as instituições especializadas, sendo visível sua participação. Ver o campo social através da educação, deixa em evidência as verdades por muito tempo deixadas escondidas, que é a não aplicabilidade das normas institucionais de boa vivência, a falta de preparo para o recebimento da pessoa com deficiência levando-se em conta sempre a necessidade específica de cada indivíduo, que é única para cada um, e que as políticas públicas devem ser aplicadas, não apenas expostas como palavras bonitas de aceitação e tolerância com o sujeito com deficiência (SANTOS, 2010).

A pesquisa de Santos (2010) teve como objetivo discutir como se apresentam as políticas voltadas a pessoa com deficiência, no Brasil, relacionadas à educação, à formação profissional deste indivíduo, e como as instituições federais estão construindo seus saberes paralelamente a essas políticas públicas.

A seguir por Piccolo (2012) traz a pesquisa intitulada Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência, para o curso de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. A prospecção do pesquisador é ir além do simples entendimento do sujeito com deficiência passando a lhe enxergar como um ser vivente em sociedade e que possui outros grupos, outras necessidades, indo além: ser aceito e capacitado ou lutar para uma capacitação do meio. Isso acontece, mesmo que tenha que enfrentar uma sociedade que coloca um modelo complicado de ser atingido como algo que é normal e precisa ser alcançado para ser bem visto e ter uma projeção de êxito social perante os demais. Tudo isso é atrelado ao estudo da sociedade, pois, o indivíduo com deficiência é relocado dentro

de um grupo específico, e para cada grupo uma vivência, uma forma de se relacionar é exigida. Indo além, o texto também busca, no histórico do estudo das deficiências ao longo do tempo, entender o que tem que ser melhorado, ou o que é necessário manter, ou seja, aprender com os erros e se reinventar. Porém, já se tem noção de que esse histórico, as pesquisas realizadas para entender as pessoas com deficiência, geraram muitas problemáticas no conhecimento que foi gerado *a posteriori*.

Por conclusão se chega que Piccolo (2012) quis entender como foi o desenvolvimento das pesquisas sobre deficiências, mostrar que esse conhecimento lançou raízes pesadas e extensas sobre o que viria a ser estudado a seguir, compreender que ensinar sobre pessoas com deficiência tem que partir, principalmente, de quem vivencia essa condição, não bastando ser apresentado a visão científica da deficiência, mas também ir até como essa condição física altera as interações do sujeito com o meio ou com outros indivíduos, e de que modo a pessoa com deficiência consegue contornar essas condições apresentadas, ou até mesmo como gostaria que a sociedade se reorganizasse para que ele consiga sobreviver e se desenvolver.

Tudo isso pode ser contextualizado na educação, tornando-a de fato significativa para o sujeito que vive e o que aprende a respeito, valendo para os profissionais formadores de opinião ou na educação básica, uma forma de incentivar a ver o outro como alguém que, mesmo com fatores limitantes, é capaz de desenvolvimento pleno e autossuperação. Lembrando que ele não é somente alguém que tem deficiência, mas também pertencente a outros grupos sociais que necessitam de atenção e atendimento específico.

A pesquisa de Piccolo (2012) teve como objetivo a investigação das teorias principais sobre aspectos da deficiência, e entendendo quais podem ser as principais bases para lançamento de pressupostos, como ideias vanguardistas, de forma a gerar discussões e desdobramentos a respeito do pensar sociológico sobre a deficiência.

Brito (2013) traz a pesquisa O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da Língua Brasileira de Sinais, para o curso de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo – USP. O que é projetado pelo pesquisador é, em suma, entender os processos sociais e como eles, através de ações políticas, geram mudanças na sociedade de forma grandiosa, proporcionando assim uma

ferramenta facilitadora de interações entre grupos de minoria de poder e os demais grupos. Em objetivo, especifica o entendimento do processo histórico que culmina com a aprovação em forma de lei da Língua Brasileira de Sinais como algo adotado enquanto base de entendimento e ensino de abrangência nacional. Entender as mudanças sociais como algo alcançado através de dedicação e luta por uma causa é de extrema importância, uma vez que com essa ideia se vem atrelado a ideia que quando organizado e bem projetado um grupo social pode gerar inferências de grande impacto social, e indo além, faz insurgir a ideia que o indivíduo pode se superar e gerar ações importantes para sua relação e interação com os meios que o cerca.

Compreender a importância de ações dos grupos sociais é algo de grande relevância para o estudo e entendimento da sociologia, pois as modificações que ocorrem na sociedade são, em suma, gerados pela ineficiência dos poderes responsáveis pelo bem-estar de todos os grupos, ou então, algumas vezes, provocado pela não contrapartida do suprir necessidades de uma parcela da população, no caso aqui verificado, as pessoas com deficiência, em específico os indivíduos com deficiência auditiva.

Quando conhecimentos sociais são verificados como nesse caso, gera-se duas prospecções: uma sendo o entendimento do funcionamento da sociedade como se altera ao longo do tempo, como as organizações se formam e tomam voz frente a todo o grupo e provocam mudanças para melhorar a inclusão e aprimoramento do meio para melhor receber o indivíduo com deficiência; e na segunda temos como é primário entender a fundo a necessidade dos sujeitos, para não se perder no caminhar das discussões, ou seja, lutar para conseguir mudanças é importante, organizar-se e programar-se para traçar como as mudanças devem ocorrer também, mas por alicerce disso tudo o processo de entender o que gerou, possibilitou essa modificação da sociedade é o principal, pois dela se norteiam todas as especificidades necessárias para o bom funcionamento e inclusão dos indivíduos do grupo perante a sociedade na qual eles se localizam.

A pesquisa de Brito (2013) teve como objetivo a discussão dos processos históricos do movimento social surdo, este como uma ação coletiva e com interesse em melhorias políticas, que por fim culminou em lei sancionada, aprovando a Língua Brasileira de Sinais como uma língua oficial.

Em Silvestre (2014) temos a pesquisa Os entre-lugares: um olhar sobre sujeitos surdos-homossexuais, para o curso de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás – UFG. A proposição de apresentar condições concomitantes, ou seja, o indivíduo não é monocaracterístico, ele é complexo e entender isso é ir um passo além de entender o sujeito e suas experiências sociais; é uma projeção grande entender um sujeito excluído dentro de alguns grupos caracterizados por sua exclusão, e nesse caso que se tem uma barreira linguística-social na qual se podem separar ou unir indivíduos, determinando suas ligações afetivas.

Quando atinge as relações interpessoais, o principal fator de aproximação ou de repulsa é a comunicação. Quando se tem dificuldades nesse ponto, começa-se o processo de exclusão do sujeito, e quanto se tem as relações afetivas é que se torna mais efetivo essa importância. Ou seja, o sujeito que projeta um relacionamento, tem por princípio a comunicação com seu parceiro, sendo através desta mantido o estreitamento das relações. No momento em que a sociedade não inclui o sujeito com deficiência auditiva no seu meio, não é só a pessoa com deficiência que é inviabilizada, o outro sujeito, mesmo sem deficiência, não tem o aprimoramento das suas concepções de diferentes formas de se relacionar, de se comunicar, pois este não entra em contato com necessidade de utilizar a Língua Brasileira de Sinais. E em muitos casos, quando entra em contato com essa condição, a afasta por não compreender a língua em si e sua importância, ou então, por simples preconceito, toma o outro como incapaz, algo inferior a sua condição como ouvinte, alguém dito como normal.

Todo o processo educacional é pautado nas relações entre sujeitos, e com principal enfoque manter a boa relação entre os iguais e diferentes, bem como proporcionar a visão do outro como alguém cabível de respeito dentro de suas condições específicas, uma vez que apresentada as condições dentro do campo social ou educativo, se abre um leque de discussões e debates a respeito, mas sempre se levando em conta o respeito pela condição do outro. E com a compreensão de sua condição, se faz o entendimento de que ele é capaz de superar os obstáculos sociais, e que as concepções de normas são condições criadas e que podem ser alteradas e modificadas de acordo com a necessidade de um grupo social, para melhor abarcar todas as suas configurações. Em projeção à discussão de como as comunicações e as formatações de grupos sociais, por não abordarem diferentes

sujeitos, terminam culminando com a exclusão de sujeitos e, por vezes, grupos inteiros.

A pesquisa de Silvestre (2014) teve como objetivo analisar como marcadores, socialmente desvalorizados, são utilizados, realocados na construção identitária de sujeitos pertencentes, em interseção, a diferentes grupos surdos-homossexuais.

Freire (2015) produziu a pesquisa O deficiente e o mercado de trabalho: uma análise dos programas de qualificação profissional no município de Manaus, para o curso de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. A proposta do texto é básica e simples: a verificação da educação profissional, ou seja, o ensino técnico de aperfeiçoamento profissional. Para isso, a pesquisadora se utiliza de escolas técnicas e polo trabalhista de Manaus para traçar seu objetivo. A compreensão da educação como ferramenta modificadora de indivíduos e sociedades é bastante perceptiva no trabalho, uma vez que através dessa educação o indivíduo se profissionaliza, e se torna capaz de vencer mais um abarreira social a de se manter enquanto indivíduo em sociedade, com plena capacidade a respeito de si mesmo. O texto traz todo o embasamento de desenvolvimento de normas e programas que foram importantes para a atual conjectura que se tem, lembrando das diversas barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência, indo desde a obtenção do emprego, o ato de ser selecionado para exercer uma função, até a sua permanência, a sua efetivação no ambiente de trabalho de forma prazerosa e satisfatória.

Traz como referência de polo um de grande impacto e crescimento que engloba a Zona Franca de Manaus e adjacências, revelando problemas na recepção de pessoas deficientes, na estrutura e no prepara dos profissionais nas interações. Diferentes associações promovem o preparo dos indivíduos para serem capazes de ingressar no ambiente trabalhistas de forma integral, sejam estas associações de pessoas com deficiência, grupos ou instituições financiadas pelo Estado, ou escolas que possuem cursos preparatórios e outras atividades, firmando convênio com empresas para a prestação de subsídios necessários para cumprimento das normas de captação de pessoal com deficiência.

A emancipação do sujeito com deficiência é algo amplamente batalhado em sociedade, fazendo-se distanciar cada vez mais da visão anterior de pessoa incapaz e coitada que era atribuída a esse sujeito, e indo em direção a um ser autossuficiente dentro de suas limitações, mas que pode exercer sua condição de cidadão pleno em

sociedade. Uma das formas de possuir essa característica, tendo em vista uma sociedade capitalista em que vivemos, é que o trabalho gera frutos em diferentes campos, sejam políticos, sejam econômicos. Uma educação básica e profissionalizante auxilia bastante em uma sociedade que proporciona a inclusão e aceitação do outro da forma como ele é. De outro modo: o torna bem visto e prepara para um ambiente de dificuldades, como o profissional, já que é nesse local que o sujeito se prova enquanto suas habilidades de interação com outros indivíduos. Ainda prepara as habilidades laborais de acordo com sua formação e capacidade, e também fomenta um pensamento mais crítico com relação a esse desenvolvimento.

O trabalho de Freire (2015) teve como objetivo analisar as contribuições, sendo estas sociais, presentes nos programas de qualificação profissional, com enfoque na pessoa com deficiência, no Município de Manaus, com perspectiva dominante sendo sobre a preparação do sujeito para o mercado laboral.

Dantas (2016) traz o trabalho Sexo sobre rodas: vivências e discursos da sexualidade de homens cadeirantes, para o curso de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC. Mais uma vez discutindo as amplas variantes que um indivíduo com deficiência possui, pois ele é um ser social que tem a vivência atrelada a diversas relações, e assim se identificando em diversos grupos e tribos, e mais ainda, mantém suas necessidades enquanto ser biológico, que possui desejos e vontades, mas com a sociedade sempre o estigmatizando como alguém diminuto perdendo assim seus desejos.

A prospecção dessa pesquisa visa trazer luz à discussão da sexualidade, no caso masculina, lançando discussões sobre como o indivíduo com deficiência tem desejos, tem vontades, e que alguns momentos a sociedade, como uma forma de torná-lo coitado e incapaz, o priva dessa condição, às vezes da própria obtenção de prazer. Entender que a vivência de cada sujeito é percorrida de um modo e a forma como este tem de lidar com as barreiras impostas durante esse processo, podem ser transpassadas ou contornadas desde que verificados e auxiliados de forma correta.

Um dos pontos cruciais para a sociedade é compreender que a pessoa com deficiência não é só a deficiência, é um indivíduo sob aquela condição. É um sujeito que existe para além desta condição. A percepção do corpo e as reafirmações sociais de como cada sujeito deve ser, pensar ou agir por momentos precisam ser revistas e entendidas de forma mais complexa que não só um caractere que se repete para

reafirmar a condição do sujeito dentro do grupo. É preciso rever discursos históricos e socialmente construídos ao longo do tempo, e reformulá-los para um melhor preparo para as sociedades atuais.

O trabalho de Dantas (2016) apresentou como objetivo analisar os aspectos sociológicos refletidos na vivência sexual de homens com lesão medular a partir de uma diferença identitária, corporal como a Paraplegia e Tetraplegia, ressaltando as interferências das trocas de vínculos sexuais e afetivos nestas experiências.

Prosseguindo, Soares (2017) mostra a pesquisa Educação, surdez e identidades: uma análise sobre perspectivas teóricas e processos de invenção, para o curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Propostas de inclusão são sempre bem-vindas e principalmente quando atreladas a elas vem a possibilidade de discutir as formas de relação entre os diferentes grupos dentro de uma sociedade. O que o pesquisador busca é discutir a forma como é feita a inclusão do sujeito não ouvinte dentro da comunidade ouvinte, e começando pelo primeiro local de interação que seria no período de ensino básico, lançando à tona as discussões sobre as formas de comunicação dentro dessas duas comunidades e como a ampliação da informação agrega conhecimento importante para ambas as identidades. Demonstrar e verificar as polarizações no ensino de indivíduos com deficiência, surdos no texto em questão, sempre traz perspectivas de como a sociedade se baseia e está formada para entendê-lo, e principalmente, como o profissional poderá se posicionar perante as investidas da sociedade e a maneira de preparação do estudante com deficiência para a vida em sociedade com uma comunicação e expressão do ser em seu modo mais aprimorado.

Soares (2017) ao fim lança um rápido olhar sobre produções acadêmicas que decidiram trabalhar com o tema discutido. Através dessa verificação percebe-se o interesse por determinadas instituições em visualizar de que forma as instituições de ensino recebem e mantem esses sujeitos não ouvintes, isso abarcando as instituições especializadas e as com ensino regular, quais os métodos estão empregados na prática de ensino. Buscando entender como as teorias predominantes geram efeitos nas configurações educacionais dos estudantes da Educação Básica Brasileira.

O trabalho de Soares (2017) teve como objetivo analisar e discursar sobre a educação associada às deficiências auditivas e levando em consideração nessa discussão a existência de dois lados codominantes no pensamento, o clínico e o

sociológico, tentando assim compreender suas interações e modificações no campo educacional de estudantes da Educação Básica Brasileira.

Faria (2018) propõe o estudo Autorrepresentação de pessoas com deficiência intelectual: a concepção sobre a deficiência e os “sonhos” para o futuro, para o Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás – UFG. As proposições do texto são, em suma, a modificação do olhar sobre o sujeito com deficiência intelectual, tirando dele o estigma social de alguém incapaz ou até mesmo ideias mais pejorativas e humilhantes relacionadas ao seu ser, através de uma real aproximação entre as diferentes comunidades, com e sem deficiência, gerando assim uma comunicação real, sem ideias preconcebidas ou julgamentos existentes em sociedade.

A educação pode ser uma ferramenta de igualdade em condições e conhecimentos para ambos os sujeitos, alterando a percepção de não aprendizado da pessoa com deficiência intelectual, como uma característica do sujeito para uma fase do processo de aprendizagem e que esta pode ser transpassada, quebrando assim paradigmas sociais e clínicos com relação à inaptidão do indivíduo não aprender nem se desenvolver. A modificação da organização da comunidade ao lançar mão de um grupo colocando-o como incapaz, categorizando-os de acordo com o grau de sua condição, não os dando as reais condições de proporcionar as mudanças necessárias para seu desenvolvimento pleno seja ele intelectual ou social e dentro deste nos aspectos laborais e afetivos.

Assim é importante a re-problematização de saberes e informações científicos e sociais, pois de acordo com o avanço das técnicas e das percepções do outro – seja pelos seu próprios olhares, em principal, seja pelos olhares da sociedade –, tais concepções se alteram e geram base para novas conformações e exclusão de formas que não cabem mais em uso, seja por estarem defasadas e não terem mais cabimento de serem utilizadas, ou por serem pejorativas, que ao longo do tempo foi se tendo consciência que não são agradáveis ou permissíveis as suas utilizações.

O objetivo do estudo de Faria (2018) foi entender e conhecer as formas representativas com que jovens com deficiência intelectual possuem a respeito desta, e quais anseios carregam para seu futuro pessoal.

Por fim Ferreira (2019) produziu o estudo Ensino de instrumento musical para pessoas com deficiência: um estudo na Escola Especial de Música Juarez Johnson,

para o Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. A proposta permeia as ideias da necessidade de atualização das concepções sociais a respeito dos componentes desta, a democratização do ensino como fonte de informação para todos, o respeito às escolhas culturais do outro, compreendendo que cada indivíduo tem uma forma de se desenvolver, as ações de acolhimento ao sujeito com deficiência.

Busca entender como se caracteriza o ensino de música nas aulas de instrumentos musicais para pessoas com deficiência, como se dão os processos, como essas inferências alteram os modos do indivíduo lidar com os outros sujeitos e com o meio que o cerca, e de mesmo grau de importância como ele se compreende a partir da expressão do corpo através da musicalidade. A inferência também se lança sobre a problemática de novos campos dentro das deficiências que podem ser trabalhados através das práticas musicais e que no presente momento não foram utilizadas. Lembrando que, as normas que constituem os processos de inclusão do sujeito com deficiência, sempre visam fatores de inserção do sujeito no meio escolar e na sociedade priorizando sua preparação e do ambiente e indivíduo ao seu redor para esse processo.

Através do ensino de instrumento musical para pessoa com deficiência difunde-se a ideia de como podem ser melhoradas as capacidades do sujeito, e como esse conhecimento, quanto bem aplicado, pode gerar novas conformações e colocações do sujeito dentro da sociedade, ou seja, propõem-se que o ensino de instrumento musical, sob o espectro social, poderia levar o sujeito com deficiência de uma colocação social de ser inválido, incapacitado e sem importância, para um sujeito de grande habilidades com perspectiva sobre seu futuro, de forma a ter noção e poder de escolha na forma que irá prosseguir sua jornada em comunidade com outros indivíduos de diferentes categorizações sociais.

Além do que já foi apresentado sob a forma de normas legislativas que auxiliam na empregabilidade do ensino especial e inclusivo no aperfeiçoamento das habilidades do sujeito com deficiência, há também mais dois pontos que são: a visualização do indivíduo enquanto ser único de necessidades específicas e de acompanhamento mais detalhado, fazendo com que seu aprendizado seja mais efetivo e de melhor resposta. O outro é que o ensino parte das informações e conhecimentos que o sujeito traz consigo mesmo, ou seja, a aprendizagem se dá

através de informações anteriormente já assimiladas pelo sujeito, como quando trabalha com música utiliza-se de canções e sonoridades conhecidas para que assim assimile novas informações, conhecimentos, novas capacidades.

O estudo de Ferreira (2019) apresentou como objetivo entender e compreender a caracterização verificando as principais práticas, bem como as concepções dos professores a respeito destas, seja no ensino de música ou instrumento musical na Escola Especial de Música Juarez Johnson (EEMJJ).

4.2 As reflexões teóricas das pesquisas acerca do papel da educação nas sociabilidades da pessoa com deficiência

Para compreender as visões dos pesquisadores, resolveu-se traçar um pequeno resumo de cada uma das pesquisas, bem como o que cada corpo textual traz a respeito da educação da pessoa com deficiência, mesmo que esse não seja o tema central ou tratado de forma direta no texto. E, e ao fim, lançar a visão dos impactos na educação e sociabilidades das pessoas com deficiência. Todo o referencial dos blocos discursivos são os próprios pesquisadores aqui verificados. Em seguida, os materiais aqui apresentados serão empregados para a explanação nos próximos tópicos.

4.2.1 Entre educação e sociabilidades

Mattevi (2009) advoga a melhor adaptação do sujeito com deficiência na sociedade, não só do ponto de vista inclusivo, mas também do capacitivo quando se tem o sujeito sendo incluído nas atividades, bem como as próprias atividades e o ambiente no qual se insere o sujeito adaptado, entendendo cada necessidade de acordo com a deficiência, tornando o entendimento do indivíduo como único em suas necessidades.

Isso tudo enquanto traz a perspectiva que o sujeito com deficiência tem se inserido cada vez mais em diferentes camadas da sociedade e, com isso, a modificação do entendimento de cada fase de vida do sujeito, já que as expectativas

de vida e interação a cada período melhoram. Capta informações em diferentes campos indo das interações sociais, sendo elas o profissional, o familiar, até o próprio sujeito com deficiência física, intelectual e visual. Vem à tona durante o texto a necessidade de entender que inabilidade e deficiência não é só acerca do indivíduo na visão biológica, mas também os aspectos sociológicos e políticos. Isso repercute com a discussão do que é incapacidade, sobre a percepção de uma sociedade rígida e inflexível que torna o indivíduo não apto a realizar as funções tomadas como normais, tendo que compensar essa inabilidade. Essa crítica é centrada no pensamento de Jette (2006 *apud* MATTEVI, 2009).

A autora, com o auxílio de dados censitários, compreende os diferentes preenchimentos das estratificações sociais. A principal para este corpo textual é a sobre educação na qual demonstra que crianças entre 7 a 14 anos apresentam um percentual menor de escolarização em relação às não deficientes, e esse aspecto vem piorando de acordo com que se eleva a idade do sujeito, sendo a problemática em nível de tempo de escolarização como também em nível de instrução. Ou seja, quanto maior a idade, menor é a quantidade de tempo gasto em instrução e escolarização, bem como se verifica níveis mais altos de seriação escolar, menor é o quantitativo de estudantes com deficiência. Todo o trabalho, por se tratar de uma pesquisa da área da medicina, traz o estudo da OMS DISQOL – *Quality of care and quality of life for people with intellectual and physical disabilities* (Qualidade do Cuidado e Qualidade de Vida de Pessoas com Incapacidades Intelectuais e Físicas: Viver Integrado, Inclusão Social e Participação do Usuário de Serviços) como uma luz para entendimento da vivência da pessoa com deficiência.

Procurando entender o sujeito como algo complexo, percebe-se como ser único e desta forma sua deficiência ou incapacidade deve ser entendida de mesmo modo no campo educacional. Assim, traz a necessidade de perceber esse indivíduo com características e necessidades a mais que os outros, logo, mais sensível a mudanças e a própria situação de evasão de instituições de ensino básico ou preparatórios para o trabalho. Manttevi (2009) demonstra a necessidade da qualificação profissional para tratar com esses indivíduos, emergindo a obrigação de preparação de ambos os lados, do educador e do educando, para lidarem com as agruras do dia a dia. O indivíduo com deficiência, socialmente, é colocado como alguém incapaz que necessita de auxílio para que se molde de melhor forma as inflexibilidades da

sociedade, quando na verdade o contrário é que se faz verdadeiro. No campo da educação não é diferente, pois um ensino rígido e capacitista gera um nível cada vez maior de incompatibilidade e permanência desses indivíduos, mesmo sendo de grande necessidade para o sujeito e sua carreira profissional ou social.

Quando analisamos as contribuições de Marques (2010), temos a discussão sobre os indivíduos conceituados como atletas paraolímpicos, ou seja, pessoas com algum tipo de deficiência que participam de atividades desportivas. Porém, visando a sua interação com a competição, o entendimento dos processos classificatórios e sua parabenização. Todo o processo de pesquisa se dá sob a luz do referencial teórico de Pierre Bourdieu, visando o entendimento das práticas esportivas como uma forma de compreensão do corpo como um todo, como também uma ferramenta de interação com o meio que o cerca e com os indivíduos ao seu redor. Essa concepção é própria de Richter et al (1992 *apud* MARQUES, 2010).

O autor debate a relação entre atividades olímpicas e paraolímpicas nas quais o indivíduo desenvolve uma filosofia de vida acerca da sua condição de desenvolvimento pleno do corpo, mente e espírito, isso para uma melhor desenvoltura e compreensão do meio que o cerca e das suas relações com os outros corpos, unindo dessa forma os chamados Esporte de elite e o Esporte para todos. O estudo utilizado como base para a discussão, busca agregar informações às ações praticadas; uma dupla visão é atribuída às atividades e ações do sujeito: uma objetiva, quando os agentes e instituições mostram estratificação gerando uma relação do sujeito com ela de uma forma específica para cada grupo social, e uma subjetiva, também estruturada na interação segregada, mas a ligação ocorrendo devido à representação que cada instituição gera no indivíduo, gerando juízo de gostos e escolhas (BOURDIEU, 1990 *apud* MARQUES, 2010).

Essa pesquisa proporciona o conhecimento e a percepção das atividades de forma mais completa, uma vez que as ações não são vistas puramente pelo aspecto biológico – quais músculos estão envolvidos, a força específica e trabalho realizado por determinado músculo ou estrutura – e sim pelas suas interpretações geradas pelos corpos, em interações cadenciadas ou não, de sujeitos com deficiência, entre si e entre outros sem deficiência. Lembramos, a partir do autor, que essas práticas carregam um imenso peso social, pois o futebol praticado no Brasil é igual ao do

praticado nos Estados Unidos, porém a carga social dessa atividade é, em sua essência, diferente.

Percebendo o indivíduo com deficiência inserido em um grupo específico, Marques (2010) entende seus gostos por atividades físicas específicas ou não, e é nessa vertente que deve se construir uma utilização e transbordamento das perspectivas corporais. Na educação, quando se refere ao entendimento do corpo e suas formas de se expressar, o campo da educação física possibilita o conhecimento no indivíduo sobre seu organismo, suas limitações e aptidões. E nos métodos do ensinar sobre o corpo, está o fator competitivo, o quanto o indivíduo consegue superar suas expectativas e do outro, trabalhando assim em grupo ou individualmente. Entender todos esses processos e como cada um deles para cada grupo social é medido de forma mais ou menos intensa, na qual o sujeito demonstra seus gostos e vontades, mas também confrontando com outras atividades, que podem ser tratadas como algo menos interessante pelo grupo social no qual o indivíduo está inserido. Dessa forma o que se gera é um indivíduo consciente de suas aptidões, mesmo com limitações físicas e/ou mentais, desde as séries iniciais na escola, e seu desejo pelo fator de se provar, de competir e se provar cada vez mais capaz.

Debatendo diretamente sobre educação, através de análise documental, e gerando um parêntese sobre o ensino de pessoas com deficiência e focando no ensino de eficiência, Santos (2011) traz como pontapé inicial o histórico brasileiro no desenvolvimento de políticas de educação eficientes para todos, de modo que esta educação seja entre iguais, e não um ensino que na sua essência denota uma diferenciação de grupos. Tem um foco mais estreito, pois discute em principal a educação para pessoas com deficiência em instituições de nível superior, com lócus os institutos.

No passar do tempo histórico, o desenvolvimento educacional é bastante atrelado ao aperfeiçoamento científico e político da sociedade, pois o indivíduo está atrelado diretamente ao aspecto político como também ao aspecto econômico da sua sociedade. Revelando isso, ainda se tem o indivíduo com deficiência, que durante muito tempo foi deixado de lado, porém com sua habilidade desenvolvida nos relacionamentos sociais. Ao longo do tempo mostram-se capazes de realização de funções outrora renegada a eles (SANTOS, 2011).

Apresentando a Constituição de 1988 e suas modificações até 1996, demonstrou-se que o grupo de indivíduos com deficiência lutou para que pudessem ter pertencimento na sociedade atual, lutando para acesso e permanência de ensino, bem como a reabilitação e capacitação específicos para o ambiente de trabalho, tornando-se assim completo em conjunto com a sociedade (SANTOS, 2011). O trabalho se baseia na vivência e formação dentro dos Institutos Federais – IF. Os que foram verificados foram os dos Estados de Pernambuco, Pará, São Paulo, Paraná e o de Brasília; as escolas foram definidas de forma, sócio-política-geograficamente, a trazer uma representação de cada região brasileira, bem como as com o maior número de pessoas com deficiência matriculados (de acordo com dados do INEP de 2010).

A verificação dessas instituições serve como meio de mostrar como está se dando o ensino e formação de pessoal técnico com deficiência, quais os aspectos constitucionais estão sendo colocados em prática. A pesquisa, tal qual as outras até aqui expostas, buscam observar os fatores de forma a perceber a subjetividade das ações, dos posicionamentos, não se prendendo somente ao que é, indo além, chegando até a lucidez do que poderia ser (SANTOS, 2011).

O recorte histórico feito pelo pesquisador denota os pontos principais para as reviravoltas no debate e da importância da inclusão da pessoa com deficiência no ambiente social, levando em conta que quase todas tem fator relevante direto ou indiretamente do poder capital e bens, que vem como centro gerador de condutas, ou seja, a importância do sujeito vinha atrelado diretamente a quantidade de bens e de dinheiro que ele poderia gerar ou possuir. E desde o início, o indivíduo com deficiência não era bem visto ou colocado em grau de importância tal qual outros sujeitos sem deficiência ao seu redor. Ao longo do tempo as políticas públicas foram sendo alteradas, mas sempre se tendo como principal fator de modificação o grupo que estava no poder e suas perspectivas de desenvolvimento do país.

Os movimentos políticos tiveram grande importância para o desenvolvimento de práticas de trabalho das pessoas com deficiência. O fato de o homem deixar de ser um simples indivíduo, no mundo pré-guerra, e chegar a um gerador de força motriz produzindo riquezas para sua nação, no pós-guerra e desenvolvimento das revoluções industriais e científicas, leva Santos (2011) a afirmar os aspectos sociais vistos durante o aditamento e crescimento do país em relação direta com os cursos, estruturas e posturas dos docentes e discentes nas instituições de ensino, revelando

suas bases de construção e os aspectos internos de cada instituição no intuito de melhorar a adequação da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho e permanência nos cursos de ensino.

Discutindo diretamente o que as pessoas com deficiência tiveram que batalhar para se tornar vozes presentes no crescimento do país, o pesquisador debate as principais colocações na constituição, que buscam colocar o indivíduo com deficiência como alguém de igual liberdade e direitos de uma pessoa sem deficiência. Leva-se em conta o aspecto de peso na sociedade em que se insere, o campo profissional, o trabalho, ou seja, sua preparação enquanto mão de obra qualificada a ser lançada em um campo social por vezes desafiador.

O aspecto educacional nesse campo é de grande peso, pois preparar o sujeito para sua jornada de vida laboral é de vital importância para sobrevivência, sendo o ensino técnico uma preparação e indo além de só formação de mão de obra, mas também de sujeitos íntegros e preparados para lidar com as adversidades dentro da sociedade do trabalho. O entendimento do sujeito com deficiência como alguém completo, capaz e preparado para a atuação e crescimento no ambiente de trabalho é de grande valia, pois compreende-o como alguém com capacidade para lidar e passar por adversidades do seu dia a dia, bem como impor suas vontades e imperativos para o ambiente social, que deve ser cada vez mais capaz de acolher sua presença e necessidades.

Buscando auxílio de uma das áreas sociais, em específico a sociologia, Piccolo (2012) entende como pode ser a representação social a respeito da pessoa com deficiência e suas necessidades. Assim, faz parte do estudo, a compreensão sobre como as reais demandas que o sujeito com deficiência possui, ou mais ainda, como políticas públicas podem enxergar ou alterar a vivência do sujeito com deficiência se estas ainda se prendem às concepções arcaicas do sujeito com deficiência, colocando-o como alguém incapaz de melhorar, de conseguir avançar na suas aptidões, sejam educacionais ou laborais.

O autor busca embasamento para mostrar como a sociedade, mesmo através de diálogos e políticas públicas, permanece repetindo erros anteriormente já verificados. Partir do princípio do próprio sujeito com deficiência, falar e expor suas necessidades e suas vivências, faz com o que o conhecimento a respeito de como suprir suas necessidades seja aplicado de forma mais efetiva. Isso é exatamente

exposto pelo pesquisador no estudo; ao verificar o histórico do objeto estudado, percebe que a discussão sempre permeava o conceito médico-biológico a respeito do tema abordado. A pesquisa se deu através de diversos modos operacionais: a verificação bibliográfica com verificação documental do histórico do debate sobre deficiência; no meio acadêmico, construções sobre o tema, porém observando sobre outras óticas que não de abordagem somente médica. Entender a construção social de um grupo faz-se compreender os processos que são necessários que indivíduos com deficiência tenham que passar para poder ser aceitos dentro da norma vigente, revendo a concepção de normal como algo além da vivência do indivíduo tido como comum, sob a perspectiva normativa do grupo. Essa crítica é apontada por Canguilhem (2006 *apud* PICCOLO, 2012) e Davis (1999 *apud* PICCOLO, 2012).

Socialmente, Piccolo (2012) mostra que subjugamos algo que é diferente do que se acostuma ver e crer como normalmente é feito em diferentes sociedades. Principalmente quando se espelha a algo como desejado em um ser colocado como perfeito e muitas vezes com características inatingíveis, afastando ao máximo tudo que se diferencia desse ser. E se o sujeito mais semelhante merece respeito, afeto, ser ouvido e entendido de forma a muitas vezes não se levantar dúvida sobre seu posicionamento, ao diferente se projeta uma sombra quase que de inimigo de todos. Torna-se o indivíduo indesejável, digno de desafeto, do desrespeito, tratando-o como algo inferior aos outros ditos normais, ou mais próximos do perfeito. É por toda essa conjectura que entender as ciências humanas sobre uma perspectiva do sujeito com deficiência é necessário, pois impede a repetição de ações e transgressões contra o outro. Dar voz, para o autor, faz o sujeito se mostrar e ser entendido como uma outra versão do normal, mostra que não há somente uma visão, que são capazes de se desenvolver e atravessar obstáculos como qualquer outro.

Assim, é proposto entender o contexto social e proporcionar sua discussão dentro de outras secções, tais como entender a mulher ou homem negros e com deficiência, o indivíduo pobre e com deficiência, ou seja, ver o indivíduo dentro de outros grupos sociais faz com que sua realocação dentro da sociedade seja mais completa. E dentro da educação é importante não só ver o sujeito, mas também ouvi-lo, já que supor prospecções não torna efetivo o entendimento e a inserção posteriormente do mesmo em sociedade. De todo modo, uma vez que o objeto de estudo não necessariamente é ou faz parte do grupo que estuda, este pode se tornar

um marco delimitador difícil de contornar, nos diz Piccolo (2012) apoiando-se em Crow (1996).

Colocando de forma mais evidente: quando o grupo que estuda vê-se no objeto estudado tende a defini-lo a partir de sua própria perspectiva, dar voz para o grupo estudado é importante para se mudar a perspectiva e o objetivo a que se propõem o conhecimento e inserção da pessoa com deficiência. O foco nesse momento não chega a ser ferramentas ou somente formas de tratar e entender o sujeito com deficiência e sim ver através de seus olhos, deixar que exponha sua vivência e com ela o entendimento do que é possuir uma deficiência e como superar as dificuldades se faz mais fácil de ser compreendido.

Para Brito (2013), pesquisando a um tipo de deficiência específica, é necessário promover uma grande modificação social para aceitação e entendimento da condição do outro. A pesquisa tem como materiais geradores de informação desde pesquisa bibliográfica a entrevistas. Ao tratar com pessoas com deficiência auditiva, o autor teve a compreensão que elas possuem linguagem específica e cheia de significado, regionalismos, que mostra como é rico o conhecimento gerado a partir de cada grupo ou região social específica. O processo de inclusão da Língua Brasileira de Sinais como uma forma de comunicação oficial ocorreu em principal à luta dos grupos sociais compostos e representados por pessoas com deficiência auditiva, uma vez que esse grupo apresenta uma linguagem própria, com regras específicas, que tornam essa forma de comunicação útil e principalmente rápida e prática de ser entendida por quem possui a deficiência ou não.

O estudo rebuscou no contexto histórico como foi o processo de transformação de uma linguagem já utilizada por alguns grupos em algo oficial no país inteiro, sendo todo território regido pelas mesmas regras e acrescentando a cada região que aperfeiçoa novos símbolos e significados. De início o pesquisador informa o campo no qual se debruça seu trabalho, como foi feita a pesquisa, através de qual visão é a observação dos fatos utilizados no corpo da pesquisa. Conforme apresenta toda a metodologia de apoio, faz inserções sobre como se dá o processo sociológico nas comunidades, e colocando teóricos e o que eles defendem dentro de cada condição, as formas de enfrentamento de ideias.

Importante perceber que, além da visibilidade das condições de adequação ao meio social, como no caso da LIBRAS, é necessária a representação do sujeito em suas lutas e a capacidade destes enxergarem-se nas causas que lutam, ou seja, a luta mesmo que tenha representantes de apoio com grandes nomes, figuras muito visadas pela sociedade naquele momento e local. Deve-se pensar no como deve ser feito os processos sem esquecer o porquê se luta por essa mudança (MELUCCI, 1989 *apud* BRITO, 2013).

A luta principal nos embates sociais é a identidade coletiva. Entender que a luta dos outros, para serem incluídos em sociedade e respeitados dentro de suas condições, é tão importante quanto a sua. Todo esse referencial é o aplicado como metodologia importante para a observação dos pormenores na construção da informação abordada no estudo. Para isso o referencial foi a teoria da ação coletiva de Alberto Melucci. Além de todos os processos que o pesquisador se dispõe a apresentar, um dos que podem ser colocados como de importante entendimento dentro do seu corpo textual é a sua discussão sobre as representatividades dentro da sociedade, ou seja, a importância de grupos que se firmam a frente de um determinado movimento, em principal quando estes têm representatividade e resposta dentro dos movimentos políticos.

Uma vez que estes últimos são os que definem de fato as mudanças apresentadas e lançadas para e dentro da sociedade, modificando-a, a pesquisa tem grande viés político e isso demonstra como movimentos politizados, liderados principalmente por pessoas com deficiência, geram ao longo do tempo as mudanças e rompimentos em amarras, travas sociais (CRESPO, 2009 *apud* BRITO, 2012). Por fim, é feito o recorte do procedimento realizado na aplicação da lei de LIBRAS, como foi realizado sua tramitação e aprovação no senado.

Nos procedimentos da educação, muitas vezes se discute, principalmente no ensino e entendimento das linguagens, a importância de determinados caracteres e gestos e como eles refletem o grupo social no qual foi gerado, algo que não se diferencia quando se discute o ensino de LIBRAS. Brito (2012) entende todo o processo por traz de sua criação e como seu desenvolvimento seu deu até o momento. Através desse conhecimento se abrange as informações de entendimento histórico e processual do crescimento de movimentos sociais e, levando em conta também, a demanda política que permitiu o crescer e firmar-se da nova linguagem.

Nos passos do autor, dentro de toda essa perspectiva podem ser tratados três bases de formação de conhecimento: a) a linguagem por si só como algo de base de informação, pois sua compreensão possibilita uma gama maior de interações com outros indivíduos, quebrando assim uma barreira linguística, facilitando troca de informações e vivências; b) social, já que entender o grupo e suas necessidades promove o entendimento por traz da criação de uma língua exclusiva para a comunidade e que esta gera uma maior inclusão, mas, não menos importante, os regionalismos germinados dentro da LIBRAS auxiliam na proposta de entender como cada comunidade, região gera novas palavras, novos significados e significantes; c) a discussão política serve para mostrar que o processo educacional deve auxiliar no compreender das atividades politizadas.

Brito (2013) sinaliza que mudanças ocorrem quando pessoas ou grupos de pessoas se fazem ser ouvidas e propõem mudanças que geram impacto positivo na vida de toda sociedade, seja facilitando interações ou possibilitando uma equiparação mais justa para diferentes grupos e minorias. Todos os discursos apresentados são de grande importância na educação, principalmente quando se busca uma educação libertadora, construtiva e inclusiva servindo como base para o entendimento de uma sociedade em mudança, e cada vez mais diversa.

Enquanto isso, Silvestre (2014) mostra que a sociedade divide os grupos de acordo com suas características, desde informações básicas que o sujeito já traz em conjunto consigo mesmo, os aspectos biológicos, e suas condições geradas por interações com o outro ou com o ambiente, até os aspectos aprendidos durante a vida. O presente trabalho verificado vem a debater dois marcadores sociais, pois como já verificamos em outro trabalho e como explanado logo acima. O indivíduo pode pertencer a diferentes grupos, gerando intersecções entre eles, no caso atual os grupos são as pessoas com deficiência auditiva e homossexuais.

O pesquisador começa com a discussão a respeito dos diferentes marcadores gerados socialmente, e como cada um atende às características presentes em cada sujeito. Posterior, vem a discussão e definição dos assuntos abordados, ou seja, uma explicação para melhor entendimento das definições de surdez e suas características enquanto sujeito com deficiência em sociedade, de mesmo modo com os aspectos do sujeito homossexual. Em paralelo, traz as discussões e pormenores na luta pelos direitos e igualdades sociais para cada grupo.

Dentre as inferências apresentadas o processo de vivência do sujeito com deficiência, é apresentado como o processo de sempre ter a sua experiência do mundo vinculado ao outro, em sua maioria o indivíduo ouvinte. Assim, perceber sinais de mudança das aulas, mudanças no ambiente de trabalho, sinais de alerta, todos eles em sua maioria são sonoros, cabendo ao sujeito com deficiência auditiva aprender a sempre se apoiar nas percepções do outro, já que o grupo social e suas sinalizações ainda não se adequam, em grande maioria, às especificidades do sujeito.

O pesquisador chega às conclusões sobre a vivência da pessoa com deficiência através de pesquisa direcionada, além de pesquisa bibliográfica em redes sociais e material especializado, sobre as evidências históricas. Um dos pontos é o diferente processo de ascensão e declínio do sujeito de acordo com sua condição e preenchimento de castas dentro do grupo social. O sujeito, ao ser definido com alguém que não ouve, é colocado inferior ao ouvinte, e a partir do momento que faz a utilização de aparelhos, como o implante coclear, ele sobe um degrau na escala de classificação social, se igualando a um ouvinte, pessoa tida como normal e, portanto, sem deficiência.

Isso acarreta uma falsa simetria quando o sujeito tem a linguagem de sinais como principal forma de comunicação. Após sua evolução, a utilização de tal ferramenta o diminui perante os demais do grupo, sendo encarada como uma forma de retrocesso em sua condição, mas em outro ponto tem a concepção inversa, a de que a linguagem de sinais é um marco para o grupo, e seu *status* de linguagem oficial o faz ter orgulho desta. Desta forma pode-se ver que a LIBRAS faz do sujeito alguém pleno de suas vontades: ele deixa de ser um simples sujeito com deficiência e passa a integrar um grupo de força e voz, que luta por seus direitos, uma vez que com a linguagem torna presente sua condição de sujeito cultural, sua forma de enxergar o mundo (MARTINS, 2005 *apud* SILVESTRE, 2014; LOPES, 2005 *apud* SILVESTRE, 2014).

Ao cruzar os caracteres, se faz chegar a um grau de discussão que vai além do entender o simples fato do indivíduo ser algo, e alcança-se a *status* de vivência do indivíduo enquanto pertencente a diferentes grupos, sofrendo represália por parte de alguns, os grupos de minorias sociais, tais como deficiência e homossexualidade. O sujeito é visto em sua totalidade, sem partes da sua essência de ser social faltando. Toda a discussão no texto toma forma de embate para tentar entender como alguns

grupos são enquadrados como normas e outros fora da norma, como foram determinadas essas concepções, como a sociedade as reforça, como ela está infundida dentro do indivíduo que repete ações e pensamentos.

A abordagem da homossurdofobia vem trazer o entendimento de preconceito dentro de suas condições, ou seja, homofobia agrega ao sujeito um asco ao indivíduo que mantém relacionamentos homoafetivos, enquanto a surdez quando lançada nesse contexto não chega a ser algo de mesmo parâmetro, pois como visto pelo pesquisador, a condição da deficiência auditiva não se enquadra em uma condição de asco, abominação, mas classifica o sujeito como alguém não apto o suficiente, quebrado, alguém com defeito sendo dessa forma um indivíduo que sofre por suas duas condições; uma o tornando digno de pena e na outra como alguém para se ojerizar.

A percepção do sujeito no meio educacional, na educação básica, é a forma principal de que o sujeito leva para vida, pois é nessa fase que se define como se darão as relações futuras. Na escola tem-se o desenvolvimento inicial das relações pessoais, as que vão além do seu seio familiar, então, como um ambiente de interações. É comum a repetição de ações socialmente determinadas como incorretas, como é caso do preconceito.

E nessa fase é que se faz imprescindível a correção de tais ações e posturas, nesse momento que é importante o entendimento das diferentes condições do ser humano, observando como todos os indivíduos são complexos e com caracteres comuns uns com outros, e a forma como este se inclui em diferentes grupos faz dele um ser único dentro de suas condições. Então entender o sujeito e demonstrar suas facetas no meio educacional é a melhor forma de quebrar barreiras, com uma nova forma de comunicação a LIBRAS, com o entendimento da vivência do sujeito, diferente ou igual.

Freire (2015) mostra que no contexto de condição de trabalho, o indivíduo com deficiência apresenta fatores de desafio, desafios esses que os processos de inclusão resolveriam facilmente. No ambiente laboral o principal fator é a inclusão do sujeito no local, seja por ser excluído de forma social – o outro não o aceitando ou até mesmo o excluindo das suas interações, ou física – o sujeito sendo incapacitado de chegar ou permanecer em certos ambientes no qual realizaria suas atividades. Sobre essa

perspectiva voltada para a qualificação profissional é feita a abordagem neste corpo textual.

Iniciando com as definições a respeito da condição das pessoas com deficiência. Como cada vez mais pessoas com deficiência prosseguem sua vida e se tornam independentes. Isso provoca na sociedade um levante muito grande para o aprimoramento, especializado, para esses indivíduos. Os programas de preparação técnica e profissional precisam cada vez mais estar aptos para receber uma parcela da população que tem necessidades específicas. A pesquisa é baseada em pesquisa bibliográfica de material especializado e documental. Inicia-se pela descrição dos processos históricos e das características definidas socialmente sobre o indivíduo com deficiência e a sua forma de encaixe na sociedade, através dos embates e de novas conformações da sociedade, afastando sempre a ideia médica e biológica a respeito da pessoa com deficiência.

Isso coloca o sujeito como alguém plenamente doente e com capacidades reduzidas, coloca-o como um coitado, incapacitado. Chegando a conclusão de que a melhor forma definida é de pessoa com impedimento a longo prazo de forma física, intelectual, mental e, que estes empecilhos, gerem barreiras nas relações, impedindo uma plena participação (MELO, 2004 *apud* FREIRE, 2015). A definição de sujeito com deficiência passa por diferentes conotações. Dentro de cada grupo de pesquisadores a problemática se alterna em significado, ou seja, para os especialistas médicos ou os que agem em caridade o problema é por essência a pessoa com deficiência. Nos aspectos sociais, dos direitos, o problema passa a ser a sociedade excludente, a sociedade que causa as deficiências.

E dessa forma, cada abordagem revela uma problemática enfrentada pelo indivíduo ao longo de sua vida e relações. Com o advento dos diferentes trabalhos, das diferentes atuações laborativas, o ensino técnico brasileiro passa por constantes modificações. Visa sempre o aprimoramento do sujeito antes de ou já iniciada sua vida laborativa, porém, algo que continua visado é a preparação do sujeito com deficiência, principalmente quando esse passa a integrar a sociedade de forma mais intensa e internalizada, tendo a necessidade agora de ser bem captada, essa mão de obra, para um pleno desenvolvimento do grupo.

E toda essa modificação se inicia ao reorganizar as legislações, seja com a reformulação da norma para recebimento do benefício assistencial – isso uma vez que o valor recebido pelo benefício se iguala, ou supera ao valor recebido pelo trabalhador com deficiência ao exercer uma função, para que o recebimento possa ser mantido, desde que o sujeito seja categorizado de modo formal e na condição de aprendiz – e com a modificação e implantação de novas normas sobre as relações trabalhistas, facilitando e ampliando a formação técnica do indivíduo. Essa questão facilitaria a entrada no ambiente trabalhista, promovendo a inclusão e novas habilidades a diferentes grupos antes excluídos do ambiente de trabalho. Os programas do governo, bem como a implementação de ações, começam a aprimorar as capacidades dos indivíduos com deficiência para a inserção e mantimento de sua condição trabalhista de forma plena, segura e sem discriminação.

Na educação os avanços com a modificação da visão do trabalho em sociedade foram de grande valia para todos, incluindo, principalmente, as pessoas com deficiência. A educação básica tem como objetivo a inserção do sujeito no ambiente social e seu pleno desenvolvimento, anteriormente encarado somente como uma forma paliativa de ocupação da pessoa com deficiência, preenchendo seu tempo ocioso. Com o aprimoramento da formação profissional, passa-se a ver o sujeito como uma fonte de renda para a sua sociedade. Então, o aprimoramento de suas habilidades ou capacitação de funções, que ele possui ou não para exercer determinada função, passa a ser de grande valia e prioridade.

Dessa forma, dois pontos são levantados: como a profissionalização do sujeito com deficiência torna ele apto para concorrer a cargos em igualdade de condições com outros sujeitos. E o incentivo a se desafiar e se tornar mais capaz no ambiente trabalhista, fazendo com que ele tenha plena noção de sua condição e que pode fazer e ir além destas.

Dantas (2006) discute sobre como diferentes grupos tende a apresentar diferentes vertentes de verificação e de estudo. Por ser uma abrangência do campo social, gera vertentes de percepção de mais variados tipos, e todos trazendo sempre novas informações, novas formas de observar o sujeito através de uma ótica que o torna único em meio à diversidade que existe na sociedade na qual pertence. A forma de pesquisa foi feita através da netnografia, onde as informações são adquiridas pela interação mediante redes sociais e a internet como ferramentas, para proporcionar

uma maior acessibilidade para e até o objeto em estudo, e a pesquisa sobre a forma de entrevistas presenciais ou não.

O debate presente no corpo do trabalho se enverada pela discussão de como é vivenciada a sexualidade masculina sob a condição de pessoa com deficiência, mais específico indivíduos tetra e paraplégicos causada por lesão medular. Entender a vivência do sujeito dentro de suas limitações é uma pesquisa que gera informações e descobertas amplas sobre os processos internalizados pela sociedade dentro de cada indivíduo. A sexualidade e suas práticas são ações e pensamentos amplamente laçados sobre os indivíduos de determinada sociedade, que por muito não se tem noção de como gera inferências nas suas relações com o outro ou consigo mesmo.

No presente estudo de Dantas (2016), a forma como o homem com deficiência percebe suas limitações está ligada diretamente à sua sexualidade e ao modo como ele lida com ela. É proporcionada através de uma visão social instituída dentro do seu ser, ligado diretamente a condição do ser homem; não só o que o sujeito entende de masculinidade, mas chegando até como este se entende discursando sobre o modo de inferência das deficiências em sua percepção do lidar com a sexualidade.

A discussão de deficiência na sociedade e seus pormenores históricos é aqui evocado sob a perspectiva da sexualidade do sujeito, verificando a forma como ele a encara, ou seja, o foco agora desenvolvido é em como os discursos sobre sexualidade do indivíduo é lançada sobre ele e as exposições que o sujeito faz, seja de forma verbalizada ou gestual. De início a verificação se dá pelo acompanhamento médico da reabilitação de pessoas com deficiência, não sendo tão proveitoso, uma vez que o desenvolvimento, a captação de informação não é completa; falta a percepção social da condição do sujeito.

A metodologia do trabalho se baseia na ideia de que o corpo se comunica com o outro, e a forma de perceber e entender é através dos gestos; o corpo entrega sua realidade (MERLAU-PONTY, 1999 *apud* DANTAS, 2016). A percepção do sujeito com deficiência, sem desejos, sem sexualidade, ainda é realidade nas sociedades atuais, fazendo-o um indivíduo sem desejos, um ser assexuado. A sua condição, vista pelo social, faz com que perca essa característica do seu ser. Por se tratar de deficiências geradas a partir de lesão medular preocupa-se em explicar sobre estes processos que geraram tais deficiências.

O corpo textual prossegue através das discussões de como são as representações masculinas, ou seja, como é definida socialmente a masculinidade, seja através de ações, questões físicas como força, virilidade, agressividade, e joga todas essas concepções sobre a vivência de um sujeito com deficiência física do sexo masculino o qual perde total ou parcial controle e força do seu corpo, seja essa condição adquirida ao longo da vida ou não. Portanto, as percepções do que somos é retirada em principal do corpo e como este se relaciona com o meio que nos cerca (GROSSI, 2004 *apud* DANTAS, 2016). Isso mostra a importância do sujeito em conhecer seu corpo e entender suas capacidades, além de demonstrar isso perante a sociedade que por muito tempo o trata como incapaz, como alguém que não possui capacidades, nesse caso físicas, para exercer situações colocadas como de indivíduos naturalizados como normais.

Na educação, o discurso apresentando pode ser lançado sobre a importância de conhecer seu corpo e a forma como enxergamos determinadas condições, como nosso corpo passa e transparece determinadas condições e verdades que mesmo inconscientemente não são percebidas. Entender seu corpo de forma a entender suas aptidões e capacidade é algo que é importante ser tratado quando no contexto educacional. O sujeito que se conhece, enquanto corpo e mente, tem a integral consciência de como seu corpo pode ou não reagir a determinadas situações, como ele responde a estímulos externos e internos. Compreender o seu funcionamento o faz libertar de amarras de impossibilidades geradas por interações com sujeitos que não compreendem a deficiência como uma condição que pode ser contornada.

O corpo tem toda uma forma de comunicação e de expressar; muitas vezes não se percebe, mas essa forma de se portar está intimamente ligada ao modo como a sociedade incute em cada indivíduo suas atribuições em comunidade. Em mais um momento é preciso entender o sujeito com deficiência como alguém capaz dentro de suas limitações, e que acima de tudo, pode se superar, desde que a comunidade na qual está inserido tenha a noção de sua condição e que pode viver sem grandes impeditivos, desde que dentro de sua condição e capacidades de desenvolvimento, ou seja, se faz necessário tentar, de modo consciente, para se ter noção de que é capaz, ou não.

Enquanto isso, Soares (2017) discute a educação inclusiva. O seu estudo visa a discussão entre duas vertentes: a médica e a sociológica. Os contrapontos de cada uma apresentam visões sobre o sujeito com deficiência, a forma como lidar com ele e as perspectivas da sociedade para com ele. A educação inclusiva, quando se trata de indivíduos com deficiência, passa por um grande processo de interrelações. Incluir o sujeito em escolas convencionais é o caminho mais esperado para o desenvolvimento pleno dos sujeitos. Porém, muitos ainda têm problemas nessa caminhada, preferindo prosseguir nas escolas de ensino especial, que trazem toda a sua formatação voltada para o atendimento mais completo para esse indivíduo e, dessa forma, mesmo não se querendo, uma segregação é gerada a partir da formação da pessoa com deficiência auditiva.

Tentar contornar esses problemas através de novas práticas e posturas da sociedade bem como das instituições é algo que está sempre em desenvolvimento. Discute-se a tentativa de unificar os processos e gerar a inclusão do sujeito não apenas preparando para uma vida acadêmica, mas também para uma vida em sociedade de forma íntegra. A pesquisa é baseada em verificação bibliográfica, utilizando de material especializado no tema bem como os indicadores educacionais dos alunos desse âmbito da educação básica. Propondo a discussão principal se iniciando por definir, dentre os diferentes parâmetros, o indivíduo surdo, começa com as definições da lente de percepção médica trazendo que esse sujeito apresenta uma incapacidade na escuta que gera a falha na comunicação de forma indireta, uma vez que o processo de escuta tem grande influência na comunicação e nos processos de entendimento sociais (CALHAU et al, 2011 *apud* SOARES, 2017).

Deve-se corrigir o que se entende por problema, de maneira que o sujeito se torne completo novamente, e com esse, dentre outros discursos, muito se induz ligar a deficiência à incapacidade, diretamente ao problema de comunicação e relação com os outros sujeitos e com o meio que o cerca. Ou seja, o problema de entrosamento do sujeito é, por esse viés, a própria deficiência; na perspectiva social os estudos já apontam que o grupo de indivíduos surdos possui uma outra forma de cultura, e esta também apresenta problemáticas, uma vez que a sociedade, desenvolvida com base de preceitos somente clínicos, realoca o grupo para uma condição diferente, por muitas vezes diminuída quando em comparação com o grupo ouvinte. Deste jeito, gera, por consequência, um projeto denominado ouvintismo, no qual o sujeito não

ouvinte fica subjugado aos indivíduos ditos como normais (SKLIAR, 1998 *apud* SOARES, 2017).

No ouvintismo o método é a prática do projeto ideológico de aquisição da linguagem oral e através deste processo de ensino, gera consequências, no qual se normaliza e patologiza a surdez e, por conseguinte, o sujeito surdo. De forma geral, o ouvinte se toma uma espécie de postura conquistadora que propõem a salvação para o não ouvinte. No contexto educacional o recorte vem para realçar as principais discussões sobre o ensino de pessoas com deficiências auditivas. Como esse caminhar é longo, gera um número cada vez maior de tais métodos, sempre proporcionando a transição das ideias de treinamento de indivíduos surdos para se encaixarem em uma sociedade ouvinte para um ensino que proporciona a integração e valorização de sua condição como não ouvinte com língua e comunicação suficientemente capazes para expressar suas necessidades.

Um ponto ressaltado durante o texto é a importância da inclusão do sujeito com deficiência dentro das mesmas condições de ensino do ouvinte, gerando uma educação básica bilíngue; ambos os grupos presentes têm acesso aos amplos aspectos da língua oral e a de símbolos. No contexto educacional, muito deve ser revisto sobre, no que se baseia o que está sendo ensinado e a forma como esse conhecimento está sendo empregado em sociedade, assim como qual a postura diante dessa formação de indivíduos.

O conhecimento sempre traz um contexto social, mas o que se tem de prezar é que essa formação de indivíduos paute-se pela liberdade do sujeito enquanto cidadão constituinte de um grupo, nação, e que este tenha noção integral de sua condição, como também de como aperfeiçoar-se diante de problemáticas maiores que se apresentem na sua vivência, tomando assim as rédeas do seu caminhar na sociedade.

O preparo social para o sujeito não ouvinte se inicia pelo preparo do professor que instrui tanto o indivíduo com deficiência, quanto o ouvinte. Dessa forma, quando educa, propõe a reflexão das condições sociais bem como promove a relação entre esses grupos. Isso, através de uma troca de informações entre estudantes e educador e entre os próprios estudantes, estimulando a comunicação e o respeito.

Em Faria (2018), a pesquisa realizada através de entrevistas de profundidade, busca entender o sujeito com deficiência – nesse caso em específico, o indivíduo com deficiência intelectual e suas prospecções para o futuro enquanto indivíduo engajado em sociedade. O corpo textual inicia-se com a perspectiva do sujeito com deficiência intelectual e como ele é encarado pela sociedade. O modo como ele é representado no imaginário da comunidade e como ele é, de fato, com suas capacidades de projeção intelectual na mesma linha de construção do sujeito sem deficiência.

Após isso, as definições de deficiência intelectual são expostas tendo como foco os contextos sociais e históricos de desenvolvimento da comunidade, aqui em questão a de Goiás. Mostra-se como é construído o sujeito pela ótica da subjetividade por trás da ideia de sujeito deficiente. Iniciando pela discussão das nomenclaturas, evoca-se a construção dos termos que quando se lançam a conhecimento popular adquirem contexto pejorativos, estigmatizante, que por sua vez reforçam a discriminação do indivíduo com deficiência e o mantem na condição de inferiorizado (SZASZ, 2001 *apud* FARIA, 2018).

Vemos, pois, a forma como os movimentos sociais reconstroem a vivência em sociedade lutando por uma condição de ensino dentro da educação regular, priorizando a igualdade de capacidades quando referentes a adquirirem conhecimento, informações e interações em sociedade. De início vai sendo categorizada de acordo com o nível intelectual e a precarização de sua verificação, seu agravamento; depois passando a ser estabelecido de acordo com o grau de utilização de apoios para sua interação com o meio, e desse último, através de movimentos sociais, passou-se a reforçar o *modus* de incluir diferentes tipos de níveis dentro de uma célula educacional, gerando um sistema de integração no qual se prestava suporte necessários ao desenvolvimento cognitivo e pessoal.

Entendemos como as representações sociais lançam seu olhar sobre o sujeito com deficiência intelectual. Este é estereotipado dentro do grupo da anormalidade, lançando-o, socialmente, mais distante dos demais, gerando e promovendo assim uma lacuna entre os grupos. As representações sociais são atreladas às construções dos sujeitos que a compõem, desta forma, compreende-se que elas podem ser alteradas e lançadas sobre elas novos olhares e entendimentos, sempre se tendo um refinamento ao lidar com os discursos, pois através deles que são mediadas as novas elaborações (MOSCOVICI, 2007 *apud* FARIA, 2018).

Por finalização, traz a representação do sujeito por ele mesmo, não buscando em olhares refletores de concepções sociais a respeito do sujeito com deficiência intelectual, gerando assim um discurso transgressor ao apresentar um olhar diferente do que foi historicamente pregado – arraigado de concepções que o desqualificam, proporcionam deste modo um esclarecimento e uma nova conformação do que é ser e o que almeja uma pessoa com deficiência intelectual.

Do ponto de vista educacional, pode-se ser discutido dois grandes assuntos: o primeiro é que permeia a análise do discurso do sujeito sem deficiência perante o sujeito com deficiência intelectual. Uma vez que esse discurso sempre carregado de ideias e preconceções da condição do outro o impede, em alguns casos, de compreender a condição do outro; e mais ainda, pelo fato da repetição e propagação das ideias, impede a sua modificação, sendo por meio desta uma ferramenta útil para a educação, como quebra de paradigmas. O debate e a interrelação entre os diferentes grupos se alteram à conformação que um tem a respeito do outro, movendo assim a representação do sujeito para outro significante, sendo este, preferencialmente, o mais afastado de um contexto depreciativo, humilhante.

O segundo é o que se reflete a respeito da implementação de novas práticas educacionais inclusivas. Ao final do texto, quando se propõem as entrevistas, a pesquisadora aborda indivíduos com experiência de educação, especificamente a escolarização formal, tendo como um crivo secundário e não desejado a pesquisa. Não propôs uma idade máxima para os participantes, pois no Brasil a implementação de práticas educacionais para pessoas com deficiência intelectual chega mais tarde que as demais e desta forma os indivíduos categorizados nesta condição só vieram a ter um apoio educacional formal de modo recente no histórico da educação brasileira.

No estudo de Ferreira (2019), encontramos as práticas do ensino voltado para a concepção musical do sujeito. De início aborda as informações de base para a sua construção, definindo as práticas de ensino musical e apresentando as vertentes em que essa pode ser apresentada como um agregado de informações que permeiam o desenvolvimento do indivíduo.

A metodologia utilizada na pesquisa é a bibliográfica, através de material especializado a respeito do tema. É por meio destes, que a pesquisadora apresenta como foram estudados e abordados a temática nos campos de pesquisa acadêmica, além da observação indireta de aulas, através de material gravado em áudio ou vídeo,

e entrevistas semiestruturadas. Da mesma forma, faz uma busca a respeito do estudo das deficiências dividindo em visual, auditiva, transtorno do espectro autista e física.

A discussão se inicia na forma que apresenta suas próprias problemáticas quanto educadora, tendo que ensinar na modalidade especial, se vendo despreparada para receber e passar informações para o sujeito com questões específicas de ensino. Buscando um ponto mais analista, tenta ver as construções educacionais para o acolhimento de sujeitos com deficiência, definindo parâmetros nos quais o sujeito é capaz de se desenvolver, e ser auxiliado de modo completo pelo educador, lembrando que este último também necessita de capacitação e preparação.

Apresenta-se as definições e contextualizações dos tipos de educação inclusiva e especial. A especial vem como um apoio para o sistema de ensino básico comum, pois quando este não consegue abarcar as necessidades do estudante com deficiência, ou não tem capacidade de trabalhar com eles, seja por falta de estrutura ou capacitação profissional, os estudantes podem fazer utilização do ensino especial. Este se ocupa no atendimento visando meios compensatórios que auxiliem no desenvolvimento dos processos de aprendizagem dos estudantes, e coloca o foco na aprendizagem plena do estudante para, ao fim do processo, este ser inserido no meio social (FERREIRA, 2019).

Já a inclusiva vem das iniciativas das instituições de ensino comum que se adequam e geram a interação e aprendizagem com e entre pessoas com deficiência ou não, lembrando que esta é que se adequa ao estudante, não o contrário. Isso vai proporcionando o mantimento do estudante ao longo de toda a trajetória educativa. Na construção da educação especial no Brasil, vários passos foram determinantes na implantação e implementação dos diferentes tipos de ensino desde a implantação do ensino especial como apoio à educação comum, o apoio maior do poder público ao atendimento das pessoas com deficiência (SOARES, 2006 *apud* FERREIRA, 2019).

Como o processo de inclusão do sujeito com deficiência nas práticas educacionais auxiliaram – muito além do que só nos processos escolares e de aprendizagem, de modo direto e indiretamente nas aquisições para a comunidade de pessoas com deficiência – indo de novas prospecções nas habilidades sociais até na eliminação de efeitos prejudiciais para o sujeito e sociedade como a alienação, o isolamento e a exclusão (OMOTE, 2005 *apud* FERREIRA, 2019).

Por fim, aborda as contribuições do ensino musical no desenvolvimento do sujeito com deficiência, no qual o mesmo apresenta melhoras nas suas habilidades manuais, percepções do ambiente, bem como um grande desenvolvimento social, aperfeiçoando sua integridade intra e interpessoal. Estas, por sua vez, afetam diretamente seus aspectos de qualidade de vida. O processo de aprendizado é dividido em dois motes: um no qual aprende concentração, foco e os preceitos da música, enquanto em outro seriam vistas as formas de trabalhar fatores vivenciados no seu desenvolvimento pessoal, questões do mundo pessoal de cada indivíduo através de elementos musicais.

Nos processos educacionais podem ser verificados aprendizados significativos referentes a aprimoramento das habilidades musicais como uma melhor forma de se expressar, de entender como se relacionar com o outro, aprimorar os processos de habilidades motoras sendo essas as rítmicas e finas. O processo de socialização, como já verificado em outros pontos, é um dos fatores que apresentam melhoras no intuito de socialização com outros sujeitos com ou sem deficiência. O ensino especial tem um ponto que o faz ser o principal no desenvolvimento das aptidões dos indivíduos com deficiência, que é o processo realizado pelos educadores de trabalhar com cada sujeito de forma única, compreendendo como se dá sua aprendizagem, entendem seu ritmo e como pode auxiliá-lo no desenvolver dessas capacidades.

4.3 Sociologia das deficiências, inclusão e implicações para repensamos o ensino de sociologia

O que se segue são as proposições lançadas por cada pesquisador. Algumas teses e dissertações não apresentam aspectos educacionais diretamente nos seus objetivos, mas como já feito antes, serão discutidos os pontos abordados ao longo das suas discussões que podem contribuir para repensarmos o ensino de Sociologia com vistas à inclusão e a produção de sociabilidades mais plurais. Para facilitar o entendimento cronológico, utilizar-se-á o modo de delimitações anual. Acreditamos que essa organização facilita o entendimento dos estudos.

Nos textos presentes a seguir estão as ideias dos pesquisadores que sinalizam para reflexão das sociabilidades das pessoas com deficiências. A isso somos levados, ao final, a refletir as questões de ensino de Sociologia, que pode receber influência teórica aqui apresentada. Assim, de modo a não ser somente uma reprodução de fatores estudados anteriormente, tentou-se exprimir o que cada texto traz em suas colocações principais.

4.3.1 A sociologia e as deficiências

No estudo de Mattevi (2009), os aspectos apresentados no texto são os principais dentro do estudo da deficiência, isso dentro dos campos da sociologia. Os pontos que abordam são a respeito da discussão que se mantém sobre essa relação. Assim, são discutidos quais as definições que melhor representam o viver, o ser da pessoa com deficiência. Para isso são levantados os aspectos clínicos, biológicos, sociológicos e antropológicos.

Indo a fundo na discussão tem-se que os aspectos clínicos ou médicos definem o ser com deficiência exatamente pelas características do problema de saúde, ou seja, o indivíduo é atrelado aos atributos presentes na deficiência. Dentro destes aspectos temos que a visão da comunidade sobre o sujeito o torna alguém inválido, mesmo que este não o seja. Isso se baseia na visão médica que encara o sujeito pela sua condição de saúde, não pelo seu comportamento e colocações em comunidade.

Nos aspectos sociológicos, temos uma grande variação de entendimentos, dentre eles os tratamentos pejorativos utilizados por pessoas como forma de diminuir a condição de indivíduo em comunidade. E com igual potência, ou até mesmo maior, se tem a colocação destes sujeitos com deficiência no mesmo local de importância em sociedade de um sujeito sem deficiência, pois leva em conta as capacitações dele para as ações em comunidade, desde que este se encaixe no padrão normativo estipulado pela comunidade.

Especificando mais nas abordagens utilizadas no texto de Mattevi (2009), apresenta-se o seguinte parâmetro: a sociedade, a cada período que se passa, aprimora mais suas disposições sobre o entendimento do que é um indivíduo plenamente capaz. Nisso, a pessoa com deficiência tem sua permanência e incentivo

para a vida em comunidade cada vez mais acentuada, e as diferentes áreas da sociedade – a da saúde como a principal abordada em produção textual analisada – necessitam passar por novas reconfigurações para receber esses novos corpos, suas novas características que precisam, a seu modo, de uma visão diferenciada e específica para cada indivíduo.

Dentre os pontos lançados no texto que podem e são utilizados no campo da educação, ressaltam-se a forma de lidar e entender o indivíduo com deficiência. Este tem capacidades suficientes, dependendo do tipo de deficiência, para seguir uma vida plena. Necessita em essência de um trabalho pedagógico focado nos seus processos de aprendizagens específicos e para que isso ocorra se faz necessário que o profissional que irá desenvolver tais habilidades do sujeito tenha uma preparação antecipada, principalmente para que possa sanar possíveis problemáticas que venham a ocorrer posteriormente.

Quanto ao responsável, familiar ou o profissional, que está lhe prestando auxílio no seu processo de capacitação, deve ter em suas bases de formação e entendimento o tato de lidar com o outro dentro da sua condição. Isso faz com que o processo de aprendizagem ou adaptação às condições da comunidade que se insere seja mais facilmente entendido e compreendido.

De mesmo modo, os profissionais da educação, não só os profissionais de saúde como abordado no estudo de Mattevi (2009), tem que se adaptar aos novos indivíduos, às novas formas de entender os corpos, uma vez que a pessoa com deficiência necessita de uma interação com o outro tendo que ser incluída na grade de ensino comum. Além disso, deve promover sua interação com outros sujeitos, com deficiência ou não. O trabalho pedagógico necessita de atenção específica para sanar as dificuldades que a pessoa com deficiência enfrenta ao aprender novas informações. E tudo isso só será possível com uma preparação dos educadores para atender essa demanda, não gerando exclusão do indivíduo, lançando-o para uma grade de ensino especial, na qual sua relação com outros indivíduos se torna deficitária.

Como apontado no estudo, Mattevi (2009) mostra que o processo de modificação é difícil devido às características cristalizadas da sociedade de sempre lançar sobre a pessoa com deficiência uma visão de incapacidade, de não ser possível esse indivíduo galgar novas performances em sociedade. Todo esse enfoque na

preparação dos profissionais para o recebimento de um sujeito com novas características, com necessidades específicas, terminam por aflorar uma característica bem abordada pelo campo sociológico: no que tange à vivência com a deficiência, que trata dos estigmas sociais, nos quais estão definidos previamente a relação do modo de tratamento para com a pessoa com deficiência. Isso, muitas vezes, com viés histórico da medicina e sua forma de lidar com o paciente, o sujeito com deficiência.

Os aspectos sociológicos são aqui evocados como uma forma de promover mudança na abordagem e entendimento da deficiência. Precisamos ressignificar o tecido social que sustenta a visão capacitista sobre a deficiência. O sujeito com uma deficiência, tal qual uma característica a mais que este possui, não deve ser reduzido e atrelado somente à sua deficiência. Desse modo, é um indivíduo importante para sociedade como qualquer outro, devendo, por isso, ser aceito e resguardada a sua formação social e inserção em comunidade. Portanto, a mudança da visão social a respeito da deficiência e do sujeito com deficiência deve passar por uma reformulação e melhor entendimento, bem como os profissionais que o auxiliam devem ter melhor preparação para lidar com este. (MATTEVI, 2009).

4.3.2 Sociabilidades para o autoconhecimento e a transformação de espaços inclusivos

No estudo de Marques (2010), o processo de se entender enquanto pessoa com deficiência e perceber a confirmação de ser capaz, pleno de realização e de superação pela comunidade, é o tema principal do texto, e esses processos são as bases para os processos educacionais. Na educação física, são apresentados os processos que definem as atividades desportivas, sua forma de organização e as formatações empregadas nos processos de premiação. O que o pesquisador traz no projeto é a discussão de como as pessoas com deficiência tem a construção de suas aptidões de mesmo modo que sujeitos sem deficiência, porém, nos processos de ensino ou nas interações em sociedade, esse ponto não é trabalhado, ou por vezes, ele é suplantado por ideias incorretas sobre o sujeito.

O autor lança uma visão sobre o processo de construção da competitividade dentro das atividades – as competições das paraolimpíadas, e a forma que todo o evento passa a possuir quando os próprios organizadores são compostos por pessoas com deficiência. Os processos sociológicos apresentados são exatamente dentro dos pontos já abordados, ou seja, a inclusão do sujeito nas organizações de eventos, principalmente quando estes são voltados para o público com deficiência. Estes, por entenderem e terem a vivência do sujeito, fazem com que o processo de experiência nesses acontecimentos seja a melhor possível. Desta forma, chama mais a atenção e, concomitantemente, proporciona uma maior participação e adesão dos sujeitos com deficiência.

Na perspectiva de sala de aula é abordada a construção do sujeito com deficiência. Além disso, é vista a falta do entendimento social de superação do indivíduo com deficiência, ou seja, o sujeito automaticamente quando inserido em comunidade, seja na familiar ou escolar, é constatado como incapaz e não apto de superar suas expectativas, ou superar suas condições enquanto pessoa. Ele passa a ser tratado como coitado, inábil e incapaz. Dessa forma não se permite a evolução do sujeito dentro da sociedade. Portanto, o principal trabalho é que o educador, e outros profissionais, entenda que as capacidades de desenvolvimento e de superação são inerentes a todo indivíduo que anseie por qualidade em comunidade (MARQUES, 2010).

4.3.3 Inclusão e ocupação social do mundo do trabalho

Em Santos (2011), temos que o projeto que se discute no campo da educação é a educação profissional e a preparação do indivíduo para ser inserido na vida laboral. Antes discutida na agenda pública a inserção do sujeito com deficiência no ambiente escolar comum, agora o foco se volta para o aprimoramento profissional da pessoa com deficiência para ocupar o ambiente de trabalho. Mas um dos pontos também abordado é a preparação das instituições de ensino, seja de no campo profissional ou na estrutura física do ambiente, para receber o indivíduo com deficiência. Os institutos técnicos como locais colocados como laboratórios de preparação laboral são os ambientes visados nessa pesquisa.

Nos processos sociológicos, o que mais se vê é a modificação da sociedade para o melhor rendimento e aproveitamento do indivíduo para gênese de riquezas voltadas à comunidade dominante. Isso influencia na emancipação do sujeito: ele torna-se parcialmente, ou ilusoriamente, autossuficiente. Com essa crescente necessidade da sociedade, um dos campos que tentam forçar essa modificação de modo mais inquisitivo é o das políticas públicas, nas quais se exprime na forma de leis os desejos e anseios de grupos que lutam pelos direitos e aceitação da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, e com isso promovem modificações na comunidade para melhor acolhê-los.

De modo bem amplo, podemos pensar as sociabilidades da pessoa com deficiência e sua relação com a educação e o trabalho. Assim, precisamos problematizar questões como a própria educação preparatória para a vida laboral; a modificação do ambiente e das visões para melhor recepção do indivíduo com deficiência; a formação política do sujeito visando sua inserção em sociedade como um ser consciente de suas capacidades enquanto cidadão (SANTOS, 2011).

4.3.4 A teoria como transform(ação) humana e social

O estudo de Piccolo (2012), como abordado ao longo do texto, mostra que em diferentes obras o ponto em discussão presente é o da definição incompleta do que é ser pessoa com deficiência, pois muitas vezes a definição se apega somente ao modelo médico, visando o sujeito pela sua incapacidade, tratando-o como um ser incapaz, inválido. O debate desse tipo de entendimento do que é ser pessoa com deficiência proporciona diversas mudanças sociais, seja no melhor tratamento dado ao indivíduo ou na melhor captação desse sujeito para a vida em comunidade.

Ainda há outros pontos, como pela perspectiva humanista, que auxilia a lhe tornar mais estimado, ou seja, sua condição enquanto indivíduo socialmente colocado é locada no mesmo patamar que outros indivíduos sem deficiência. A discussão desse tipo de pormenor melhora o desenvolvimento dentro e fora da escola, mas ainda mais importante, quando a aplicação desse debate é feita dentro das instituições de formação do profissional da educação. Visto que o professor, ao levar a visão de um indivíduo com capacidades de desenvolvimento iguais a todos os outros apesar da

sua deficiência, proporciona uma mudança significativa no meio educacional, e essa alteração vem de dentro para fora da instituição.

Quando o modelo social é utilizado, ele vem de encontro à necessidade de se ouvir a voz de um grupo que por muito tempo foi impossibilitado de exercer sua condição de sujeito na sociedade, pelo simples fato de ser visto de acordo com suas características biológicas e fisiológicas, e não de acordo com as suas condições de desenvolvimento em sociedade. Desse modo foi sendo castrado socialmente ao longo do tempo (PICCOLO, 2012).

O fato de se ver o sujeito com deficiência com outros olhos faz com que sua inclusão no meio educacional seja aprimorada. O outro deixa de ser indesejado e é validado como um outro alguém qualquer na sociedade, que única e simplesmente possui condições de aprendizagem ou de aprimoramento de ações mais específicos que os demais. É, pois, um movimento de descobrir teorias com aspectos sociais mais completos que promovem a mudança das concepções e mudanças na visão do outro, mas sempre proporcionando o melhor posicionamento para este (PICCOLO, 2012).

4.3.5 Processos sociais e sua fabricação

Segundo Brito (2013), os processos sociais podem ir bem além das simples verificações de entender o sujeito e suas condições em comunidade, mesmo dentro de sala de aula. Eles podem ir até o debate político que proporciona mudanças na organização de grupos e suas colocações. E em sua forma máxima de expressão, esses processos sociais podem ter reflexo direto em valorizações de conhecimentos ou aprimoramento destes, tornando-os parâmetros para futuras construções, como ocorre na formatação da Língua Brasileira de Sinais.

O tema abordado pelo autor evoca a discussão das formas de comunicação. Das vezes que o sujeito, quando bem organizado e capaz de proporcionar grandes mudanças na comunidade, demonstra sua grande capacidade de modificações e aprimoramento de suas condições, ele está fabricando processos sociais como modo de existir. A discussão proporcionada através da percepção da LIBRAS gera dois pontos, isso com viés da perspectiva da sala de aula: o primeiro é o debate de como

pessoas e organizações, quando unidas e se propondo em gerar modificações na sociedade visando a inclusão, podem tornar-se reais.

O outro ponto são as diferentes formas de comunicação que permitem o indivíduo interagir com o outro, de modo a transpassar barreiras fisiológicas, que anteriormente o impossibilitariam. Ambos os pontos são da ordem da organização social. Um visando o grande grupo, o conglomerado de pessoas com mesmo desejo e vontade; no outro, o individual, quando o sujeito promove a si mesmo a derrubada de um empecilho, de uma trava fisiológica para que possa assim exercer sua condição de ser social e sociável (BRITO, 2013).

4.3.6 Marcadores para definir subalternidades e exclusões

Em Silvestre (2014), a discussão chega no ponto mais abordado dentro desse campo: de entender as marcas adicionadas e que através delas caracterizam os sujeitos com deficiência em sociedade. Essas marcas, ou mesmo estigmas, são as que produzem os preconceitos. Os marcadores, enquanto consequência das interações sociais, é algo bem real. Na educação muito se vê essa postura, principalmente na repetição de ações e fatores externos ao ambiente escolar dentro deste. Assim, os sujeitos que compõem a escola, a sala de aula, são sujeitos-espelho. Espelham posturas do ambiente social.

Romper com essa repetição, essa ordem e esse imperativo de conceitos errôneos através da percepção e conscientização desses posicionamentos e concepções é algo importante de ser feito. O ato de abordar essas posturas proporcionam uma revisão do pensamento selecionador, que distingue sujeitos pelas suas características; mas não só isso como também exclui do meio social os indivíduos que não correspondem, ou não performam, o que é socialmente delimitado como normalidade, segregando assim grupos de pessoas com deficiência. Esses preconceitos são problemáticos, principalmente quando enraizados na comunidade, pois assumem o aspecto de um discurso comum, que pode ser utilizado com normalidade, já que tem aprovação social, todos fazem então não há de ser danoso.

A quebra desses marcadores ou a minimização dessas inferências proporcionam uma aceitação, uma melhor recepção do sujeito com deficiência nos

diferentes campos sociais. Para isso é necessária uma grande revisão de conceitos e ideias, algumas por vezes fixadas no pensamento normativo, e colocadas como concepções aceitas erroneamente, já que proporcionam erros e condutas pejorativas (SILVESTRE, 2014).

4.3.7 Construindo realidades sociais desde o início do processo formal de ensino

Freire (2015) discute, como já lançado anteriormente, a visão sobre o sujeito com deficiência e sua colocação dentro do mercado de trabalho. Em seu estudo, retoma-se essa discussão, porém, desta vez com a percepção do indivíduo como uma figura que molda seu ambiente e é moldado por ele. Relação deste processo com a do aprimoramento educacional é, principalmente, verificado quando o sujeito traz em seu interior a ideia, o desejo de se desenvolver, de aprimorar suas capacidades, pois é nos níveis iniciais de ensino que se molda e desenvolve a personalidade do sujeito educante. No caso do sujeito com deficiência, mostra-se o quanto ele é capaz de se desenvolver, instigando em sua essência a vontade por se desafiar, e moldar o ambiente à sua necessidade.

Nesse caminhar do sujeito com deficiência, perceber o que pode ser feito e até onde pode chegar nos seus ideais é algo de grande importância para ele. Nas conquistas laborais se aplica de mesmo modo: a sociedade molda o sujeito para que este tenha como foco de vida a construção de uma vivência onde o futuro sempre almeja a emancipação de suas funções. Ou seja, a inclusão do sujeito em sociedade só se faz completa quando este, além de ser aceito, tem suas habilidades aprimoradas e quando ocorre uma remodelagem do ambiente social, proporcionando a sua integração e tornando-o apto a adquirir suas riquezas e conquistas (não)materiais (FREIRE, 2015).

A desestabilização de paradigmas sociais gerados pelo desenvolvimento das tecnologias do trabalho facilitou a inserção das pessoas com deficiência nesse ambiente. Ao mesmo tempo gerou uma severa modificação das ideias de formação do profissional que o auxiliara em sua formação laboral. Essa ambiguidade vai de encontro também à aplicabilidade das normas vigentes no legislativo para o melhor

aproveitamento do sujeito com deficiência nesse ambiente de trabalho/educativo (FREIRE, 2015).

4.3.8 Sociabilidades, sexualidades e vivências outras

Segundo Dantas (2016), algumas características dos sujeitos com deficiência são ressaltadas enquanto outras são totalmente apagadas do indivíduo. Por vezes, são dissociadas da sua vivência, como no caso da sexualidade dos sujeitos e sua relação com o corpo. Perceber-se enquanto sujeito com deficiência é uma tarefa tão grande quanto compreender todas as suas condições e capacidades. Assimilar o seu corpo envolve compreender que ele é diferente dos demais, que por vezes não se encaixa no modelo que a sociedade tem de normatizar como sendo o ideal. E por fugir dessa concepção se faz complicado enxergar-se e entender do que é capaz, de se desenvolver e às suas habilidades.

Quando seu corpo é diferente dos demais se faz mais complicado ter modelos para si, que é muito do que acontece na vivência do sujeito com deficiência. No estudo de Dantas (2016), o que se verifica é a forma que o indivíduo com deficiência lida com a sua a sexualidade e como a sociedade não enxerga essa característica presente neste indivíduo.

Pode-se utilizar uma ferramenta paralela para entender como esses sujeitos são excluídos e silenciados dentro da sociedade, já que uma característica tão comum a todo indivíduo é suprimida pelo simples fato do corpo deles não performar de mesmo modo que os demais, e somente com isso já deixa de ser importante ou de ser verificado como uma característica que os torna tão humanos como qualquer outro indivíduo.

O paralelo que se pode traçar aqui é com as práticas educacionais que selecionam alguns indivíduos em detrimento de outros. Muitas vezes não só excluem como também promovem uma supressão da forma de se expressar, prática comum na tentativa de inserção do sujeito com deficiência no processo de ensino regular. Entender sua sexualidade vai muito além de só entender se seu corpo está pronto para relações íntimas com outros indivíduos: mantém relação direta de como o sujeito

enxerga seu corpo, como ele entende seu funcionamento e, acima de tudo, como ele percebe seus limites físicos e mentais nas suas funções diárias.

Algo bastante importante para entendimento do sujeito em sociedade é que ele se perceba, em suas reais condições, e que possua exemplos de sua condição dentro da comunidade, pois assim consegue se espelhar nos demais exemplos construindo deste modo sua identidade social (DANTAS, 2017).

4.3.9 Por transformações inclusivas no legislativo: mudar para acolher

Nos processos educacionais muitas modificações são propostas. Dentre elas a integração cada vez maior entre os sujeitos. Desta forma, compreender como se dá a aprendizagem nesse aspecto é importante. Mas não só isso, no campo legislativo vem cada vez mais sendo reiterado a necessidade da integração de sujeitos com deficiência na rede comum de ensino, já que as pessoas com deficiência, na fase de educação básica, têm maior inclinação a serem inseridas na rede de ensino especial, que é atualmente a mais organizada para recebê-los.

O ato de verificar essas modificações no legislativo torna mais efusivo a sua aplicação e, por consequência, promove a melhoria de vida do indivíduo com deficiência. O ensino comum tem sido bombardeado há muito tempo com solicitações de mudanças na sua forma de se organizar, pois, com o tempo, mudanças para melhor atender a população são necessárias. Ainda mais quando esse grupo precisa de um atendimento especializado, visando suas necessidades específicas para cada sujeito.

As mudanças são em sua essência nos aspectos físicos, ou seja, a adaptabilidade do ambiente para que ele possa receber e atender a permanência dos sujeitos com deficiência, e também nos aspectos de preparação dos profissionais para a aceitação e acolhimento de forma apreciativa e dignificante (SOARES, 2017).

4.3.10 As visões êmicas³ de um grupo como revisão das imagens sociais

Para Farias (2018), entender como a pessoa com deficiência se enxerga é algo de extrema importância quando se tenta propor uma melhora para sua condição em sociedade. A partir desse pressuposto, podemos compreender como ele, enquanto indivíduo, pode melhorar tanto para si mesmo quanto para a comunidade. É uma perspectiva de ressignificação social e qualidade de vida social. Nos processos educacionais, o entendimento do sujeito acerca de si mesmo o faz compreender, de modo mais completo, os pormenores de sua vivência em comunidade.

Quando se entende como o indivíduo e externa sua visão de si, é possível verificar os estigmas sociais colocados sobre sua condição pessoa com deficiência. Esta, por sua vez, faz refletir sobre as colocações que a sociedade tem a respeito de seu grupo, a forma como ela foi e é tratada ao longo do tempo, a forma como é representada – quando o é – em comunidade perante os demais sujeitos.

Também nesse campo pode-se verificar como acontecimentos e procedimentos utilizados ao lidar com indivíduo deficiência geraram marcas no entendimento e na forma de ocupação social destes. Dito de outro modo, como processos, como os métodos clínicos, proporcionaram percepções divergentes sobre o indivíduo com deficiência, entendendo-o como incapaz e que é colocado como uma espécie de peso a ser carregado pelos demais.

Modificar as visões distorcidas dos sujeitos com deficiência é algo necessário, muito pelo simples ponto de que quando este compreende o quão capaz e até onde poderá galgar sua vida, não permitirá mais sua colocação ou relocação numa condição de classe inferior aos demais, no caso as pessoas sem deficiência (FARIAS, 2018).

³ Visões internas de determinado grupo social.

4.3.11 Outras expressões sociais para desestabilizar ideias capacitistas

No estudo de Ferreira (2019), nos processos de ensino é possível se tentar meios em que o indivíduo possa se expressar, para assim romper barreiras psicológicas e manter relações com outros indivíduos. Isso aprimora ou forma seu arcabouço de ideias e concepções sobre a comunidade na qual está inserido. Nesse sentido, a prática de instrumentos musicais, além de aprimorar as capacidades intelectuais do sujeito com deficiência de forma direta, abrange e melhora sua postura perante os outros sujeitos.

Isso facilita sua colocação social por si mesmo e o modo de se expressar em sociedade. As interações sociais são ferramentas importantes para a manutenção de constante desenvolvimento intelectual, racional. Quando estas são bem desenvolvidas, levam o sujeito à condição de aprendiz e também de mestre. Afinal, todos têm algo para ensinar e para aprender. Isso propõe para ele, através das interações, novas formas de compreender e enxergar o meio que o cerca, por consequência, gerando novos significados das aprendizagens.

No ensino de música, muito se preza pela expressão artística do sujeito, de forma que este cada vez mais, com a experiência de suas ações, aprimore este aspecto, deixando de lado a identidade mais reclusa e assim, percebendo as vantagens de assumir uma posição mais comunicativa. Trata-se de oportunizar uma maior e mais facilitada inserção no meio social que o cerca (FERREIRA, 2019).

4.4 Aspectos teórico-metodológicos e implicação para a produção da (in)visibilidade da pessoa com deficiência

Como informado anteriormente, os textos que se seguem, visando evitar o artifício de simplesmente transcrever informações dos estudos para este e não aprofundando o conhecimento, foram analisados para levantarmos as abordagens de conhecimento. Assim, buscamos as visões sociais sobre os aspectos teórico-metodológicos trabalhados em cada uma das obras analisadas.

4.4.1 O conceito de qualidade como categoria epistêmica-metodológica

Mattevi (2009) estrutura sua pesquisa nos pressupostos teóricos a partir das ideias de qualidade, em principal a unificação dos referentes à vida e cuidado. A autora trabalhou agregando a isso as atitudes frente às pessoas com deficiência. Para isso utilizou como material de discussão desse tema o projeto DISQOL e com conceitos de funcionalidade e incapacidade encontradas na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF. Porém, discutindo melhor sobre o modelo teórico debatido no estudo, tem por criador Calman (1984 *apud* MATTEVI, 2009), que foi definindo as propostas de qualidade de vida divididos em dois modelos.

A autora mostra que o primeiro modelo é da expectativa. Quando referente ao nível de expectativa, ou seja, a qualidade é definida no tempo entre a expectativa do sujeito – o que ele espera que ocorra – até a realização da proposição do indivíduo. Essa perspectiva é medida por sujeito, de forma individual. A medida é de acordo com o nível de experiência vivida pelo sujeito e as suas perspectivas de vida, como se dá a forma de passagem de tempo e suas realizações na vida.

O segundo modelo é funcionalista. Nele o indivíduo apresenta uma qualidade de vida significativa de acordo com que se apresenta de forma satisfatória para sua funcionalidade, seu papel em comunidade. Ou seja, quando acometido de doença ou incapacidade, o sujeito não tem representação de qualidade de vida (MATTEVI, 2009).

4.4.2 Poder, dominação e reprodução como elementos de análise metodológica

Marques (2010) traz a teoria e pensamentos de Pierre Bourdieu, que debate concepções de contexto sociológico. Dentro do projeto, as perspectivas utilizadas são as referentes ao poder de reprodução e de dominação nos diferentes campos da sociedade. Assim, as ações dos sujeitos, as ideias e os objetos produzidos por estes têm uma grande carga embutida neles. Podem ser ideais, dos grupos produtores, geradores de tais concepções. E nelas vêm, de modo subjetivo, as organizações de poder. O valor do poder simbólico, das diferentes esferas da sociedade que originaram tais concepções, acabam criando formas de existências específicas.

Para uma compreensão mais aproximada, a utilização pelo pesquisador foi através da seguinte vertente: nas atividades desportivas realizadas, a sua execução é atravessada por uma carga social grande, isso quando se tem relação com a organização social da atividade desportiva. De forma simplificada, a utilização da teoria de Pierre Bourdieu no estudo se apoiou nas concepções de poder e valorização de determinadas atividades, no caso desportivas, realizadas na comunidade. Essa valorização também é assimilada como poder simbólico.

O indivíduo com deficiência, enquanto atleta, pretende ter seu *status* assimilado à sua condição de atleta, não à sua condição física. O fato deste priorizar seu melhor preparo físico e o ganho de premiações – uma vez que a valorização no meio desportivo é feita através de quadro total de medalhas e premiações ganhas, essa sendo o equivalente no campo exposto para poder simbólico – passa a representar algo simbólico para o mesmo. Assim, acaba gerando, como definido em teoria utilizada, a valorização e importância do esporte e do atleta que o pratica.

Compreender essa valorização do sujeito ou de suas práticas, proporciona um entendimento do que e como o fazem ser vistos com bons olhos socialmente e, desse modo, gerando uma maior atenção para esse grupo de pessoas com deficiência. E em consequência, desperta o desejo por se desafiar e transpor barreiras, se tornando sempre o melhor que se pode ser, dentro de suas capacidades (MARQUES, 2010).

4.4.3 Política pública e igualdade social como crítica ao poder estatal

Santos (2011), nas bases teóricas de seu estudo, utiliza as ideias de Nico Poulantzas. Suas definições recaem sobre a formação do Estado enquanto ambiente e órgão de promulgação e propagação das normas vigentes em uma sociedade, e essa formatação a partir do modelo capitalista, no qual se visa a produção de bens e geração de riquezas. No processo histórico muito se tem falado sobre a importância do Estado na formação e capacitação do sujeito, porém, sempre formulando-o de acordo com as suas concepções e necessidades. Assim, é abordada na pesquisa a utilização dessa base teórica. Ela é alicerce para a discussão da política pública como ferramenta essencial para formação da educação profissional.

Para o autor, quando ocorre a modificação política para a aceitação da pessoa com deficiência, promove-se uma total modificação da sociedade, gerando, por conseguinte, um crescimento no desenvolvimento da sociedade. A profissionalização da população, que se compõe uma comunidade, torna-se efetiva a formação do cidadão apto a adquirir novos bens, novas conformações em sociedade e também faz com que o sujeito tenha uma produção. Quando este realiza a atividade laboral, de objetos ou serviços, que como um grande ciclo gera mais e mais para o Estado organizacional, ele acaba ganhando visibilidade social.

Desta forma, se fortalece sociedade com bases no capitalismo, que acaba gerando uma grande quebra de barreiras sociais. A valorização do sujeito com deficiência, o tornando apto dentro de suas condições, promove uma distribuição de conhecimento mais igualitária, não tão excludente e elitista. Ainda mais, permite o desenvolvimento em seu bem próprio. Funciona quase que de caso pensado, proporcionando o seu próprio crescimento, enquanto órgão líder e organizacional.

Em contraponto a esse arcabouço teórico, tem-se a realidade e a vivência do sujeito com deficiência, nas quais ele se esbarra com uma Constituição que o prioriza nas suas necessidades de formação comum e laboral, nas suas condições enquanto cidadão constituinte de uma comunidade. Todavia, não é aplicada, de fato, em todas as suas instâncias. Isso deixa a desejar sempre uma melhora da sociedade, seja no ambiente físico para exercer seu poder de locomoção pelos locais, seja pela forma correta e respeitosa de ser tratado e recebido por outros sujeitos (SANTOS, 2011).

4.4.4 Metodologia social para o trabalho sociológico contra-hegemônico

Piccolo (2012) apoia-se na teoria do modelo social, na qual a visão sobre o sujeito com deficiência é alterada e melhor encaixada dentro das concepções da comunidade no qual se insere. Um modo simples para entendimento e compreensão desse modelo é entender, inicialmente, que existem tipos diferentes de modelos que representam o sujeito com deficiência. Dentre os principais, estão os modelos médico/clínico e o modelo social/político; ambos são construções históricas das definições da concepção do que é ser pessoa com deficiência, porém se apoiam em pontos diferentes para gerar esses rótulos.

Um se apoia na ideia de que o sujeito é definido pelo que ele possui. Advoga que o sujeito carrega essa condição como se o fizesse de bom grado; isso reverbera, por exemplo, quando se aplica o termo sujeito portador de deficiência. Nesse contexto, o sujeito tem a sua característica mais forte, a de identificação, atrelada à incapacidade em convivência no meio dito normal. Isso é posto de acordo com a sua deficiência, ou seja, o indivíduo surdo vai ser percebido como um sujeito incapaz de comunicação, que não é possível ou cabível a ele a comunicação ou interação.

No modelo social, o que se pega como base são as relações sociais. São observados os aspectos da sociedade que tornam aquele indivíduo realocado a outro grupo, e tentando através dessa percepção captá-lo e lançá-lo novamente dentro da comunidade, lhe garantindo condição para inserção e sua manutenção dentro deste meio sem maiores sofrimentos.

Dessa forma, quando se aborda a metodologia social se compreende quais são os aspectos que mais pesam para a vivência do sujeito com deficiência. E de modo concomitante, percebe-se que a sociedade dita normal é um modelo que baseia a interação com o meio, que cerca o sujeito, através da visão dos indivíduos sem deficiência por ser essa a condição mais comum. Com esse desanuiamento sobre essa percepção, faz a discussão de uma sociedade mais inclusiva ser possível, simplesmente tornando o comum apto para todos, não só para uma parcela.

4.4.5 Movimentos sociais e seu alcance metodológico

Brito (2013) investigou com o modelo teórico de Alberto Melucci, que na perspectiva social vem a definir o que é um movimento social. Através de sua perspectiva, o movimento é definido com um aglomerado de sujeitos que tem relações entre si. Ou seja, quando uma modificação na sociedade é gerada através de um movimento social, este foi possível por intermédio da relação de pessoas, grupos e associações que assimilaram as vivências, necessidades e perspectivas dos sujeitos. Deste modo, formulou-se ferramentas e métodos de sanar essas problemáticas. A pesquisa aborda a coletividade, que foi utilizada para validar uma ferramenta, para torná-la referência nas interações e comunicações entre os sujeitos.

O movimento social por si só não gera, não possui consciência ou ação. Este toma forma através de cada sujeito, pois ele age em nome de todos, em nome do movimento. Dessa forma, proporcionando um leque grande de perspectivas, um horizonte de possibilidades de desenvolvimento, pois cada visão individual se une, quando com um único enfoque, formando uma grande frente. Isso vai em diferentes alvos, gerando, por conseguinte, consequências mais incisivas na intenção de proporcionar mudanças na comunidade.

De forma resumida, o estudo de Brito (2013) traz que os movimentos sociais, por si só, não geram mudanças, não produzem ações, e sim, os indivíduos que assumem atuações e posturas e como justificativa falam com intenção, por intermédio dos movimentos sociais. Lembrando que mudanças são geradas pelos movimentos quando os sujeitos promovem o romper dos limites do sistema vigente. Assim, a mudança ocorre quando se transpassa o que é norma. Pensamos, pois, que quando o grupo de pessoas com deficiência auditiva torna a LIBRAS uma língua reconhecida e de base, rompe com a construção social que caracteriza esses sujeitos como indivíduos incapazes de interações, ou comunicação (MELUCCI, 1989b; 1996; 2001 *apud* BRITO, 2013).

4.4.6 Desconstruções e desnaturações como proposições metodológicas

Silvestre (2014) faz uso de uma abordagem teórico-metodológica *Queer*, mas não em seu sentido mais usual, que seria no debate de desconstrução das concepções de gênero e sexualidade. No contexto atual é aplicado como forma de debater a dualidade de construção das concepções que veem os sujeitos em caixas específicas. Isso entende que dentro da sociedade deve-se alocar um grupo nos ditos normais e os demais que não correspondem a essa característica perspectiva no grupo dos anormais, diferentes, portanto, renegados e excluídos, lançados assim, à margem da comunidade.

Esse debate social vem para mostrar uma dualidade presente na sociedade atual. Existe um fator e uma força que determina os indivíduos como normais, porém, na verdade, sendo só uma característica mais comum a todos, não tornando o indivíduo nem menor nem maior a outros. A mesma força classifica outros que se

distinguem desse marcador, predefinido socialmente, sendo colocadas como algo não desejável e por muitos momentos tomados como de menor valor humano.

O debate no estudo de Silvestre (2014) vem com essa discussão como uma forma metodológica de debater a construção social de um sistema de classificação humano nos quais os indivíduos com deficiência são lançados para que sejam realocadas na comunidade. E muitas vezes provocam uma característica dos mesmos sujeitos que é o processo de lutar para se encaixar no molde adotado pela sociedade como normal, que seria taxado como a meta da aceitação. Com a cristalização dessa forma de observar os indivíduos, tem-se uma forte incitação de desigualdades, dissimetrias, e esses corpos passam por um alicerçamento de ideias como doentes, anormais e, em algumas construções, colocados como saturados com a condição de impuros, herético.

Com a discussão desse modo teórico-metodológico, evidenciam-se as intersecções das estratificações sociais, ou seja, que indivíduos pertencem a diferentes grupos, ou diferentes marcadores e assim novos debates se fazem com a percepção de segregação dentro das segregações. Deste modo, grupos normalmente já marginalizados, excluem indivíduos do seu meio por apresentar uma característica a mais do que estes, tornando-os dissonantes nessa comunidade. Essa formação é a repetição de preconceitos por aqueles que são vítimas de outras concepções pejorativas, que proporcionam, como um todo, cada vez mais invisibilidade do sujeito com deficiência, quando este se vê realocado a uma classificação social cada vez mais baixa (LOURO, 2009 *apud* SILVESTRE, 2014).

4.4.7 Percepções marxistas no campo teórico-metodológico da sociologia das deficiências

O estudo de Freire (2015) traz diferentes tipos de teorias, porém, a que mais prevalece em formatação no alicerce de pensamento é o materialismo histórico-dialético, que faz total referência aos processos de desenvolvimento trabalhistas, laborais. Quando ocorrem as mudanças na sociedade, os próprios indivíduos absorvem essa informação e passam a assimilar como se fossem deles essas novas

condutas e visões a respeito do outro. Dessa forma, ao mudar o sujeito se altera a sociedade, que por consequência modifica os outros modos de viver.

O materialismo vem como uma formatação do pensamento que compreende o trabalho como uma ferramenta importante para o sujeito, pois é através dela que ele modifica suas relações e interações com outros indivíduos e com o meio que o cerca. O sujeito provoca modificações e também é modificado por essa ferramenta; o indivíduo com deficiência tem por necessidade uma reorganização do ambiente e da sociedade, que uma vez formulada e construída segundo o molde da não deficiência, que não o atende.

Como já verificado em outros corpos textuais anteriormente, o sujeito enquanto alguém bem quisto e visado pela comunidade é alguém que consegue produzir riquezas materiais ou de conhecimento. Então, deste modo, quando a pessoa com deficiência é incluída no processo educacional, são lançados para o mundo do trabalho essas questões. Esses ambientes educacional e de trabalho precisam de uma adequação às suas condições. Quando o sujeito permanece nesses ambientes, ele chega à independência de suas condições financeiras. Dessa forma, passa a ser valorizado enquanto indivíduo na comunidade e começa a gerar influência.

Ele modifica mais ainda os ambientes e os pensamentos dos outros sujeitos, formando uma espécie de ciclo no qual o sujeito, inicialmente, promove uma mudança na sociedade, ou no seu ambiente, para posteriormente ser alterado por essa comunidade e alterar mais ainda o ambiente no qual está inserido. Alargando esse pensamento, ele chega a influenciar e modificar as demais comunidades as quais tem interação.

A demanda de modificações sociais emerge de alguém que sempre cresce para melhor atender a diferentes grupos e suas necessidades, sempre visando a melhor vivência para todos, e que todos consigam conviver em uníssono. Porém, a principal forma de ser possível é ouvir a voz do indivíduo com deficiência que passa por toda a segregação gerada pelo ambiente. Assim, é possível perceber a forma como lida com os obstáculos presentes, e entender qual a melhor forma de amenizá-los, ou suprimi-los do espaço que o cerca.

Com esse método ouvir a voz dos sujeitos com deficiência é que ocorre o desenvolvimento de leis normatizadoras da inclusão. Também com essa postura assumida pelo mesmo sujeito, é possível uma verificação rígida de suas aplicações,

principalmente no ambiente laboral, que por muitas vezes se torna um ambiente de difícil interação ou manutenção de suas presenças.

Outro ponto que pode ser lançado aqui é da valorização da mão-de-obra produtora, pois o meio social valoriza esse tipo de indivíduo, dando-o voz para suprir suas necessidades e vontades. Ao se incluir o sujeito com deficiência, o próprio ambiente passa a entendê-lo como um indivíduo que ali está para permear batalhas em busca de sanar ou pelo menos minimizar suas necessidades, já que com essa condição pode dar vazão aos seus anseios enquanto cidadão inserido em uma comunidade minimamente igualitária (MARX; ENGELS, 2001 *apud* FREIRE, 2015).

4.4.8 Descentralizações a partir da etnografia e netnografia

Dantas (2016), em seu estudo, não utiliza teorias em específico. Utiliza de conhecimentos gerais para o desenvolvimento do seu corpo textual. Mas, dentro disso, pode ser discutido algumas metodologias que foram utilizadas. A pesquisa caminhou por linhas de pesquisa diferentes, porém a mais utilizada durante a pesquisa foi a antropológica, no formato etnográfico e netnográfico.

A análise nos possibilita a verificação de pontos como a visão descentralizada sobre a vivência de outros indivíduos, em principal dos com deficiência, pois estes enfrentam adversidades de natureza diferente da que a sociedade está acostumada a lidar. Portanto uma visão menos centralizada, como a que é abordada na linha de pesquisa antropológica etnográfica, irá valorizar os conhecimentos e faz com que o pesquisador, ao lidar com participantes com deficiência, consiga minimamente ter uma visão com os olhos do objeto estudado a respeito de sua vivência.

Ao verificar os hábitos, costumes e formas de lidar com as adversidades, nos faz entender como a vivência do sujeito deve ser mudada para atender suas necessidades e, principalmente, compreender como este processo de inserção em comunidade altera suas perspectivas e visões da sociedade.

No processo de netnografia o que entra em xeque são as novas formas dos sujeitos socializarem e transmitirem informações uns com os outros, mostrando que os processos de interação social são vastos e continuam em constante mudança, permitindo a inserção de novas formas, ou até mesmo modificação de antigas

posturas, ao lidar com o outro, respeitando sua existência e sua condição dentro da comunidade (PIENEZ, 2009 *apud* DANTAS, 2016).

4.4.9 O pensamento sistêmico para a sociologia das deficiências

As teorias empregadas na pesquisa de Soares (2017) são as de caráter do pensamento sistêmico, ou seja, as quais a visão do pesquisador se apega aos fatores dos mais diversos tipos, não sendo reducionista ao pesquisar ou averiguar uma informação.

Os pormenores verificados fazem com que o entendimento seja de modo mais completo. Isso porque a verificação não sendo reducionista, não concebe o indivíduo somente pela ótica da sua deficiência. Entende-o por intermédio de uma concepção mais alargada. Diferente de uma concepção única, que muitas vezes é carregada de subjetividades distorcidas historicamente e com contextualização pejorativa para com o indivíduo com deficiência.

O pensamento sistêmico contribui ao ir percebendo o sujeito em todos os aspectos, desde os individuais, ou seja, sua forma de lidar com a deficiência, o modo como enxerga seu corpo e suas capacidades, suas projeções e prospecções para uma vida plena, até os aspectos sociais, a saber, o modo como lida com os outros, o modo como a sociedade se coloca frente a ele, como esta lida com o sujeito, quais as concepções por trás das formas como interagem com ele.

Através deste modo de verificação, a visão acerca do indivíduo se faz mais completa e eficiente, principalmente quando se visa a melhor forma de sanar suas dificuldades e entender suas atribulações da vida em comunidade junto a sujeitos com e sem deficiência (BATESON, 1986 *apud* SOARES, 2017).

4.4.10 Representações sociais na investigação com as pessoas com deficiências

Faria (2018) utiliza como teoria o modelo de representações sociais, no qual se verifica as formas que a sociedade categoriza os indivíduos, e como essas marcações afetam a vivência do sujeito em sua comunidade, principalmente quando estas concepções, de tão repetidas, são internalizadas tanto pelo meio social no qual convive, como também no próprio sujeito com deficiência.

As formas como cada indivíduo se vê, vem de acordo com a construção da sua sociedade, pois cada um irá se enxergar através de valores e marcadores que sua sociedade os atribuiu. Contudo, verificar de modo mais intenso esses pontos, faz com que seja possível entender vícios e utilizações de termos pejorativos e/ou até mesmo conotações antigas e que deveriam ter caído em desuso.

Ao verificar através da visão do modelo de representações sociais, percebe-se que mesmo que a sociedade não atente para isso, por muitas vezes, emprega uma gama de informações simplesmente repetitivas. Em muitas ocasiões não se pensa a forma que as utiliza, de modo que foram internalizadas por esses sujeitos, não se tendo noção ou senso que estes termos não deveriam ser mais empregados ao se lidar com pessoas com deficiências.

Quando se desenvolve uma pesquisa a respeito desses pormenores, tem-se um embasamento bem sustentado sobre históricos de posturas que são empregados por cada sujeito, ou seja, tem-se um discernimento de que forma se originou tais categorizações e quais as melhores formas de sua substituição ou supressão, se necessário. Tudo isso se aplica de forma a melhorar o entendimento, a compreensão sobre a condição do sujeito com deficiência e, indo além, como uma forma de modificar sua condição social de excluído, dando-lhe novas características, atribuições (MOSCOVICI, 2007 *apud* FARIA, 2018).

4.4.11 Estados do conhecimento como modo de pesquisar na sociologia das deficiências

Ferreira (2019) não emprega uma teoria-metodológica específica em sua pesquisa, porém, pode ser observado uma construção de ideias e saberes utilizando como base outros corpos textuais, verificando-se assim como as abordagens de conhecimento estão sendo feitas e empregadas em cada campo de pesquisa verificado. Através destas percepções consegue-se vislumbrar quais tipos de deficiência ainda são pouco ou nenhuma vez abordados, dentro da perspectiva de ensino da pessoa com deficiência, como cada campo prioriza ou não uma visão ou aspecto dos processos de ensino ao sujeito com deficiência (PENNA, 2007 *apud* FERREIRA, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar o campo da sociologia das deficiências é um esforço intelectual transdisciplinar porque as sociabilidades são mobilizadas e tecidas em complexidade no tecido social. Não existe indivíduo livre de história, cultura e sociedade. Nesse sentido, apresentamos as principais contribuições de trabalhos de variados campos do conhecimento que contribuem sobremaneira para nos lançarmos na sociologia das deficiências.

Assim, encontramos múltiplas perspectivas que nos ajudam a entender o sujeito com deficiência e como ele se constrói em seu cotidiano e qual tratamento social lhe é destinado (MATTEVI, 2009). As interações entre os sujeitos e as práticas que são produzidas por eles acabam sustentando determinadas identificações e subjetivações (MARQUES, 2010). Por isso as políticas de educação devem repensar o lugar da educação profissional para as pessoas com deficiência, investindo, sempre que possível, em um tipo de educação profissional que desenvolva o sujeito em sua integralidade (SANTOS, 2011).

Nas pesquisas analisadas, vemos como um conhecimento do tipo sociológico é fundamental para mudanças de postura frente às pessoas com deficiência (PICCOLO, 2012). Os processos históricos e sociológicos abrem espaços de diálogo para ressignificar os paradigmas sociais, especialmente quando falamos das deficiências (BRITO, 2013). Entender os sujeitos com deficiência em sua complexidade e partir de suas experiências constitui um entre-lugar, um espaço híbrido e de fronteira, potencialmente transformados de nosso sentir social (SILVESTRE, 2014).

Assim, Freire (2015) nos mostra como a educação é uma ferramenta para modificar sujeitos e seus processos de conscientização, sendo o trabalho um elemento formativo e ressignificativo das barreiras sociais. A pessoa com deficiência vai construindo suas sociabilidades usando de seus desejos para enfrentar o estigma que lhe é imposto (DANTAS, 2016). A interação social entre os diferentes grupos por quais passam os sujeitos com deficiência amplia suas sociabilidades (SOARES, 2017). Isso nos ajuda a repensar a imagem da pessoa com deficiência como um ator social subalterno (FARIA, 2018), bem como atualizamos nossas percepções e concepções sociais (FERREIRA, 2019).

Nesses achados, vamos traduzindo a sociologia das deficiências para o ensino de sociologia. Assim, o Ensino Médio é uma etapa da Educação Básica que, ao mesmo tempo em que é a conclusão de um ciclo de escolarização, é uma preparação de vida social, visto que é nesse período em que os jovens são questionados sobre suas escolhas e desejos profissionais. Isso impacta sobremaneira a forma como eles se relacionam consigo, com os outros e com o mundo social à sua volta, produzindo experiências particulares de identificação e localização cultural, política e social.

A pessoa com deficiência no Ensino Médio é um indicativo forte de inclusão e enfrentamento aos estigmas sociais. Basta lembrarmos que o mundo social foi naturalizado para as pessoas sem deficiência; assim, estar em um local que pensa a partir do capacitismo é uma luta vencida que desestabiliza fortemente as estruturas movidas pelo capacitismo. Essa presença da pessoa com deficiência no Ensino Médio é um fenômeno que desvela as formas de poder, de rearranjo social de grupos discriminados e marginalizados por suas condições.

Nisso, temos o que ousamos chamar nesta investigação, seguindo as contribuições de Goffman (1980), de sociologia das deficiências. Por ela entendemos os estudos sociológicos que têm como preocupação e objeto de estudo as relações sociais tecidas por/com/para as pessoas com deficiência. Evidente que se trata de uma posição sociológica nossa que indica nosso engajamento social com as lutas travadas por pessoas com deficiência dentro da sociedade que produz seu estigma e que restringe sua autonomia e define os espaços que podem ser ocupados por esse grupo.

A escola é um dos espaços privilegiados no estudo da sociologia das deficiências. É na escola onde o poder é reproduzido com maior força; é na escola onde instrumentalizamos e pedagogizamos as regras sociais naturalizadas e normatizadas, hierarquizando sujeitos, visões de mundo e formas de existir. Contraditório é quando pensamos também na escola enquanto uma instituição fortemente multicultural, onde as diferenças se encontram cotidianamente. Na verdade, mais que contraditório, é o aspecto de ambiguidade da escola, que concentra sua potência de reprodução social e também de enfrentamento contra-hegemônico.

Desde o início desta pesquisa, preocupo-nos o lugar em que ocupava a pessoa com deficiência dentro da sociologia das deficiências. Muito menos como objeto e mais ainda como sujeito produtor de conhecimento e como copesquisador, esse foi

nosso interesse principal de entender a pessoa com deficiência nos estudos sobre suas experiências e seu cotidiano. Se a invisibilidade das pessoas fora das normatizações capacitistas é uma produção social, ela também pode ser desconstruída, especialmente quando questionamos a escola e o ensino de sociologia.

Sair da condição imposta de objeto de pesquisa para sujeito pesquisador é uma virada nos estudos sobre as deficiências. É o corpo da pessoa com deficiência quem sente com maior profundidade as marcas, o estigma, a violência que é produzida para docilizar seus corpos. Nisso, entendemos a partir do lugar que ocupamos – de pessoa sem deficiência – que a pesquisa é sempre parcial, localizada e nunca universal. Dessa forma, somos cientes, em nosso lugar de fala, que muitas percepções, sensações, racionalizações e desconstruções não foram possíveis dado a impossibilidade de estarmos no lugar da pessoa com deficiência.

Isso contudo, não tira o mérito social do estudo em denunciar quão capacitistas são os estudos que envolvem a sociologia das deficiências. Precisamos mais ainda de pessoas com deficiência concluindo o Ensino Médio, ocupando espaços outros e privilegiados como a academia, produzindo pesquisas sobre seu cotidiano, realizando desobediências epistêmicas que se pautam na ordem social promovida para as pessoas sem deficiência. Nossa maior contribuição, para além dos achados deste estudo, é perceber que nada seja feito sobre a pessoa com deficiência se ela não estiver travando autonomamente suas lutas.

Foi nesse engajamento político e epistêmico que nos voltamos a conhecer como o ensino de sociologia na escola regular influencia as sociabilidades das pessoas com deficiência no contexto da sala de aula no Ensino Médio. Para isso, consultamos as produções sobre o campo e analisamos da seguinte forma:

- a) Há fortemente um movimento de pesquisas sobre as pessoas com deficiência, ao invés de encontrarmos pessoas com deficiência pesquisando sobre suas sociabilidades e seu cotidiano.

Isso nos leva a considerar que o estigma social opera fortemente na construção social da imagem da pessoa com deficiência como sujeito privilegiado dentro da produção do conhecimento, especialmente quando a elas são impostas atualizações de interdição, restrição e negação de espaços normatizados para as pessoas sem deficiência. A ocupação desses espaços por pessoas com deficiência representa uma

ordem de afronta, de ultraje ao que é estabelecido de ordem e poder operante que prioriza certos grupos sociais e hierarquiza e invisibiliza outros.

Somos levados a questionar agora: como políticas públicas de acesso e permanência das pessoas com deficiência em espaços universitários podem ser mais bem redefinidas sob a ótica de justiça social e cognitiva? Importa que essa dívida histórica seja reparada com políticas públicas e não com ações pontuais ou mesmo concentradas em certas regiões do país.

A discussão da sociologia das deficiências deve ser realizada na presença da pessoa com deficiência para que consigamos minimamente reparar a dívida histórica com a pessoa com deficiência, visto que foi ela quem sofreu a interdição de sua autonomia nos espaços sociais. Isso nos leva a outro achado:

- b) A escola é um espaço privilegiado na desconstrução do que entendemos como natural e normal e por isso, ela possibilita a formação de sociabilidades outras.

Ora, é na escola onde o signo da diferença entra em contato, confrontos e disputas cotidianamente. A diferença é a realidade para os sujeitos que estão na escola. Isso é uma possibilidade sociológica que temos para desnaturalizar o social e perceber como político ele é, assim como cultural é o tecido da complexidade social. Com isso, queremos afirmar que esse espaço privilegiado para a construção das sociabilidades outras, da produção das visibilidades dos sujeitos subalternizados e para a escuta ativa das vozes que são silenciadas historicamente, é o local que, ambigualmente, permite novas formas sociais de existir.

O poder opera por meio das disciplinas e das pedagogias na escola. Os corpos são disciplinados para melhor serem docilizados e conduzidos à alienação, à massificação e homogeneização de forças. Também de modo ambíguo, o poder que silencia opera uma força de resistência e de luta. Então, se temos corpos silenciados, temos corpos que se levantam, que reagem, que lutam.

É o cotidiano das lutas simbólicas na escola que suscita realidades menos injustas, menos opressoras e mais inclusivas. Ao nos concentrarmos e nos engajarmos nessas lutas, somos guiados a um exercício sociológico de desnaturalizar nosso olhar para tudo aquilo posto como certo, como justo, como belo, como ético, como normal. Operam em nós, por meio da participação nessas lutas, forças que elevam nossa consciência social. Assim, a luta do outro passa a ser a minha, por mais que eu seja

diferente do outro. Questionamos então: como pensar um currículo inclusivo mais alargado, mais aberto às diferenças e construído pelas táticas de enfrentamento às opressões no cotidiano? Como a escola, expressa em seus professores e estudantes, pode conduzir pedagogias de reparação histórica e de formação de consciências voltadas para a diversidade?

Isso nos leva a outra compreensão:

- c) O ensino de sociologia não pode servir à disciplinarização dos corpos e à docilização das vidas. Em si mesmo, o ensino de sociologia é uma pedagógica crítica de formação da diferença.

A isso entendemos que o ensino, em seu aspecto curricular, é potencialmente político. É ele quem opera com grande força para a imposição e naturalização de regras naturalizadas, já que o ensino é o processo pedagógico de transmissão do que é selecionado historicamente como conhecimento válido para a sociedade. Essa abordagem técnica não é a única que devemos ter sobre o ensino.

Podemos entendemos o ensino como processo de formação da consciência crítica, que implica no diálogo, na divergência e na convergência, mas, principalmente, na autonomia do estudante. Quando contextualizamos o ensino de sociologia, sabemos que ele nasce como uma demanda da própria formação humana e social em que questionamos o que é construído como natural. Faz parte da sociologia o pensamento crítico, qual seja sua localização e espectro político.

Não podemos neutralizar a potencialidade do ensino de sociologia e muito menos minimizar sua importância na construção de uma escola justa e na formação de sociabilidades outras que são tecidas na autonomia, participação ativa e no respeito à diferença. O ensino de sociologia deve ser voltado para o compromisso inclusivo de uma sociedade justa e reparadora com seus grupos históricos que foram silenciados.

Para que o ensino de sociologia seja posto em prática nessa concepção, é preciso de formação própria para os professores que lecionam tal disciplina. O que vemos, tantas vezes, são professores sem a formação de sociologia ocuparem o magistério desta disciplina. Assim, o ensino de sociologia se torna precário, ineficiente e apenas histórico. Vale lembrar que esse processo é fruto de ataques frequentes de governos que entendem a sociologia, a filosofia e outras disciplinas tão importantes

para a formação humana e social, como inimigas. E se assim entendem, é que sabem do seu poder transformador.

Podemos construir táticas de enfrentamento no cotidiano que sejam comprometidas com a diversidade, com a inclusão e com a convivência racial com a diferença. Assim, questionamos: quais táticas de enfrentamento à pedagogização da sociologia os professores têm construído em suas aulas de sociologia?

Bem, parece-nos que esses achados nos levam a confirmar nossas hipóteses de pesquisas, onde temos pessoas com deficiência nas escolas que não são integradas e consideradas na produção do conhecimento, pois o estigma produz essas pessoas como invisíveis. Ainda entendemos que as relações sociais e intersubjetivas das pessoas com deficiência são modos de resistir dentro da escola que é compreendida na visão capacitista. Produzidas como invisíveis, os professores podem desestabilizar essa situação social quando compreendem o ensino de sociologia em uma perspectiva crítica.

Por fim, reiteramos: que nada seja dito na sociologia das deficiências sem a presença da pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1994.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 de março de 2020.
- BRASIL. **Lei nº. 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 03 de março de 2020.
- BRASIL. **Lei nº. 4.613 de 2 de abril de 1965**. Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou pessoas portadoras de defeitos físicos ou quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4613-2-abril-1965-377856-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 23 de fevereiro de 2020.
- BRASIL. **Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 26 de fevereiro de 2020.
- BRASIL. **Lei nº. 7.210 de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em 03 de março de 2020.
- BRASIL. **Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação**. Parecer CNE/CES 67/2003. Brasília: CNE, 2003.
- BRITO, Fabio Bezerra de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. Tese. 276 f. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- CALLON, Michel. Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. **Sociologias**, n. 19, Porto Alegre, 2008.
- CARAPINHEIRO, Graça. **A Saúde no Contexto da Sociologia**. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/947/1/1.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

CAPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Revista Eletrônica de Administração da UFLA**, v. 5, n. 1, 2003.

CRESWEL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DANTAS, Jenniffer Karolinny de Araújo. **Sexo sobre rodas: vivências e discursos da sexualidade de homens cadeirantes**. Dissertação. 122 f. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

DAUSTER, Tânia, TOSTA, Sandra P. e ROCHA, Gilmar. **Etnografia e educação: culturas escolares, formação e sociabilidades infantis e juvenis**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUBET, François. **¿Para qué sirve realmente un sociólogo?** Madrid: Siglo XXI, 2016.

FARIA, Raclene Ataíde de. **Autorrepresentação de pessoas com deficiência intelectual: a concepção sobre a deficiência e os “sonhos” para o futuro**. Tese. 252 f. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FERREIRA, Mayara de Brito. **Ensino de instrumento musical para pessoas com deficiência: um estudo na Escola Especial de Música Juarez Johnson**. Dissertação. 145 f. Programa de Pós-Graduação em Música. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

FERREIRA, Fabiana. A Sociologia no ensino médio: concepções de professores sobre formação crítica para a cidadania. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 18, 2012.

FREIRE, Samanta Araújo. **O deficiente e o mercado de trabalho: uma análise dos programas de qualificação profissional no município de Manaus**. Dissertação. 168 f. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCA, Inácia Sátiro Xavier de and PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. Inclusão social da pessoa com deficiência: conquistas, desafios e implicações para a enfermagem. **Rev. esc. enferm. USP** [online], vol. 43, n.1, 2009.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos Essenciais da Sociologia**. 2ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GODOY, Arilda S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 2, mai./ago. 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução Fanny Wrobel. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Antropologia e educação: Origens de um diálogo. **Caderno CEDE**, vol.18, nº 43, dez 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621997000200002. Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LAHIRE, Bernard. **El espíritu sociológico**. Madrid: Manantial, 2006.

LEITHÄUSER, Thomas; WEBER, Silke. Ética, Moral e Política na Visão de Professores Brasileiros e Alemães. **Estudos de Sociologia**, v. 16, 2010.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. **O esporte paraolímpico no Brasil**: abordagem da sociologia do esporte de Pierre Bourdieu. Tese. 286 f. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MATTEVI, Betina Suñé. **Qualidade de vida e qualidade do cuidado de pessoas com incapacidades físicas e intelectuais: grupos focais do projeto DIS-QOL no Brasil**. Dissertação. 205 f. Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas: Psiquiatria. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 9ª edição revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec; 2006.

PARSONS, Talcott. O conceito de sistema social. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Homem e sociedade**: leituras básicas de sociologia geral. 14ª edição, Série 2ª, Ciências Sociais, Volume 5. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

PICCOLO, Gustavo Martins. **Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência**. Tese. 232 f. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

POSTEL, Nicolas. Editorial: L'Enseignement des SES et L'unité des Sciences Sociales. *Revue Française de Socio-Économie*, Lille, n. 3, p. 5-9, 2009.

RÍOS, Marcela Lagarde y de los. Sororidad. In: GAMBA, Susana Beatriz. **Diccionario de estudios de género y feminismos**. Buenos Aires: Biblos, 2009.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROLNIK, Suely. Diálogo e alteridade. **Boletim de Novidades**, vol. 5, n. 44, 1992.

SANTOS, Yvonete Bazbuz da Silva. **As políticas de educação para a pessoa com deficiência**: a proposta dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Dissertação. 110 f. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 63, 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1285#quotation>. Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, vol. 2, n. 2, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade do século XXI**. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. **A Sociologia volta à Escola**: um estudo dos manuais de Sociologia para o ensino Médio no Brasil. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.

SILVA, Ana Lúcia da. Ensaio em Saúde Coletiva: Entrevista em Profundidade como Técnica de Pesquisa Qualitativa em Saúde Coletiva. **Saúde Coletiva**, vol. 2, n. 7, 2005.

SILVESTRE, Joubert. **Os entre-lugares**: um olhar sobre sujeitos surdos-homossexuais. Dissertação. 163 f. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

SIMMEL, Georg. 2005. O indivíduo e a liberdade. In: SOUZA, J.; OELZE, B. (orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília, DF: UNB.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOARES, Carlos Henrique Ramos. **Educação, surdez e identidades**: uma análise sobre perspectivas teóricas e processos de invenção. Tese. 138 f. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SCHWANDT, Thomas A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

TOMAZINI Daniela Aparecida; GUIMARÃES Elisabeth da Fonseca. Sociologia no Ensino Médio: historicidade e perspectiva da ciência da sociedade. Relatório de Pesquisa. In: CARVALHO, Lejeune (org.). **Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussões de sociologia no ensino médio**. Ijuí: Unijuí, 2004.

VELHO, Gilberto. **Nobres & Anjos: Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VIEIRA, Marcelo Miliano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.